

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO TECNOLÓGICO – CTC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE –
PGAU-Cidade

ANNE ELISE ROSA SOTO

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EDIFICADO URBANO DE JARAGUÁ
DO SUL - SC: INVENTÁRIO DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS IM-
PLANTADAS ENTRE 1900 E 1960.

Florianópolis, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO TECNOLÓGICO – CTC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE –
PGAU-Cidade

ANNE ELISE ROSA SOTO

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EDIFICADO URBANO DE JARAGUÁ
DO SUL - SC: INVENTÁRIO DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS IM-
PLANTADAS ENTRE 1900 E 1960.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientador: Prof. Dr. Gilberto SarkisYunes

Florianópolis, 2010



Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade – PGAU / CIDADE

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Tecnológico
Campus Universitário - Trindade
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil

**"Patrimônio Industrial Edificado Urbano de Jaraguá do Sul - SC:
inventário das principais indústrias implantadas entre 1900 e 1960."**

Anne Elise Rosa Soto

Essa dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Gilberto Sarkis Yunes
Orientador

Prof. Dra. Margareth C. A. Pimenta
Membro

Prof. Dr. Lino F. B. Peres
Membro

Prof. Dra. Cristina Meneguello
Membro

Prof. Dra. Maria Inês Sugai
Coordenadora

FLORIANÓPOLIS (SANTA CATARINA), DEZEMBRO DE 2010.

*Dedico essa dissertação ao meu querido irmão
I. B. Soto Júnior (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao orientador dessa dissertação, Prof. Dr. Gilberto Sarkis Yunes, pela atenção e entusiasmo com que sempre conduziu o trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU- Cidade, incluindo todos os professores, a Adriana, e os meus colegas de turma pela agradável convivência.

Em especial aos professores que muito contribuíram no Exame de Qualificação: Prof^a Dra. Margareth Afeche Pimenta e Prof. Dr. Lino Fernando Bragança Peres, e à Prof^a Dra. Cristina Meneguello, por ter aceitado o convite de participar da banca final.

A todos que facilitaram a minha pesquisa através da disponibilização de dados: à Alcioni Macedo Canuto do Museu Histórico de Jaraguá do Sul Emilio da Silva; à Historiadora Ellen Annuseck Bona do Museu Wolfgang Weege; à Silvia Regina T. Kita do Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul; à Salézia Borrineli do Centro de Memória Marisol; à Dirce Terezinha Nunes e ao Egon Jagnow da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul; à Arquiteta Anna Eliza Finger do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); e à Arquiteta Danielle Ferreira.

Aos meus alunos e estagiários Cláudia Fernanda Muller e Felipe Minatti de Assis, pelo auxílio.

Aos meus pais e irmãos, por terem despertado em mim, desde sempre, o interesse em aprender e pelo seu amor incondicional, que é o principal suporte para encarar todos os momentos da minha vida.

E por último, por representar a maior gratidão de todas, ao meu amor Dauto da Silveira, o melhor companheiro que eu poderia ter: obrigada pelo incentivo, apoio, ajuda, interlocução e carinho, sem os quais não teria conseguido iniciar ou concluir esse curso de Mestrado.

“Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória.”
José Saramago

"O passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente."
Mário Quintana

SOTO, Anne E. R. **Patrimônio Industrial Edificado Urbano de Jaraguá do Sul - SC: inventário das principais indústrias implantadas entre 1900 e 1960.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Universidade Federal de Santa Catarina, p.196, 2010.

RESUMO

Essa dissertação busca versar sobre as questões atreladas às transformações urbanas da cidade de Jaraguá do Sul, localizada no nordeste do Estado de Santa Catarina, em função do desenvolvimento industrial, e à permanência dos seus testemunhos edificados como patrimônio industrial. Para tanto, busca-se contextualizar a origem da história de Jaraguá do Sul enquanto produto das transformações econômicas e sociais ocorridas na Europa do século XIX, assim como a inserção de seu processo de industrialização na realidade de Santa Catarina e do Brasil. Jaraguá do Sul possuiu três períodos distintos de industrialização: o primeiro, relativo aos anos iniciais de colonização no final do século XIX até 1930; o segundo, de 1930 a 1960; e o terceiro a partir dos anos 1960. Cada um deles apresenta características específicas, as quais são representadas pelas edificações industriais ainda existentes e pela configuração urbana, através de suas implantações. Partindo da análise do reconhecimento do patrimônio urbano e edificado do Município, percebe-se a ausência de ações efetivas de preservação relacionadas ao patrimônio industrial principalmente por parte do poder público. Espera-se, com esse trabalho, compreender as características do patrimônio edificado urbano jaraguense, através, primeiramente, do levantamento de informações gerais acerca das suas principais indústrias, e do inventário de sete delas. Para a definição de quais seriam as indústrias incluídas, considerou-se a disponibilidade de fontes bibliográficas, e também a observação empírica de quais são consideradas como mais importantes, do ponto de vista histórico, pela população.

Palavras-chave: Patrimônio industrial, história da cidade, Jaraguá do Sul.

ABSTRACT

SOTO, Anne E. R. **Built Industrial Heritage in Jaraguá do Sul - SC: inventory of the major plants located in the area between 1900 and 1960.**

Master Degree Thesis. Post Graduate Program in Urbanism, History and City Architecture. Universidade Federal de Santa Catarina, p.196, 2010.

This is a thesis on issues related to urban transformation due to industrial development and to remaining built testimony of industrial heritage in Jaraguá do Sul town which is located Northeast of Santa Catarina State. For the purpose of the study, the origin of Jaraguá do Sul History is brought under contextualization as a product of economic and social transformation which took place in 19th century Europe and the insertion of the industrializing process in Santa Catarina State as well as Brazilian reality. Jaraguá do Sul has been through three different industrializing periods: the first period starts with the settlement in the end of 19th century and goes up to 1930; the second, from 1930 to 1960; and the third starting in the 1960's. Each period has its own specific features, which are represented by industrial buildings yet remaining and by the urban layout, created by their implementation. The lack of effective governmental conservation acts towards the industrial heritage becomes evident when analyzing urban and built heritage recognition in the city. The purpose of the paper is to understand the features of Jaraguá do Sul built heritage, firstly by means of collecting general information on the main plants and making an inventory of seven of them. In order to define which plants should be included, bibliographic source availability, as well as empirical observation of which are considered historically important by the local population were taken into consideration.

Key words: Industrial heritage, town history, Jaraguá do Sul.

LISTAS DE FIGURAS:

Figura 1: Painéis da exposição temporária “Colônias Industriais” do Museu de História da Catalunha.....	31
Figura 2: Mapa da Espanha (esq.) e da Catalunha (dir.) com a localização dos municípios Catalães associados ao Plano de Dinamização.....	32
Figura 3: Colonia Guell, em Santa Coloma de Cervelló: declarada como “conjunto histórico-artístico de interesse” da Espanha.....	33
Figura 4: Edificações de destaque no conjunto: igreja de autoria do Arquitecto Gaudi (esq.) e residência projetada pelo Arquitecto Joan Rubió i Bellver (dir.).....	33
Figura 5: Conjunto de edificações que permanecem com uso residencial e de comércio (esq.) e praça principal requalificada (dir.).....	34
Figura 6: Santa Catarina - Microrregião - Jaraguá do Sul.....	55
Figura 7: Acima o mapa do Estado de Santa Catarina, com a localização de Jaraguá do Sul em destaque, e abaixo a localização do município no nordeste do Estado.....	57
Figura 8: “Planta da verificação da medição de dez mil hectares de terras devolutas entre os rios Itapocu e Jaraguá concedidos por despacho do Governo (?) de 1895 ao (?) Coronel Emílio Carlos”.....	60
Figura 9: Comparação entre a divisão colonial do atual Município de Jaraguá do Sul (esq.) e o Mapa Municipal atual (dir.).....	63
Figura 10: Vista de Jaraguá na década de 1920, ainda com características de pequeno povoado.....	67
Figura 11: Fábrica de Turbinas da AEG (Berlim), projetada por Peter Behrens, marco da arquitetura industrial, construída entre 1908 e 1909.....	68
Figura 12: Vista de Jaraguá do Sul na década de 1950.....	69
Figura 13: Documento do ano de 1952, divulgando as facilidades que a Prefeitura Municipal concedia para a implantação de indústrias.....	70
Figura 14: EXPO 100 - Exposição industrial em comemoração ao Centenário de Jaraguá do Sul.....	72
Figura 15: Vista de Jaraguá do Sul na década de 1970.....	73
Figura 16: Vista da cidade na década de 1990.....	74
Figura 17: Vista da cidade em 2010: as chaminés das indústrias fundem-se à paisagem.....	75

Figura 18: Mapa de evolução do perímetro urbano do Município de Jaraguá do Sul no período 1938 - 2001.....	76
Figura 19: Projeto geral de “Revitalização do Centro Histórico”. Na seqüência da esquerda para a direita: antigo Depósito de Cargas, antiga Estação Ferroviária e Mercado Público Municipal.....	77
Figura 20: Localização da ZEIC.....	82
Figura 21: O “Centro Histórico” corresponde à pequena área estabelecida como ZEIC, representada no mapa pela cor azul escuro. Seu entorno imediato é conformado pela ZCS (rosa), ZCP (bege) e ZR (verde água).....	83
Figura 22: Depósito Breithaupt (à direita), Casa Rux, Erwin (acima), Casa Schiocket, Vittório - Sociedade Paraná (abaixo).....	87
Figura 23: Antigo Depósito de Cargas “revitalizado”, atual Biblioteca Pública Rui Barbosa.....	89
Figura 24: Antiga Estação Ferroviária em obras.....	89
Figura 25: Localização das grandes e médias indústrias do município de Jaraguá do Sul nas distintas décadas de fundação.....	95
Figura 26: Implantação das indústrias relacionadas na Tabela 2.....	98
Figura 27: Implantação da Indústria Malwee.....	110
Figura 28: Fundação da “Firma Weege”, datada de 1906.....	111
Figura 29: Antiga queijaria: década de 1930.....	111
Figura 30: Vista do conjunto fabril em 1956.....	112
Figura 31: Vista do pátio interno em 1956.....	112
Figura 32: Indústria de laticínios: sala da recepção e desnatação do leite, 1956.....	113
Figura 33: Vista do conjunto fabril com o Engenho, construído em 1967.....	113
Figura 34: Vista geral da Malwee (década de 2000).....	114
Figura 35: Edificação tombada que abrigava originalmente a antiga queijaria.....	114
Figura 36: Edificação tombada que abrigava originalmente o recrutamento de pessoal da Weege Malhas Ltda.....	115
Figura 37: Antigo engenho (em destaque) “incorporado” pelas novas edificações.....	115
Figura 38: Projeto de ampliação elaborado pelo Escritório A+C Arquitetura, 2001.....	116

Figura 39: Antigo maquinário.....	118
Figura 40: Teares destinados à fabricação das malhas expostos no MWW- Parque Malwee.....	118
Figura 41: Implantação do Curtume Schmitt XX.....	120
Figura 42: Vista do Curtume Schmitt (provavelmente datada dos anos 1950).....	121
Figura 43: Maquinário original do Curtume (s/d).....	121
Figura 44: Residência de Arnoldo Schmitt (1970).....	122
Figura 45: Vista do galpão com a residência Schmitt ao fundo (s/d).....	122
Figura 46: Ficha de Inventário “Casa Schmitt”, realizada para os Roteiros Nacionais de Imigração p.1.....	123
Figura 47: Ficha de Inventário “Casa Schmitt”, realizada para os Roteiros Nacionais de Imigração p.2.....	124
Figura 48: Implantação da Indústria Duas Rodas.....	129
Figura 49: Indústria Reunidas (s/d).....	130
Figura 50: Indústria Reunidas (1935).....	130
Figura 51: Vista do interior da antiga destilaria (s/d).....	131
Figura 52: Vista da indústria em 1956.....	131
Figura 53: Planta original de situação da fábrica existente e a proposta de ampliação, datada de 1938.....	132
Figura 54: Vista geral da Indústria (s/d).....	132
Figura 55: Destilaria (edificação preservada), construída em 1928....	133
Figura 56: Implantação da Indústria Max Wilhelm antes da demolição	137
Figura 57: Max Wilhelm ainda sem os galpões, cuja fachada foi preservada, 1950.....	138
Figura 58: Imagem do projeto de ampliação da residência de Max Wilhelm.....	138
Figura 59: Fachada do galpão principal das Bebidas Max Wilhelm S.A.....	139
Figura 60: Vista geral da indústria em fevereiro de 2010, antes da demolição.....	140
Figura 61: Trabalhos de demolição em abril de 2010.....	140
Figura 62: Residência do antigo proprietário foi preservada.....	141

Figura 63: Imagem que demonstra a destruição desse importante exemplar do patrimônio industrial edificado, em 27/05/2010.....	141
Figura 64: Patrimônio “mutilado”.....	142
Figura 65: Implantação da Indústria Kohlbach.....	145
Figura 66: Kohlbach e o contraste da sua implantação em relação às edificações do entorno.....	146
Figura 67: Vista da fachada do galpão principal.....	146
Figura 68: Implantação das unidades I e II e do Museu WEG.....	150
Figura 69: Primeiras instalações da fábrica, atual Museu WEG	150
Figura 70: Projeto original, aprovado em 1943, da edificação com traços Art Déco, exposta no Museu WEG.....	151
Figura 71: Vista da WEG I (Eletromotores Jaraguá) em 1970.....	151
Figura 72: Linha de montagem da WEG I (s/d).....	152
Figura 73: Obras da WEG II em 1972.....	152
Figura 74: Museu WEG.....	153
Figura 75: Detalhe da fachada da primeira sede da fábrica, hoje Museu WEG.....	153
Figura 76: Parte da exposição do Museu WEG.....	154
Figura 77: Vista geral da WEG I (s/d).....	154
Figura 78: Vista geral da WEG II (s/d).....	155
Figura 79: Implantação da Indústria Marisol.....	158
Figura 80: Primeiras instalações da fábrica de chapéus - Belmiro Ionta e Cia. Ltda., com um chapéu presente na sua fachada principal (década de 1960).....	159
Figura 81: Produção na década de 1960.....	159
Figura 82: Vista aérea da indústria (s/d).....	160
Figura 83: Imagem interna do CMM.....	160
Figura 84: Antigo maquinário como parte do acervo do CMM.....	161
Figura 85: Brasão do Município de Jaraguá do Sul, criado em 1968 por Eugênio Victor Schmöckel e desenhado por Moacyr Silva.....	166

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Cronologia das primeiras iniciativas relacionadas ao reconhecimento do Patrimônio Industrial.....	42
Tabela 2: Principais indústrias de Jaraguá do Sul - décadas de 1900 a 1960.....	99
Tabela 3: Indústria Malwee.....	109
Tabela 4: Curtume Arnoldo Schmitt.....	120
Tabela 5: Indústria Duas Rodas.....	129
Tabela 6: Indústria Max Willhem.....	136
Tabela 7: Indústria Kohlbach.....	145
Tabela 8: Indústria WEG.....	149
Tabela 9: Indústria Marisol.....	157

LISTA DE SIGLAS

AEG: Allgemeine Elektrizitäts Gesellschaft
AHJS: Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul
COMPHAAN: Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural
CHJS: Centro Histórico de Jaraguá do Sul
CMM: Centro de Memória Marisol
CMM: Centro de Memória Malwee
DEPAM: Departamento de Patrimônio Material
DEPAM: Departamento de Patrimônio Material
EMPRESUL: Empresa Sul Brasileira de Eletricidade
EXPO 100: Exposição Industrial
FCC: Fundação Catarinense de Cultura
FCJS: Fundação de Cultura de Jaraguá do Sul
FIBGE: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH: Índices de Desenvolvimento Humano
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IHRU: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
IGESPAR: Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico, Patrimônio Arquitetônico Geral
IPPA: Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico
IPHAN: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINC: Ministério da Cultura
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MHC: Museu de História da Catalunha
MNACTEC: Museu Nacional da Ciência e da Técnica da Catalunha
MTUR: Ministério do Turismo
MWW: Museu Wolfgang Weg
PMJS: Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul
PROCAPE: Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
SEBRAE: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural

TICCIH: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ZCP: Zona Comercial e de Serviços Principal

ZCS: Zona Comercial de Serviços Secundária

ZEIA: Zona Especial de Interesse Ambiental

ZEIC: Zona Especial de Interesse Cultural

ZIC: Zona Industrial Consolidada

ZMD: Zona Mista Diversificada

ZR: Zona Residencial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	27
Algumas considerações sobre o patrimônio industrial da Catalunha.....	30
CAPÍTULO I: CIDADE E INDÚSTRIA: QUESTÕES TEÓRICAS.....	36
I.1 Implicações teóricas acerca das cidades: a concepção de Aldo Rossi.....	40
I.2 Cidade e Patrimônio Industrial.....	41
CAPÍTULO II: JARAGUÁ DO SUL NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA.....	50
II.1 Industrialização brasileira.....	50
II.2 Ocupação e urbanização do Nordeste de Santa Catarina.....	53
II.3 Jaraguá do Sul: história e transformações urbanas.....	56
II.3.1. Primeiro período de industrialização – 1890 a 1930.....	65
II.3.2. Segundo período de industrialização – 1930 a 1960.....	67
II.3.3. Terceiro período de industrialização – a partir de 1960.....	71
II.4. Patrimônio urbano e edificado de Jaraguá do Sul.....	77
II.4.1. Centro Histórico de Jaraguá do Sul.....	78
II.4.2. Patrimônio tombado em Jaraguá do Sul.....	83
II.5. Localização das indústrias em Jaraguá do Sul.....	92
CAPÍTULO III: DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EDIFICADO DE JARAGUÁ DO SUL.....	97
III. 1. Panorama das principais indústrias de Jaraguá do Sul, implantadas entre as décadas de 1900 e 1960.....	99
III. 2. Registro de inventário do patrimônio industrial edificado e urbano de Jaraguá do Sul.....	105
III.2.1. Indústria Malwee.....	107
III.2.2. Curtume Arnoldo Schmitt.....	119
III.2.3. Indústria Duas Rodas.....	126
III. 2.4. Indústria Max Wilhelm.....	135
III.2.4. Indústria Kohlbach.....	144
III.2.5. Indústria WEG.....	148

III.2.5. Indústria Marisol.....	156
CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	167
SITES CONSULTADOS.....	171
ANEXOS.....	173
ANEXO 01.....	174
ANEXO 02.....	185
ANEXO 03.....	189
ANEXO 04.....	193
ANEXO 05.....	195

INTRODUÇÃO

A motivação de desenvolver uma dissertação de Mestrado sobre Jaraguá do Sul - SC surgiu em decorrência da minha aprovação como primeira colocada, no início do ano de 2008, em um concurso público da Prefeitura Municipal para a vaga de “Arquiteta de Patrimônio”. Em vista de eu não conhecer profundamente a cidade naquele momento por tê-la visitado poucas vezes, surgiu a vontade de pesquisar sobre a sua história e a respeito dos temas que seriam abordados nas minhas atividades junto à Fundação Cultural do Município, ou seja, sobre o Patrimônio Cultural de Jaraguá do Sul, prevendo que logo seria efetuada minha nomeação, fato que acabou não ocorrendo até o momento.

A intenção inicial era a de elaborar um inventário do que poderia ser considerado patrimônio industrial edificado de Jaraguá do Sul, a fim de possibilitar futuras ações de preservação deste tipo de patrimônio local, em vista de ser uma cidade predominantemente industrial e da constatação empírica de haverem poucas iniciativas, por parte do poder público, relacionadas à pesquisa e à salvaguarda dos testemunhos das atividades das antigas indústrias.

Algumas ações de preservação partiram dos próprios industriais, como é o caso do Museu WEG e do tombamento de duas edificações com técnica enxaimel a pedido da Malwee Malhas. A restauração da antiga estação ferroviária e do galpão de depósito de cargas como parte das obras da Prefeitura Municipal de “Revitalização” do Centro Histórico, inauguradas em dezembro de 2008, a meu ver, acabam por não relacionar estas edificações com a sua importância para o escoamento da produção industrial e para a configuração da cidade, para além do transporte de passageiros.

Vale ressaltar que a minha atividade como Chefe do Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul, de julho de 2006 a dezembro de 2008, possibilitou uma experiência sobre as dificuldades e os problemas enfrentados pelos profissionais Arquitetos e Urbanistas que atuam tanto no âmbito federal quanto no estadual ou municipal, decorrentes da pouca estrutura que a maior parte dos órgãos gestores do Patrimônio Cultural possui no Brasil, como: corpo técnico insuficiente, falta de material de trabalho, baixa remuneração, e sobrecarga dos técnicos acarretando pouca disponibilidade para a pesquisa.

A partir da coleta de dados e do levantamento da bibliografia disponível, verificou-se que era necessário, antes de elaborar um inventário do patrimônio arquitetônico industrial, diagnosticá-lo buscando compreender como se deu o processo de implantação das indústrias na cidade no contexto das suas transformações urbanas, visto que não foram encontrados estudos mais aprofundados específicos sobre este tema¹.

O objetivo geral do presente trabalho é, portanto, diagnosticar o estado atual do patrimônio industrial edificado de Jaraguá do Sul - SC quanto à permanência de seus vestígios arquitetônicos e de suas implantações urbanas. Já os objetivos específicos são: compreender as transformações urbanas ocorridas no município e a sua relação com a industrialização; analisar o patrimônio urbano e edificado jaraguense reconhecido através de proteção legal; identificar as principais indústrias, com o levantamento das informações pertinentes, e inventariar parte delas.

A metodologia de trabalho utilizada nessa dissertação embasou-se em pesquisa bibliográfica acerca das transformações urbanas de Jaraguá do Sul e da história das suas indústrias, sempre contextualizando com a região e com o Brasil; paralelamente, buscou-se uma abordagem embasada nos conceitos relacionados ao tema do Patrimônio Industrial, que vem sendo discutidos atualmente e nos últimos anos.

Para diagnosticar o patrimônio industrial edificado de Jaraguá do Sul, foi necessário, primeiramente, levantar informações gerais acerca das suas principais indústrias. Para tanto, optou-se por uma tabela para análise e demonstração dos dados referentes a dezoito indústrias, contextualizando-as historicamente. Para a definição de quais seriam as indústrias incluídas, considerou-se a disponibilidade de fontes bibliográficas, e também a observação empírica de quais são consideradas como mais importantes, do ponto de vista histórico, pela população.

O desígnio da tabela é permitir, a partir da sua análise, a seleção das indústrias que possuem as suas edificações preservadas, ou parte delas, ou que mantenham a sua implantação urbana, a fim de se realizar um estudo mais aprofundado das mesmas. Para tanto, partiu-se

¹ É importante salientar as importantes contribuições do Historiador Ancelmo Schorner, tanto na sua dissertação de Mestrado, e no livro resultante, quanto na tese de Doutorado sobre a história da relação entre as indústrias jaraguenses e seus trabalhadores, e da pesquisa de Iniciação Científica elaborada por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNERJ com a orientação da Prof.^a Fabíola Cordovil abordando o “Crescimento urbano-industrial e habitação operária em Jaraguá do Sul”.

do princípio que a compreensão da totalidade é fundamental antes de se ater às suas características particulares, a fim de entender as relações entre os fatores que as conformaram e os nexos com as demais indústrias surgidas ou já existentes nos períodos de suas fundações, assim como a relação histórica estabelecida entre elas.

Como base para a elaboração do inventário de sete destas indústrias (Malwee, Curtume Arnaldo Schmitt, Duas Rodas, Max Wilhelm, Kohlbach, WEG e Marisol) foi utilizado um material produzido em Portugal pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e do Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico, o qual foi adaptado para as necessidades dessa dissertação. Trata-se de um “guia prático de nível básico sobre inventariação de patrimônio industrial” e que faz parte de uma coleção de guias práticos, chamada *Kits - Património* (2008).

O trabalho é estruturado em quatro capítulos:

O primeiro trata dos referenciais teóricos referentes à cidade, indústria e patrimônio industrial.

O segundo capítulo aborda as transformações urbanas de Jaraguá do Sul e seus três períodos de industrialização no contexto do nordeste de Santa Catarina e brasileiro, assim como uma análise do patrimônio urbano e edificado do município e a localização das suas principais indústrias de grande e médio porte;

O terceiro capítulo apresenta a tabela analítica contendo dezoito indústrias, das quais sete foram selecionadas para inclusão no inventário, onde constam as informações coletadas ao longo da pesquisa, tais como histórico, localização, cronologia, tipo de proteção, contexto urbano e implantação, iconografia, descrição, estado de conservação, entre outras;

Conclui-se a dissertação apresentando as considerações finais, tentando responder o questionamento segundo o qual os vestígios urbanos e edificados das indústrias, apesar de estarem atreladas às transformações urbanas ocorridas ao longo da história de Jaraguá do Sul, ainda não possuem o merecido reconhecimento como patrimônio industrial, que representa a todos os seus moradores. Nos anexos é exposta a Lei Municipal de tombamento, assim como alguns pareceres relativos ao patrimônio industrial edificado jaraguense.

Algumas considerações sobre o patrimônio industrial da Catalunha²

As considerações que se seguem têm o intuito de analisar empiricamente uma região onde o processo de identificação e reconhecimento do patrimônio industrial já se encontra em estágio avançado – a Catalunha, na Espanha.

Para maior compreensão, é importante esclarecer que a região espanhola da Catalunha teve um significativo crescimento do seu processo de industrialização no século XIX, principalmente através das indústrias voltadas ao setor têxtil. Em Barcelona, e nas proximidades – principalmente localidades manufatureiras tradicionais de Terrassa e Sabadell, utilizaram-se o vapor; já nas regiões de bacias flúvias, empregava-se a energia hidráulica. Grande parte das remanescentes arquitetônicas deste período configura um tipo de implantação definido como Colônia Industrial.

Em visita de estudo à exposição temporária do Museu de História da Catalunha³, intitulada *Colônias Industriais*⁴ (Figura 1) pôde-se perceber o discurso de valorização destes conjuntos arquitetônicos como importantes bens patrimoniais catalães e espanhóis, evidente no material de divulgação disponibilizado ao público:

As colônias industriais na Catalunha são um autêntico fenômeno social, econômico e cultural, característico da industrialização catalã, com mais de 150 anos de história. As colônias catalãs constituem um caso único no mundo pela grande concentração desses núcleos industriais, ao mesmo tempo fábrica e vilarejo, nas bacias flúvias dos rios catalães, em especial do Ter e o Llobregat. Na atualidade esses núcleos vivem em processo de recuperação e dignificação de seu passado, para converterem-se em bairros integrados em cidades

²Pesquisa realizada em visita à Espanha durante os meses de dezembro de 2009 e janeiro de 2010.

³O Museu de História da Catalunha (MHC) localiza-se em Barcelona, nos antigos Armazéns Gerais de Comércio do Porto de Barcelona, em um edifício construído entre 1894 e 1900; a exposição temporária “Colônias Industriais” esteve aberta à visita durante o período de 01 de dezembro de 2009 a 07 de março de 2010.

⁴Segundo informações disponibilizadas na exposição, as colônias industriais são “conjuntos urbanos que crescem ao redor e ao serviço de uma fábrica. Incluem residências, serviços básicos para os trabalhadores e edifícios destacados que marcam as hierarquias sociais: a torre do mestre, a do diretor e a igreja” (tradução da autora). As citações acima sobre as colônias industriais de Catalunha estão disponíveis do Folder da instituição referente ao ano de 2007.

ou transformarem-se em novos espaços de memória histórica [tradução da autora].



Figura 1: Painéis da exposição temporária “Colônias Industriais” do MHC.
Fonte: Soto, 2010

É mister salientar que desde julho de 2006, existe na Catalunha um *Plano de dinamização do produto turístico industrial e da inovação tecnológica*, promovido pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, ao qual já aderiram 22 municípios⁵(Figura 2). Com isso, observa-se a organização de roteiros turísticos culturais de visitas às antigas indústrias, demonstrada na divulgação referente especificamente à tipologia de Colônia feita na exposição supracitada, já que muitas delas transformaram-se em museus ou centros de estudos, disponibilizando itinerários e visitas guiadas⁶.

O Museu Nacional da Ciência e da Técnica da Catalunha (MNACTEC), localizado em Terrassa, foi o impulsor desse processo, pois tem, como um dos objetivos, ser um centro de atividades relacionadas com o patrimônio industrial.⁷

⁵Disponível em: www.xatic.cat/inici/pla/mostra.php?id_pagina=25. Acesso em 14/11/2010 às 19h e 55min.

⁶De acordo com as informações disponíveis na exposição *Colônias Industriais*, são elas: Colônia L'Àmetlla de Merola (rota cultural com visita guiada), Colônia de Bellmunt (Museu das Minas de Bellmunt de Priorat), Colônia Borgonyá (Museu Industrial do Ter de Manlleu), Colônia La Farga Lacambra (Museu do Cobre, Fundação La Farga), Colônia Güell (Centro de Interpretação), Colônia D'ogassa (itinerário de visita à colônia mineira), Colônia Pons (Centro de Interpretação da Igreja da Colônia Pons), Colônia Sant Corneli (Museu das Minas de Cercs), Colônia Sedó (Museu da Colônia Sedó), Colônia Vidal (Museu da Colônia Vidal), Colônia Viladomiu Nou (Centro de Interpretação das Colônias do Llobregat / Torre do chefe de Viladomiu Nou, Gironella), Colônia Vila-Seca (Museu Industrial do Ter de Manlleu).

⁷O edifício que o abriga é “a melhor obra arquitetônica industrial modernista da Espanha”. Disponível em: <http://www.mnactec.cat>. Acesso em 14/11/2010 às 20h e 14min.



Figura 2: Mapa da Espanha (esq.) e da Catalunha (dir.) com a localização dos municípios Catalães associados ao Plano de Dinamização.

Fonte: <http://espanholressu.wordpress.com/2009/04/15/etimologia/> & http://www.xatic.cat/inici/directori/33.php?id_pagina=33 (elaborado pela autora, 2010).

Foi possível verificar em pesquisa de campo realizada em janeiro de 2010 no conjunto da Colônia Güell⁸, localizada em um dos municípios que participa do Plano supracitado (Santa Coloma de Cervelló, situada nos arredores de Barcelona), e mundialmente conhecida pela presença da igreja do Arquiteto Gaudí considerada Patrimônio da Humanidade pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) desde 2005, a grande dimensão alcançada por esses projetos em pleno século XIX, assim como as transformações e reapropriações ocorridas ao longo do tempo. A fábrica têxtil (Figura 3) funcionou no local desde o ano 1890 até 1973, e hoje, após reabilitação, as suas edificações abrigam empresas na sua maioria de serviços. Os demais edifícios que constituem o conjunto da Colônia, tais como as antigas residências dos trabalhadores, escola, convento, cooperativa de consumo, casa do médico, entre outros, foram preservados como exemplares da chamada “corrente modernista” da arquitetura catalã, da qual fazem

⁸O industrial Eusebi Güell Bacigalupi, proprietário da Colônia, era um mecenas das artes que financiou, por exemplo, diversas obras do Arq. Gaudi (Parque Güell, Palácio Güell, Pavilhões da Chácara Güell, Bodegas Güell). Ao contrário da maioria dos industriais das colônias industriais catalãs, procurou melhorias sociais para além do interesse, é claro, de se distanciar dos conflitos sociais entre industriais e trabalhadores que ocorriam na cidade: “Güell era um exemplo típico da nova Catalunha; havia enriquecido graças à indústria têxtil e, através de suas viagens à Inglaterra, havia conhecido as últimas correntes artísticas e as novas idéias de reforma social” (ZERBST, 2005, p.24) [tradução da autora].

parte os arquitetos Francesc Berenguer i Mestres, Francesc Berenguer i Bellvehi, Joan Rubió i Bellver e Antoni Gaudí i Cornet, contratados por Eusebi Güell para elaborar os projetos de parte das edificações (Figura 4).



Figura 3: Colonia Guell, em Santa Coloma de Cervelló: declarada como “conjunto histórico-artístico de interesse” da Espanha.

Fonte: Soto, 2010



Figura 4: Edificações de destaque no conjunto: igreja de autoria doArquiteto Gaudí (esq.) e residência projetada pelo Arquitecto Joan Rubió i Bellver (dir.).

Fonte: Soto, 2010

Atualmente, a antiga Colônia configura-se como um tranquilo bairro de uso predominantemente residencial, mas estruturado para

recebimento de turistas, com um centro de interpretação que acolhe os visitantes com uma exposição com recursos audiovisuais introduzindo-os à história do local e contextualizando o processo de industrialização ocorrido na região, com destaque para a realidade das difíceis condições de trabalho dos operários das fábricas e para o modo de vida nas Colônias. Além disso, há a indicação de um itinerário de visitação com a distribuição de material gráfico informativo e disposição de placas de comunicação visual. Percebe-se, genericamente, o bom estado de conservação dos edifícios e a requalificação realizada nos espaços públicos com a presença de pavimentação e mobiliário urbano contemporâneo (Figura 5).



Figura 5: Conjunto de edificações que permanecem com uso residencial e de comércio (esq.) e praça principal requalificada (dir.)

Fonte: Soto, 2010

Para Leite, os processos contemporâneos de “revitalização” do patrimônio “voltam-se hoje a formas de reapropriação cultural das imagens das cidades, objetivando – na maioria das vezes – recriar sentidos e usos dos conteúdos e materiais do passado” (LEITE, 2002, p. 15). O autor aponta que a tendência atual das intervenções urbanísticas em áreas históricas provém de uma característica capitalista, qual seja a de considerar tais áreas como potenciais produtos de consumo. Leite ainda questiona sobre a legitimidade dos espaços urbanos “revitalizados” e se realmente podem ser considerados espaços públicos da maneira como são conduzidos.

Não sendo necessariamente todo espaço urbano um espaço público, há de se verificar quando um espaço urbano pode ser caracterizado como público. A reativação pura e simples dos usos cotidianos de um determinado espaço urbano não é, assim, característica suficiente,

embora necessária, para conferir a um determinado espaço urbano a característica de espaço público. Os processos de *gentrification* (enobrecimento) reanimam os usos públicos dos espaços urbanos. Mas, a questão fundamental é saber que tipo de uso público ocorre. Em outras palavras, em que medida esse uso público pode ser caracterizado como construção de espaços públicos, e qual o papel desempenhado pela construção dos lugares nesse processo (Ibidem, p. 116). Isto leva a uma profunda reflexão sobre qual a correta abordagem a ser adotada e sobre a importância das questões sociais serem consideradas, além das arquitetônicas e urbanísticas.

CAPÍTULO I - CIDADE E INDÚSTRIA: QUESTÕES TEÓRICAS

O ponto de partida dessa pesquisa é a concepção, segundo a qual, a história das atividades materiais dos homens ao longo do tempo produz as condições necessárias para a formação das cidades. Sobre isso, Marx (2007, p. 33) menciona que: “a história da humanidade tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca”. Ou seja, percebe-se que as cidades são produzidas, essencialmente, pelos homens e que “as próprias atividades materiais dos homens engendram as condições pelas quais o homem supera o seu estado pretérito de vida” (SILVEIRA, 2010, p.25). As cidades são, portanto, parte das expressões das atividades materiais estabelecidas entre os homens, e o nível de intercâmbio produzido por eles possibilita o conhecimento de outras cidades e o estabelecimento de um modo de vida urbano.

Para Santos (2006, p.116), as cidades são constituídas de elementos históricos (paisagem, objetos, tipos de relações, técnicas, passado, presente e futuro) capazes de manifestar um determinado momento da vida dos homens em suas ações de produção e reprodução. Esses elementos históricos, no caso dessa investigação, foram organizados por dinâmicas sociais universais, ainda que localmente mantivessem as suas peculiaridades. Cumpre ressaltar, contudo, que a noção de universalidade é, senão, “o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento”. O local manifesta-se, de outro modo, como a expressão do universal materializando-se na vida presente.

Ainda sobre isto, cabe sublinhar que as cidades, a despeito das suas peculiaridades, manifestam também uma realidade histórica que muitas vezes relativiza o universal. Contudo, não altera o sentido embutido na sua formação histórica. Santos (Ibidem, p. 58), quando discute as técnicas (na sua relação fundamental entre tempo e espaço), adverte que:

Cada técnica pode, desse modo, ter sua história particular de um ponto de vista mundial, nacional, local. Esta seria a história contada a partir do momento de sua instalação em um determinado ponto ecúmeno. A história universal seria, sobretudo, uma história absoluta que, mesmo, da história. Vistas desse modo, as técnicas aparecem como al-

go absoluto e abstrato, apesar de sua empiricidade.

Tem-se, portanto, a compreensão segundo a qual as cidades são formadas a partir dos processos sociais determinados por dinâmicas universais.

Tomemos como exemplo um instrumento de trabalho, uma fábrica: suas características técnicas induzem certo desempenho em função da utilização de um certo capital de giro, uma certa quantidade e qualidade de mão-de-obra, uma certa quantidade de energia. Assim, a idade dos instrumentos e trabalho tem implicações com o resto da economia (em virtude das possibilidades concretas de posto de trabalho). Como essas relações presidem a hierarquia entre lugares produtivos, as possibilidades de expansão ou de estancamento diferem para cada lugar. Essa situação relativa é resultado não apenas da produção local, mas do que é produzido no conjunto de lugares de um espaço dado, e envolve lugares próximos, e também longínquos, graças ao alargamento dos contextos tornando possível com os progressos nos transportes e nas comunicações e com a estandardização da produção (Ibidem, p.59).

Cumpramos ressaltar que as cidades modernas, produtos da industrialização, são determinadas pelas dinâmicas sociais advindas da universalização das mercadorias⁹. Conforme Marx (2007, p. 86-87):

A grande indústria moderna universalizou, apesar de todos esses recursos de proteção, a concorrência (ela é a liberdade prática de comércio, e os impostos alfandegários de proteção não passam, dentro deles, de um paliativo, uma defesa dentro da liberdade comercial), criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial... Destruiu, onde foi possível, a ideologia, a religião, a moral etc. e, onde logrou fazê-lo, transformou-as em uma mentira palpável. Criou pela primeira vez a história universal, fazendo com que toda nação ci-

⁹Compreende-se por universalização das mercadorias a capacidade histórica que o capital possui de lançar para todo o globo a sua forma de ser. Ou seja, o modo de produção capitalista é o único na história responsável por este empreendimento: universaliza sua base produtiva e impõe limites ao modo pretérito de produzir a vida.

vilizada e todo indivíduo, dentro dela, dependesse do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, acabando com o exclusivismo natural e primitivo de nações isoladas que existia até agora.

É nesse sentido que a estrutura social da modernidade rompe com todos os laços locais, da propriedade comum entre os homens. A tendência da modernidade é transformar tudo e todos em mercadorias universais. O modo de vida mais simples e “natural”, preso às tradições locais se decompõe na modernidade. Segundo Marx, é a cidade, por excelência, o espaço onde a vida moderna se desenvolve. O surgimento das cidades modernas implica sempre um certo número de realidades e de processos, com regularidades evidentes. “Não há abertura ao mundo, não há trocas à distância sem cidades” (BRAUDEL, 1995, p. 441, et. seq.). A cidade, portanto, é o antagonismo patente à vida rural, ou à vida das comunidades isoladas. “Nunca uma cidade se apresenta sem o acompanhamento de outras cidades. Um senhoras, outras servas ou mesmo escravas, estão ligadas, formam uma hierarquia, na Europa, na China ou em qualquer lugar”.

Cidades, desde a infância da modernidade até os dias atuais, representam a complexidade da vida em si, ou seja, é no cerne delas que nascem as conquistas mais relevantes do capitalismo. As cidades, segundo Braudel: “organizam a indústria, os ofícios, inventam ou reinventam o comércio longínquo, a letra de câmbio, as primeiras formas de sociedades comerciais e de contabilidade; inauguram também, e depressa as suas lutas de classes”.

Neste sentido, discutir a história das cidades é pressupor as conseqüências da indústria moderna no modo de vida da humanidade. Para essa pesquisa de dissertação, a cidade de Jaraguá do Sul é produto das atividades materiais engendradas pelos homens. Aliás, a colonização é produto da universalização das “coisas” acima mencionada.

Marx (2003) menciona que, para haver as cidades industriais, tem de haver em primeiro plano as condições necessárias para isso, ou seja, homens livres, máquinas, um complexo quadro social, divisão do trabalho, considerável nível de intercâmbio entre os homens, enfim, as condições para a sua existência deveriam estar previamente estabelecidas. Em meados do século XVII foi necessário que os homens abandonassem o seu estado de dependência às ferramentas e substituíssem por um “mecanismo que ao mesmo tempo, opera com certo número de ferramentas idênticas ou semelhantes àquela, e é acionado por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma” (Ibidem, p.432). Temos,

portanto, a transformação de uma base produtiva com reflexos em todo o globo.

O comércio e a manufatura criaram a grande burguesia, na medida em que nas corporações se concentrava a pequena burguesia, que agora já não dominava mais, como antes, nas cidades, mas que tinha de se curvar sob a dominação dos grandes comércios e *manufactures*. Daí a decadência das corporações, assim que entraram em contato com a manufatura (Idem. 2007, p. 83).

Cumprе ressaltar outra passagem sobre os processos para os quais as cidades se configuram, depois da industrialização.

Criou-se, em vez das cidades formadas naturalmente, as grandes cidades industriais modernas, que surgiram da noite para o dia. Destruiu, onde quer que tenha penetrado o artesanato e todas as fases anteriores da indústria. Tornou perfeito o triunfo [da] cidade comercial sobre o campo. Sua [primeira premissa] é o sistema automático. Seu desenvolvimento engendrou uma massa de forças de produção que encontravam na propriedade privada um grilhão entorpecente, como as corporações o haviam sido para a manufatura e a pequena exploração agrícola para os avanços do artesanato (p.87).

Esse processo, como se acompanhou, dá início a um conjunto de mudanças nas cidades, impulsionado por eventos como: *concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, do desfrute e das necessidades*. Sobre isso, concorda-se com Singer (1977, p. 86) quando adverte que:

Qualquer grupo humano em crescimento, cuja técnica de produção não se desenvolve, acaba esgotando os recursos naturais do território em que vive. O aumento demográfico tem que, mais cedo ou mais tarde, esbarrar com a disponibilidade limitada destes recursos, disponibilidade esta que só pode ser ampliada através do uso de técnicas novas, o que geralmente implica uma mudança no modo de produção vigente. Desta maneira, cada modo de produção estabelece seu próprio “ótimo” populacional e, quando o crescimento demográfico ultrapassa este “ótimo”, surge o excesso de po-

pulação para o qual se coloca o dilema de encontrar novos recursos (via conquista, colonização, imigração, etc.) ou perecer.

Convém ressaltar, no entanto, que as cidades industriais européias do século XIX foram objetos de inúmeras críticas sobre as suas más condições e falta de possibilidades como meio de vida para os seus habitantes, por conta das transformações ocorridas e suas consequências na vida urbana: crescimento populacional, falta de saneamento e condições de higiene, poluição advinda das fábricas, epidemias, precariedade habitacional, entre outras. A respeito disso, Benévolo (2001, p.500) destaca os escritos dos pensadores da época: Engels, Robert Owen, Charles Fourier e William Morris. O primeiro com um olhar crítico do modo de produção capitalista e a “repugnância pela cidade industrial”. Os outros três utopistas com iniciativas para a reforma da cidade industrial.

Mais tarde, no século XX, Le Corbusier tecia soluções para a cidade moderna com a sua *Laville radiieuse*, que previa a convivência entre a habitação e “os lugares de trabalho: as indústrias leves, as indústrias pesadas, a *city* dos negócios, com arranha-céus espalhados pelo verde”.

I.1 Implicações teóricas acerca das cidades: a concepção de Aldo Rossi

Aldo Rossi (2001), no livro *A Arquitetura da Cidade*, entende a cidade como uma arquitetura e, portanto, como artefato na sua totalidade, ou seja, como uma obra de engenharia ou arquitetura que cresce no tempo. Na presente pesquisa será considerada a sua definição de *tipo* qual seja: “tipo é a própria idéia da arquitetura, aquilo que está mais próximo da sua essência. É, portanto, aquilo que, não obstante qualquer mudança, sempre se impôs “ao sentimento e à razão”, como o princípio da arquitetura e da cidade. (...) nenhum tipo se identifica com uma forma, mesmo sendo todas as formas redutíveis a tipos.” (Ibidem, p. 27, et. seq.) e de *tipologia*: “A tipologia se apresenta, pois, como o estudo dos tipos não ulteriormente redutíveis dos elementos urbanos, tanto de uma cidade como de uma arquitetura”.

Os referidos conceitos serão norteadores da identificação das características das indústrias de Jaraguá do Sul no âmbito das suas implantações ao longo do tempo, como parte do crescimento da cidade.

Além disso, Rossi faz uma reflexão sobre o conceito de persistência e a teoria das permanências, de Poète e Lavedan:

Com efeito, inclino-me a crer que os fatos urbanos persistentes se identificam com os monumentos, que os monumentos são persistentes na cidade, e persistem efetivamente, inclusive do ponto de vista físico. (Salvo, enfim casos bastante particulares.) Essa persistência e permanência é dada por seu valor constitutivo, pela história e pela arte, pelo ser e pela memória.

Relacionando com o objeto de estudo e considerando as indústrias jaraguenses como fatos urbanos¹⁰ que persistem, certifica-se da importância delas para a configuração da cidade.

I.2. Cidade e patrimônio industrial


Conforme esclarece Viñuales (2007), por conta das transformações ocorridas nas formas de produção industrial, principalmente a partir da segunda metade do século XX, com a introdução de novas tecnologias, do uso da computação, e conseqüentemente de novos sistemas de transporte, de abastecimento, de preocupações ambientais, entre outros fatores, os antigos complexos industriais em diversos países passam a entrar em desuso:

Esta situação deu lugar a um novíssimo panorama industrial que deixou obsoletas –isto é: sem uso– a muitas instalações tanto nas periferias urbanas quanto em zonas rurais e vilas de antigas empresas. Acompanhando isto, muitos países foram deixando de lado o uso do trem para dar lugar ao transporte automotor, com o que a organização territorial também adquiriu novas regras. Mas as instalações não desapareceram, senão que por todos os lados restam relíquias do que foi a atividade manufatureira e seus serviços e infraestrutura. Essas relíquias são as que nos apresentam com suas vilas, vias, postes, cabos, chaminés, sinais e todo tipo de edifícios e escombros de resíduos que formaram uma nova paisagem.

¹⁰Fato urbano, para Aldo Rossi, pode ser um palácio, uma rua, um bairro, etc. A descrição das formas de um fato urbano é a morfologia urbana.

As primeiras iniciativas de reconhecimento e preservação das instalações relacionadas com a industrialização surgem na Inglaterra, obviamente por ser o primeiro país a se industrializar e por possuir, portanto, os vestígios mais antigos desse período, os quais passam a correr risco de desaparecer por conta das transformações econômicas e urbanas ocorridas no século XX. Vale ressaltar também como um dos fatores que geraram esta preocupação, a então recente destruição de várias instalações industriais européias, ocasionada pela Segunda Guerra Mundial. Em seguida, os Estados Unidos já no final dos anos 1960, realizam um recenseamento de seus sítios industriais, seguido de iniciativas de outros países europeus no decorrer das décadas de 1970 e 1980, conforme mostra a tabela 1.

Segundo Muller (2010, OBRA NÃO PUBLICADA), estas ações culminariam com a realização do 3º Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais em Estocolmo em 1978 e na instituição do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial Patrimônio Industrial (TICCHI), o qual em 2003, na cidade de Nizhny Tagil (Rússia) durante a 12ª Conferencia Internacional do TICCHI, viria a elaborar a Carta Patrimonial sobre o Patrimônio Industrial.

Período	Local	Iniciativa
1950-1960	Inglaterra	Mobilização da sociedade civil para salvar a Estação Euston, em Londres. 
		Pois essa havia sido a primeira estação intermunicipal construída na cidade. Contudo foi demolida em 1962, e em 1968 outra foi edificada no mesmo local;
		O Conselho Britânico de Arqueologia institui um comitê específico sobre a arqueologia industrial;
		Em 1965, o <i>Ancient Monuments Board</i> designa que os “monumentos industriais” deveriam ser preservados como os demais patrimônios;

	EUA	No ano de 1969, é realizado o recenseamento de todos os sítios industriais existentes;
1970	Iniciam-se os primeiros encontros internacionais sobre o tema	
	Bélgica	Inicia em 1975 o cadastramento do patrimônio industrial;
	Itália	Inicia estudos e documentação sobre o patrimônio industrial;
1980	Espanha	São propostos encontros especializados e regulares para a discussão do tema;
	Portugal	É estabelecido um órgão Nacional específico para a Arqueologia Industrial;

Tabela 1 – Cronologia das primeiras iniciativas relacionadas ao reconhecimento do Patrimônio Industrial.

Fonte: Evangelista (2006) e Kühn (1998), apud Muller (2010, TRABALHO NÃO PUBLICADO).

Na América Latina, a preocupação com um enfoque patrimonial direcionado às indústrias e o seu legado se dá mais fortemente somente a partir dos anos 1980. Sobre isso, Viñuales (2007) elucida sobre o exemplo da Argentina e chama atenção para a importância do estudo integrado entre os países sul-americanos:

Porque já se tinham claro dois assuntos: que a indústria, a ferrovia e o porto deviam se estudar de forma associada e que a estigma desejada por essas atividades tinha gerado novos aspectos e novas relações ao conjunto do país. Mas também se viu que esses assuntos não se limitavam à Argentina, mas que num momento todos os países da região estavam sofrendo mudanças bastante parecidas e que, quando se começava a valorizar a tudo isso como patrimônio, a consideração também devia se fazer abrangente. Se bem que não foi em todos os países americanos que o tema encontrou o mesmo eco, quase nenhum deixou de estar presente de alguma maneira e assim puderam se empreender pesquisas e publicações de caráter mais amplo.

A partir dos anos 1990 o cenário sobre a valorização do patrimônio industrial evoluiu na América do Sul, porém ainda com restrições:

Depois do grande estímulo dos anos 80, a década seguinte apresentou um panorama mais claro e se empreenderam algumas obras de reciclagem interessantes em muitos países do subcontinente. Depósitos portuários, cervejarias, chaminés, silos, mercados, estações de trem, foram reabilitados com novos usos e conseguiram revitalizar zonas inteiras de uma cidade e até gerar novos bairros. Também é certo que neste olhar patrimonial a essas antigas instalações houve diferentes critérios e se geraram não poucas discussões. Porque tinha alguns esconcertos frente a esse patrimônio, que podia ser declarado como monumento ou sítio histórico, mas para cujo tratamento se requeria uma flexibilidade que às vezes não tinham as normativas criadas para os monumentos tradicionais. Assim que, se nos anos 90 estava claro que o patrimônio industrial tinha valores e devia ser defendido, as idéias sobre como fazê-lo corretamente estavam ainda estabelecendo-se (Ibidem)

O livro lançado recentemente por Beatriz Mugayar Kühl (2009), intitulado *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro* traz reflexões muito relevantes para a presente pesquisa. Apesar de a obra tratar das questões atinentes ao patrimônio arquitetônico, os conceitos gerais sobre patrimônio industrial, abordados com profundidade na obra contribuem para a compreensão da relação das indústrias com a escala urbana e da multidisciplinariedade que envolve os estudos das suas representatividades para com a cidade e seus moradores.

Parte relevante do legado da industrialização é patrimônio cultural e o tratamento envolve um conjunto complexo de problemas. Um deles, por exemplo, decorre das vastas áreas que em geral ocupam os conjuntos industriais, e faz com que sua preservação assuma papel estratégico e esteja ligada de forma indissolúvel com a escala urbana e, muitas vezes, também territorial. Ademais, com frequência, esses complexos estão em zonas centrais de várias cidades e sobre eles incide considerável pressão da especulação imobiliária, fator que deve ser equilibrado com cura. Primordiais são as questões relacionadas com a história – da arquite-

tura, do urbanismo, da economia, da engenharia, da técnica, do trabalho etc. -, e as discussões vinculadas à antropologia, à geografia e à sociologia. O valor afetivo e simbólico associado a determinadas atividades produtivas e ao trabalho, a vinculação de variadas comunidades com seu passado industrial e o potencial político e econômico das transformações, possuem grande relevância e devem ser devidamente examinados e ponderados (p. 22, et. seq.).

Ademais, a autora elucida questões no que concerne à comparação entre os conceitos de arqueologia industrial e patrimônio industrial. Apesar da afirmação que, na prática, os dois têm sido utilizados como sinônimos, nesta pesquisa é importante a compreensão deles para fins metodológicos. Segundo KUHL o primeiro “volta-se ao estudo, análise e registro de formas de industrialização do passado – mesmo quando desapareceram os testemunhos materiais – e, por vezes, quando reconhecido o interesse como bem cultural, à sua preservação”. Já sobre o segundo afirma: “quando se fala de patrimônio industrial, pressupõe-se que tenham sido feitos esses estudos – que devem ser multidisciplinares – e que se tenham identificado os bens que possuem interesse para a preservação; a “arqueologia industrial” volta seus esforços a todo o legado da industrialização, seja ele considerado bem cultural ou não”.

Em consonância com estes conceitos, a Carta de Nizhny Tagil sobre Patrimônio Industrial, elaborada pelo TICCIH em 17 de julho de 2003, define que:

(...) O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estrati-

grafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas(2), criadas para ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial (...) [grifo da autora] (Idem. 2007, s/p).

Percebe-se no conteúdo da Carta que, dentre os vestígios da cultura industrial a serem estudados, as paisagens urbanas são consideradas objetos de investigação abordados pela arqueologia industrial, contribuindo para a escolha do que poderá vir a ser reconhecido como patrimônio industrial através de uma ampla discussão envolvendo várias áreas do conhecimento e, principalmente, a comunidade.

Já a definição do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Património Arquitectónico Geral (IGESPAR) (2008, p.51), ambos portugueses, contribui para esclarecer sobre a diferença entre os dois conceitos, definindo arqueologia industrial:

Esta designação poderá ter significados diferentes de acordo com contextos distintos. No início (anos 50 do século XX) do desenvolvimento desta nova área disciplinar, a arqueologia industrial integrava todo o universo que se relacionasse com os edifícios industriais, com o seu estudo e inventariação, a sua salvaguarda e a sua adaptação a outras funções. No entanto, com a evolução do conceito de patrimônio industrial, a partir da década de 70, a arqueologia industrial definiu mais o seu campo de ação de acordo com as metodologias de registo e estudo ligadas à arqueologia e aplicadas ao universo do patrimônio técnico e industrial.

E acerca do patrimônio industrial, define da seguinte forma:

Integra tanto os testemunhos materiais como imateriais das atividades técnicas e industriais com maior incidência para o período da industrialização ligada ao desenvolvimento da economia capitalista: fábricas, lojas, armazéns, habitações, escolas, creches ou cinemas, máquinas, sistemas de energia, etc., e o próprio urbanismo, para além das novas formas de vida ou das relações de trabalho

produzidas pelo desenvolvimento da indústria. Definição elaborada pelo TICCH (1978) – *Paisagem, sítio, edifício / bens móveis – instalações, máquinas, utensílios que testemunham a atividade das sociedades economicamente desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, compreendendo as fontes de energia e as matérias primas, os lugares de trabalho, os meios de transporte e utensílios técnicos, o conjunto dos produtos que resultaram da atividade industrial, o conjunto dos documentos escritos, gráficos, fotográficos, os textos administrativos, jurídicos, técnicos e outros* (Ibidem, p. 54-55)

Sobre Santa Catarina, Vichnewski (2004, p. 33-34) aponta como um dos estudos precursores da arqueologia industrial dos anos 1970 no Brasil, uma pesquisa realizada sobre uma das fábricas de Carl Hoepcke - Fábrica de Pontas, localizada em Florianópolis:

Entre esses anos, foi produzido, por Maria de Fátima Fontes Piazza, Maria Theresinha Sobierajski Barreto e Sara Regina Silveira de Souza, um importante documento, A Fábrica de Pontas “Rita Maria”: um estudo de arqueologia industrial. O trabalho nasceu da leitura do artigo de Warren Dean, de 1976, e de um grande incentivador para a produção desse estudo e também para a realização de um inventário de todo o acervo industrial de Santa Catarina, o professor belga Eddy Stols, presente no 1º Seminário Nacional de História e Energia (PIAZZA, BARRETO & SOUZA, 1982:13).

A área onde está localizada a fábrica supracitada, assim como a Fábrica de Gelo e de Rendas e Bordados, é tombada pelo município desde 1986 “juntamente com seu entorno, por estar incluída no Conjunto X – Rita Maria, de acordo com o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (SEPHAN)” (GONÇALVES; PRESTES; LEITE & MALAVOTA, 2009)¹¹.

Em relação aos últimos anos, destacam-se, no Estado, as iniciativas municipais de preservação de indústrias em Joinville, como a

¹¹Próximo às fabricas “podem ser encontradas casas geminadas que formaram uma “vila operária”, pois foram ocupadas por operários das antigas unidades fabris da localidade. Entre esses operários, havia quantidade significativa de afrodescendentes.” Disponível em: www.labpac.faed.udesc.br/caminhada8_roteiro.pdf Acesso em 19/11/2010 às 22h e 20min.

Wetzel, a Antártica e o Moinho Santista e as pesquisas realizadas sobre as indústrias de Blumenau¹². Apesar das ações do IPHAN em Santa Catarina serem voltadas nos últimos anos, preferencialmente, à preservação do patrimônio rural, o órgão destaca as características das suas indústrias, incluindo as que se localizam em áreas urbanas:

Na área rural, prevalece a indústria artesanal, representada por olarias, marcenarias, serrarias, engenhos, moinhos e atafonas, cada vez mais raros em todas as regiões. Essas construções estão sempre relacionadas a um rio ou pequeno córrego d'água, já que o funcionamento do maquinário, ao menos na sua origem, dava-se através de engrenagens impulsionadas por uma roda d'água. São raras as rodas d'água ainda em funcionamento, destacando-se as da propriedade Bez Fontana, em Urussanga, onde ainda funciona a marcenaria e a atafona. De extrema importância são também os maquinários do Museu ao Ar Livre em Orleans, todos ainda em funcionamento.

Do ponto de vista arquitetônico, a arquitetura industrial costuma ser despojada, lembrando os ranchos anexos das pequenas propriedades rurais. São assim as olarias, comuns na região, as ferrarias e serrarias, hoje menos frequentes e, pouco mais elaboradas, – por vezes edificadas em alvenaria autoportante – as fábricas de louças, conservas e as pequenas fundições. As queijarias e as fábricas de embutidos, como as instaladas na Casa Passold e no conjunto comercial de Itoupava Rega, em Blumenau, costumavam funcionar agregadas às casas e estabelecimentos comerciais. As tecelagens e fiações necessitavam de espaços fechados e várias indústrias como a Hering, no bairro Bom Retiro em Blumenau, a Malwee, em Jaraguá do Sul, e a Renaux, em Brusque, construíram amplas instalações de esmerada arquitetura. Entretanto, atualmente boa parte dos trabalhos desse ramo acontece no âmbito doméstico de trabalhadores

¹²Sobre Blumenau, ver as dissertações de Mestrado de Bernardo Brasil Bielschowsky, desse Programa de Pós-Graduação, intitulada “Patrimônio Industrial e Memória Urbana em Blumenau/SC” (2009) e a de Karine Daufenbach, da UFRJ: “Hans Broos: A Expressividade da Forma”, que inclui, dentre outros, o estudo sobre a Fábrica Hering Matriz.

terceirizados. O edifício conhecido como Casa da Represa – hoje Thapyoca –, no centro de Timbó, infelizmente mutilado por reforma descaracterizadora, era inteiramente construído em enxaimel e abrigava, na sua origem, um moinho e um descascador de arroz.

Vários desses edifícios guardam importantes relações com as paisagens centrais de suas cidades. São exemplos a fábrica no coração de Benedito Novo, e o conjunto Weege recentemente adquirido pela prefeitura de Pomerode, que deseja transformá-lo em amplo complexo cultural; é o mesmo caso da Fábrica da Antártica, em Joinville. O edifício da Fábrica de Papel, em Timbó é uma das construções de acabamento mais esmerado da cidade (IPHAN, 2007, p.176).

CAPÍTULO II - JARAGUÁ DO SUL NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Apresentou-se no capítulo anterior que a industrialização tem um papel fundamental na universalização de um modo de produzir a vida e exerce influências nas cidades brasileiras. Agora, será analisado como esta industrialização transcorreu do final do século XIX ao século XX.

Nesta perspectiva, pode-se pensar as cidades brasileiras, ou melhor, a formação das cidades brasileiras tem este contexto como pressuposto histórico. Por isso que, para se pensar o processo de constituição das cidades industriais, há de se considerar o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

II.1 Industrialização Brasileira

No que concerne ao início da industrialização que ocorre em vários países latino-americanos, incluindo o Brasil, pode-se dizer que foi um reflexo do contexto de transformações econômicas e sociais ocorridas no restante do mundo, a partir, principalmente da realidade da Europa, o que exigiu a integração dos países ao novo modo de produção vigente.

Sobre o processo de industrialização na América Latina, Graciela Viñuales (2007)¹³ esclarece:

Na primeira metade do século XIX haveria países que se modernizariam, como Cuba e Porto Rico que ainda eram espanhóis, como Brasil por ser sede da coroa, como Paraguai por seu próprio impulso. Mas a verdadeira mudança se produziria nas últimas décadas dessa centúria quando muitos países melhoraram suas comunicações internas com o traçado de ferrovias e portos, e conectaram suas terras com centros de extração e trabalho, integrando-se à economia mundial.

No Brasil, tem-se até 1930 uma economia basicamente agrário-exportadora sobre o trabalho escravo. Para Vidor (1995, p. 62) “era um tipo de exploração que existiu do início da colonização até o fim do século XIX, quando foi substituída pelo trabalho assalariado”.

¹³Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/08.091/182> Acesso em: 18/11/2010 às 11h e 20min.

Segundo Oliveira (2003, p. 35-36), a Revolução de 1930¹⁴:

(...) marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva da base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão da atividade e legada ao mercado interno. Trata-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente parcial interna crescente. A destruição das regras do jogo da economia agrário-exportadora significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura (bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo).

Desse modo, percebe-se que a industrialização brasileira assenta-se sobre uma plataforma de acumulação capitalista assaz restri-

¹⁴Segundo alguns historiadores a Revolução de 1930, que pôs fim à Primeira República, foi o movimento mais importante da história do Brasil do século XX. Ela pôs fim à "hegemonia da burguesia do café, conforme lembra Rui Fausto (2010). Na Primeira República, o controle político e econômico do país estava nas mãos de fazendeiros, mesmo se as atividades urbanas eram o pólo mais dinâmico da sociedade. Entre 1912 e 1929, a produção industrial cresceu cerca de 175%. No entanto, a política econômica do governo continuava privilegiando os lucros das atividades agrícolas. Mas, com a crise mundial do capitalismo em 1929, a economia cafeeira não conseguiu manter-se.

Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/revolucaode30.htm>. Acesso em: 14/10/2010 às 18h e 48min.

ta, isto é, o *padrão primitivo* da economia agrário-exportadora é que dá impulso à expansão industrial.

Isso quer dizer que o crescimento anterior à expansão industrial dos anos pós 1930 não somente não acumulava em termos adequados à empresa industrial, como não sentou as bases da infraestrutura urbana sobre a qual a expansão industrial pudesse repousar: antes da década de 1920, com exceção do Rio de Janeiro, as demais cidades brasileiras, incluindo-se nelas São Paulo, não passavam de acanhados burgos, sem nenhuma preparação para uma industrialização rápida e intensa.

A formação das cidades brasileiras sobre as quais se ergue a industrialização é responsável e necessária para o avanço das forças produtivas urbanas. Oliveira menciona que as cidades são capazes de captar força de trabalho suficiente, dentro dos marcos da expansão capitalista, para servir de base para a industrialização. As cidades são por natureza o espaço onde a vida acontece, onde as coisas se configuram, *sede da economia industrial e de serviços*. “O crescimento urbano é, portanto, a contrapartida da desruralização do produto e nesse sentido, quanto menor a ponderação das atividades agrícolas no produto tanto maior a taxa de urbanização” (Ibidem, p.58).

Especificamente sobre a industrialização em Santa Catarina, Pimenta (1996, p. 58, et. seq.) aponta que “desde o século XIX, concomitante ao surgimento disperso da indústria nacional, Santa Catarina constrói um lento e constante processo de desenvolvimento da indústria local, com características bastante particulares.” E, acrescenta, comparando com os demais Estados brasileiros, que foi “o único Estado de industrialização precoce, que não havia ainda conhecido qualquer processo de acumulação anterior.” Acerca da localização e do tipo de implantação das fábricas nas Colônias elucidada:

As fábricas se localizavam nos fundos dos vales, de onde partiam as testadas dos lotes traçados pela estrutura da colonização agrícola. O caráter disperso da indústria local foi fundado, num primeiro momento, pela localização das unidades fabris nas próprias propriedades agrícolas e reforçado pela utilização do sistema de acumulação baseado no trabalho do operário-colono, que combinava a jornada na fábrica com a produção agrícola, contribuindo assim para um rebaixamento dos custos industriais. Casa e fábrica se associavam pela ne-

cessidade de abastecimento de energia hidráulica, mas, também, em função do controle direto dos negócios fabris. O controle da produção industrial, o mais direto possível, vinculava estritamente residência e trabalho. Somente uma forte pressão da demanda crescente pela mão-de-obra qualificada, seria o fator de expansão das unidades industriais.

II.2 Ocupação e urbanização do Nordeste de Santa Catarina

As questões atreladas à ocupação do nordeste de Santa Catarina podem ser compreendidas mediante uma análise sobre a efervescência por que passava a Europa no século XIX, especialmente com a Revolução de 1848. Essa efervescência já era o resultado da incapacidade que os países europeus enfrentavam no interior do modo de produção capitalista.

No caso específico da Alemanha, é preciso destacar que, após o período revolucionário, deu-se impulso ao processo de industrialização e à proletarização do meio rural.

É tardiamente que a Alemanha fez sua entrada no mercado mundial, nossa grande indústria, que data dos anos 1840-1850, conheceu um primeiro impulso graças à Revolução de 1848 e atingiu sua plenitude quando as revoluções de 1866 e 1870 eliminaram de sua rota ao menos os piores obstáculos políticos¹⁵ (CAPELLANI, Apud, VIDOR, 1995, p.21)

Tendo em vista o cenário da sociedade alemã, a imigração se tornou um grande negócio para essas pessoas. Nesta perspectiva, pode-se ainda adicionar as facilidades que o governo brasileiro propiciava aos imigrantes europeus. O Decreto Legislativo nº 397 de 1846, outorgava o direito de naturalização aos imigrantes estabelecidos, no caso os de São Pedro de Alcântara.

O cenário descrito acima foi a oportunidade que os imigrantes tiveram para ocupar esta região. Deste modo, em 1850, foi fundada a Colônia D. Francisca, mediante o contrato assinado entre os Príncipes de Joinville e a Sociedade Colonização de Hamburgo. Neste

¹⁵Cumprer ressaltar que a Europa passava por um período de extrema dificuldade no que tange à sociedade. Ou seja, em meados do século XIX a crise no modo de produzir a vida estava difundida: havia a doença da batata inglesa, a colheita de cereais já era escassa, crise financeira e comercial, queda da comercialização dos produtos industriais, como lembra Vidor (1995).

mesmo movimento colonizador destacaram-se, além da Colônia D. Francisca (Joinville) Blumenau, Itajaí, D. Afonso, Piedade, Leopoldina e Santa Isabel. No final do século houve a divisão do Estado para o processo de ocupação fundiária, cujo objetivo era o povoamento; Santa Catarina passa por um processo de transformação do seu território em função destas imigrações e destas divisões.

Na figura 6, é possível verificar as microrregiões de colonização de Santa Catarina, com destaque para a região nordeste do Estado, onde Jaraguá faz parte da “Colonial de Joinville”. Além das pertencentes ao nordeste (Litoral de Itajaí, Blumenau, Itajaí do Norte e Alto Itajaí), é importante ao menos mencionar as demais, as quais se consolidaram em diversos períodos e com diferentes características: Florianópolis, Colonial Serrana Catarinense, Litoral de Laguna, Carbonífera, Litoral Sul Catarinense, Colonial do Sul Catarinense, Campos de Lages, Campos de Curitiba, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas.

A região nordeste de Santa Catarina, na qual a cidade de Jaraguá do Sul está localizada, “ainda na metade do século XIX, foi povoada por imigrantes europeus expropriados pelo capital industrial que se desenvolvia de forma acelerada na Europa” (Ibidem, p. 09) A vinda deles teve grande influência na configuração das cidades e na forma como as atividades industriais se reproduziriam nas mesmas.

A forma de ocupação inicial do território através das Companhias de Colonização acabou se reproduzindo em várias Colônias da região nordeste do Estado, que hoje são os municípios de Jaraguá do Sul, Blumenau, Joinville, Brusque:

Na região nordeste de Santa Catarina, situada sobre a Serra do Mar, os lugares destinados à povoação para os imigrantes foram seccionados em espaços urbanos e rurais sem que tenha existido um ordenamento rígido entre eles. Nos terrenos onde o relevo era mais ou menos plano, geralmente nos talwegues, prevaleceram os traçados em xadrez, mas sem nenhum rigor cartesiano. Esta organicidade do desenho das cidades na região nordeste é seguida ainda hoje, entretanto com problemas sérios, sobretudo ao que concerne à implantação de infraestrutura.

(...) pode-se observar o traçado dos eixos viários principais, formados a partir dos rios e riachos, ao longo dos quais distribuía-se os lotes. Desta

forma foi feita a ocupação de toda a região. (Ibidem, p. 174).

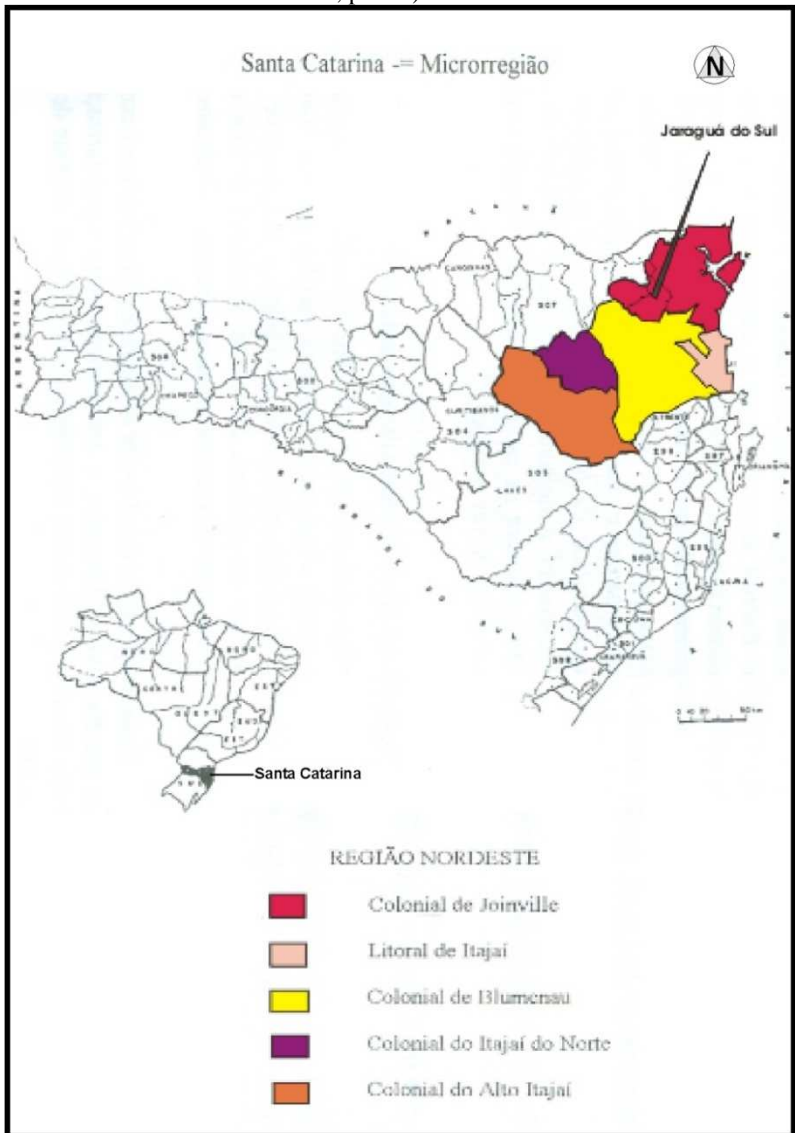


Figura 6: Santa Catarina - Microrregião -Jaraguá do Sul

Fonte: Vidor (1995, p.22). Elaboração: Soto, 2010.

II.3 Jaraguá do Sul: história e transformações urbanas

De acordo com os dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal¹⁶, Jaraguá do Sul situa-se no nordeste do Estado de Santa Catarina e está distante 185 quilômetros de Florianópolis (capital do Estado); possui as seguintes coordenadas geográficas: 26° 29' 10" de latitude Sul e 49° 04' 00" de longitude Oeste.

Tem como municípios limítrofes Campo Alegre e São Bento do Sul (ao norte); Rio dos Cedros, Pomerode, Blumenau e Massaranduba (ao sul); Guaramirim, Schroeder e Joinville (a leste), Corupá (a oeste), (Figura 7).

Sobre a sua localização geográfica, que permite a proximidade e a conseqüente interdependência com as cidades de Joinville e Blumenau, as quais são os dois principais pólos industriais de Santa Catarina, Schörner (2000) elucida:

A cidade de Jaraguá do Sul está localizada equidistante de Blumenau e de Joinville (em torno de 55 quilômetros), servida de uma “malha viária densa e organizada”. Historicamente, Jaraguá sofreu influências de Joinville e de Blumenau, a começar pela sua colonização, que foi feita a partir de imigrantes deslocados dessas duas áreas. Depois, passou a depender delas para suprir as suas necessidades, o que acontecia através do comércio. E mais: dependia delas para a obtenção de serviços mais especializados, como abertura de crédito e prestação de serviços médicos. Depois, como a estrada de ferro que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo passava por Jaraguá, esta colônia servia como corredor de exportação de seus produtos para outras regiões.

Para a compreensão de como se deu a industrialização em Jaraguá do Sul e as características das indústrias que permanecem com seus vestígios edificados como parte da configuração da cidade nos dias de hoje, foi necessário contextualizar historicamente as transformações urbanas sofridas desde os anos iniciais de colonização até os dias atuais.

¹⁶Disponível em:<http://portal.jaraguadosul.com.br> Acesso em: 12/11/2010 às 12h e 20min.

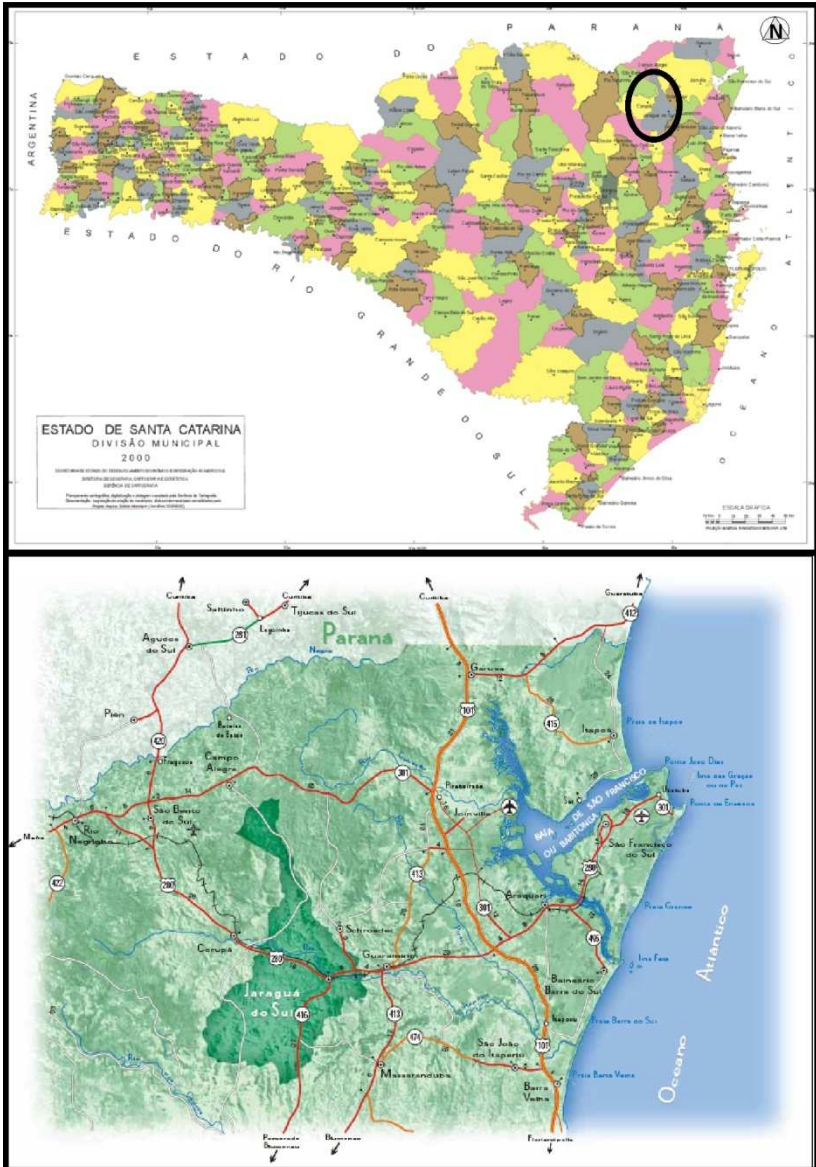


Figura 7: Acima o mapa do Estado de Santa Catarina, com a localização de Jaraguá do Sul em destaque, e abaixo a localização do município no nordeste do Estado.

Fonte: www.cepa.epagri.sc.org.br & <http://www.jaraguadosul.com.br/>. Elaboração: Soto, 2010

Segundo as poucas fontes bibliográficas disponíveis sobre a história das transformações urbanas de Jaraguá do Sul, sua ocupação tem início no ano de 1876, com a fundação do “Estabelecimento Jaraguá” pelo belga naturalizado brasileiro, Coronel e Engenheiro Militar Emílio Carlos Jourdan. Como amigo do Conde D’Eu e da Princesa Isabel, veio com o intuito de demarcar as terras dotais, recebendo do casal a concessão de uma área de 25 léguas quadradas: “Emílio Carlos Jourdan chegou a Jaraguá em 1876, trazendo consigo 60 trabalhadores, dos quais 54 pretos e 6 brancos, todos lavradores e quase todos originários do norte do país” (IBGE, p. 190).

De acordo com Schörner (2000, p. 29), o “estabelecimento consistia em um engenho de açúcar, de farinha de mandioca e de fubá, olaria e serraria”. Pode-se considerá-lo, então, como o empreendimento precursor das primeiras fábricas que viriam a surgir somente anos depois; infelizmente não há vestígios preservados dessas estruturas pré-industriais. O autor também afirma que devido “a uma série de fatores, entre eles as disputas com a Companhia de Colonização de Hamburgo, a falta de dinheiro e a precariedade dos transportes” Jourdan retorna em 1888 ao Rio de Janeiro. Após a proclamação da República (1889), as terras retornam ao domínio da União e ele ganha uma nova concessão em 1895 com a intenção de lotear as terras, marcando o início da “Colônia Jaraguá”.

Mas a colonização ocorre, principalmente, a partir de 1890, com a distribuição de lotes pela Agência de Terras de Blumenau para colonos alemães e italianos deslocados de outras áreas, tais como Joinville e Blumenau; e húngaros vindos diretamente da Europa.

Segundo Bertoli (2006), na época do retorno de Jourdan, “a colonização das terras que mais tarde iriam constituir o município de Jaraguá do Sul, além da Colônia Jaraguá, que ocupava a área entre a margem direita do rio Itapocu e a esquerda do rio Jaraguá, estava dividida em mais duas frentes”. As três frentes (Figura 9), portanto, eram:

1. Companhia de Colonização de Hamburgo (partindo de Joinville, na maioria alemães) – ocupam a as margens esquerdas do Rio Itapocuzinho e Itapocu;

2. Agência de Terras e Colonização de Blumenau – se desloca de Blumenau, Pomerode e Rio dos Cedros, trazendo alemães, húngaros, italianos – ocupam a margem direita do Rio Jaraguá;

3. Administrada pela sociedade criada por Jourdan ocupa a margem direita do Rio Itapocu e esquerda do Rio Jaraguá (no meio dos dois rios) – italianos e alemães.

Sobre esta distribuição, Schörner (2000, p. 32) esclarece:

Em relação à distribuição geográfica dos imigrantes é importante que se faça um esclarecimento: os alemães, italianos e húngaros que se estabeleceram no Rio da Luz e no Rio Cerro vão se dedicar à agricultura. Essas regiões, hoje bairros da cidade, são basicamente agrícolas. Desses bairros saem, também, grandes contingentes de trabalhadores, todos os dias, para as fábricas do município. Os imigrantes que ocuparam a margem esquerda do Rio Itapocu eram de diversas etnias e não se dedicaram exclusivamente à agricultura, tendo no comércio e no artesanato a fonte de sua subsistência.

O traçado adotado seguiu um modelo presente em outras colônias de Santa Catarina, como Joinville e Blumenau, que visava a facilidade de loteamento. Sobre os lotes coloniais de Jaraguá, Bertoli (2006, p. 23-24) contribui afirmando que:

(...) na área rural, as famílias foram assentadas em lotes que seguiram o padrão praticado pelas demais companhias. Estes variavam de 25 a 30 hectares, com aproximadamente 200 metros de frente, dispostos paralelamente entre si e perpendicularmente aos rios e ribeirões. Tal morfologia objetivava garantir e facilitar o acesso à água além de diminuir a distância entre os lotes como forma de aproximação dos colonos e medida de defesa contra os ataques de animais e índios.

Sobre os lotes urbanos Silva (1983, p.19) observa que:

Na área destinada ao núcleo urbano, que abrangeu as terras arrendadas por Jourdan na primeira fase, o padrão de divisão dos lotes seguiu o mesmo princípio que o praticado na área rural, no entanto, cada “data urbana continha entre 12.000m² a 15.000 m²”.

Parte dela - situada da foz do rio Jaraguá até o atual Cemitério Municipal – foi loteada apenas em

1913, após a instalação da Estrada de Ferro (Ibíd-
dem, p. 24).

Yunes (1995, p. 40), ao tratar das cidades reticuladas do Rio grande do Sul, aborda características que se enquadram também ao traçado inicial de algumas colônias que vieram a se consolidar como cidades de Santa Catarina, e ao caso de Jaraguá do Sul:

A partir de meados do século XIX, o reticulado urbano passa a contrapor-se à ideia de cidade colonial brasileira. Assimilando os conceitos de modernização urbana provenientes da Europa, os planos reticulados representam a oposição aos modelos orgânicos das antigas povoações coloniais. (...) foram determinantes para a generalização da ocorrência do modelo reticulado a rapidez, a simplicidade e a racionalidade do parcelamento do solo, já que a comercialização dos lotes passa a adquirir uma parceria com o delineamento proposto para a futura cidade.

Na Figura 8 fica evidente o traçado reticulado adotado na Colônia Jaraguá, com uma tipologia de retícula que pode ser classificada como *Irregular Heterogênea*, segundo Yunes (1995).



Figura 8: “Planta da verificação da medição de dez mil hectares de terras devolutas entre os rios Itapocu e Jaraguá concedidos por despacho do Governo (?) de 1895 ao (?) Coronel Emílio Carlos”

Fonte: AHJS. Elaboração: Soto, 2010

Passados, portanto, os primeiros anos de ocupação do território, as atividades econômicas começam a se estabelecer. Schörner (2000, p. 48). sintetiza sobre a evolução da consolidação da industrialização, após a possibilidade de acumulação de capital por parte dos comerciantes ou proprietários das “vendas”, dos quais os agricultores dependiam para comercializar sua produção:

A evolução econômica das áreas de colonização, em geral, passou por três períodos distintos: o primeiro deles foi a passagem do nível de subsistência e agro-exportador à fase do artesanato, ligada à transformação dos produtos agrícolas e produção têxtil para o consumo. Em relação à Jaraguá do Sul esse período vai desde a fundação do “Estabelecimento Jaraguá” (25 de julho de 1876), até meados da década de 1930. O segundo período é caracterizado por profundas alterações estruturais (energia, transportes, sistema de crédito e desenvolvimento demográfico, por exemplo) que permitem a passagem do artesanato à pequena indústria. O terceiro período tem início com a inserção da cidade na economia nacional, a partir de 1960, quando se consolidam uma série de empresas, surgem outras e têm início as exportações em grande escala.

A partir da compreensão com base no que o autor afirma, serão abordados, a seguir, os três períodos de industrialização citados.

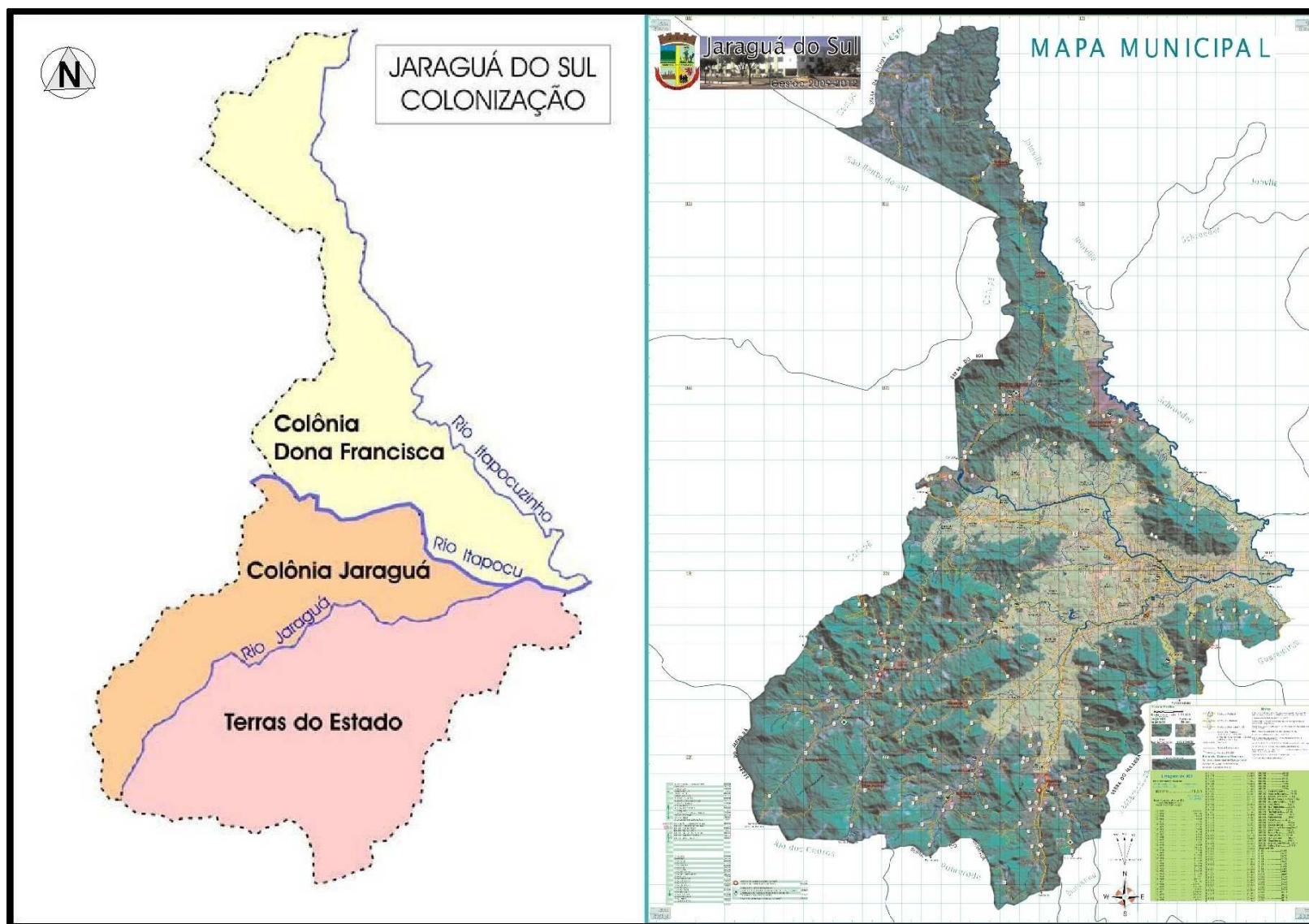


Figura 9: Comparação entre a divisão colonial do atual Município de Jaraguá do Sul (esq.) e o Mapa Municipal atual (dir.)

Fonte: Bertoli, 2006 (esq.) & PMJS, 2008

II.3.1. Primeiro período de industrialização – 1890 a 1930

Segundo Schörner (2000), da primeira década de sua colonização – 1890, até início do século XX, Jaraguá viveu uma economia de subsistência, baseada na pequena propriedade, com as transações comerciais feitas geralmente na base da troca, com pouco uso do dinheiro. Existiam apenas as “indústrias domésticas” de transformação dos produtos agrícolas, como engenhos de açúcar e cachaça, a produção de fubá e farinha de mandioca, manufatura de charutos, produção de vinho, etc.

De acordo com o documentário “Jaraguá do Sul ontem e hoje – 1920/1976” (MORETTI, s/d) Jaraguá, na década de 1920 era um distrito com apenas 12.000 habitantes, sendo que oitenta por cento da população localizava-se em áreas rurais; pertencia ao município de Joinville e, por isso, reivindicava maior autonomia política. O núcleo comercial localizava-se no entorno da estação ferroviária, que era ponto de embarque e desembarque de toda a produção de Blumenau e região com destino ao porto de São Francisco do Sul ou a Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro.

Como afirmam Canuto; Correa; Jagnow & Hufenüssler (p. 45, et. seq.) na década de 1920 havia poucas indústrias em funcionamento, sendo na sua maioria de beneficiamento de produtos agrícolas. Caracterizava-se, portanto, pela presença de pequenas propriedades agrícolas, com plantação de milho, mandioca, cana-de-açúcar, banana e pecuária, com a produção de leite.

“Os comerciantes mais fortes, por sua vez, transformavam muitos produtos agrícolas *in natura* em produtos industrializados, possibilitando sua comercialização. Havia açougues, indústrias de laticínios, moinhos de fubá e beneficiadores de arroz ligados às casas comerciais. (...) Os principais comércios da época eram os de Georg Czerniewicz, Bernardo Grubba, Wilhelm Weege, Georg Wolf, Gottlieb Stein, Alois Stueber, Walter Marquardt, dentre outros”

“(...) havia também uma dezena de pequenas indústrias como a fábrica do Sr. Tiedke, depois adquirida por Max Wilhelm, a fábrica de balas Schmidt, o curtume de Arnoldo Schmidt, a fábrica de

charutos Butzke, a fábrica de chapéus Marcatto, a cervejaria de Wilhelm Walter.”

É nessa década também que surgem a fábrica de refrigerantes de Max Wilhelm e a Fábrica de Essências Rudolph Hufenüsler, ambas fundadas por imigrantes alemães, que vieram ao Brasil em decorrência da crise de 1921 da Alemanha, após a 1ª Guerra Mundial. Nessa época, os alemães que chegavam ao Brasil caracterizavam-se por se constituírem em mão-de-obra especializada ou em pequenos empresários, diferentemente daqueles que vieram no final do século XIX, os quais eram na sua maioria agricultores.

Vale ressaltar que durante esse período as estradas da região ainda eram muito precárias, portanto havia o uso preferencial das ferrovias e da navegação de cabotagem para o escoamento da produção. Somente a partir da proibição deste tipo de navegação com o início da Segunda Guerra Mundial, Jaraguá passaria a ser ponto de entroncamento rodo-ferroviário, pois o trajeto rodoviário preferencial entre o Centro-Sul e o Rio Grande do Sul passava por Joinville, Jaraguá, Timbó e Lages, o que viria a contribuir para o desenvolvimento do núcleo urbano.

Em relação ao fornecimento de energia, é importante salientar que a primeira localidade de Jaraguá a ter energia elétrica foi Garibaldi, através de um pequeno gerador movido por roda d'água instalado por Walter Marquardt, fornecendo energia às casas do povoado e para uma precária iluminação pública. “Já na Vila de Jaraguá, a história da Energia elétrica inicia entre 1912 e 1913, com um conjunto de locomóvel (caldeira a vapor sobre rodas) e gerador de 17KWA, pertencentes à Empresa de Eletricidade Jaraguá Ltda”.

Ainda sobre as fontes de energia, os autores afirmam que em meados da década de 1920 muitas indústrias utilizavam a força motriz hidráulica:

a rede de distribuição atingia apenas as principais ruas da região central e a energia era fornecida somente durante algumas horas; na região, havia pequenas hidrelétricas e alguns geradores privados movidos por outras fontes de energia



Figura 10: Vista de Jaraguá na década de 1920, ainda com características de pequeno povoado.

Fonte: AHJS

II.3.2. Segundo período de industrialização –1930 a 1960

Canuto; Correa; Jagnow &Hufenüssler (2003) a partir de 1929, com a criação da Empresa Sul Brasileira de Eletricidade (EMPRESUL) - com sede em Joinville -, a qual incorporou a Empresa de Eletricidade Jaraguá Ltda., e tinha como um dos sócios majoritários a empresa alemã Allgemeine Elektrizitäts Gesellschaft (AEG) (Figura 11), houve a construção, pela própria AEG, da Usina na Bacia Hidrográfica do Bracinho, inaugurada em 1932. A partir de então, a distribuição de energia para as cidades serranas estava centralizada em Jaraguá, o que ampliou a disponibilidade local.

A década de 1930 é marcada pela Revolução liderada por Getúlio Vargas, o qual assume o Governo Federal por quinze anos. Nesse contexto, Jaraguá torna-se município em 1934, mesmo ano em que Plínio Salgado¹⁷ desembarca na cidade juntamente com integralistas

¹⁷Fundador, em 1932, da Ação Integralista Nacional, que era uma organização de características militares, uniforme com distintivo do sigma e a saudação “Anauê” (você é meu irmão em tupi guarani).

vindos de Joinville, quando é fundado o Núcleo Integralista de Jaraguá, com enorme penetração no município (aproximadamente 2.000 adeptos), incluindo trabalhadores de pequenas indústrias, o que torna a cidade um forte reduto integralista em Santa Catarina, acarretando a eleição de um integralista como primeiro prefeito municipal, o qual seria exonerado em 1937 quando Getúlio Vargas decretou o Estado Novo, conforme Moretti (s/d).



Figura 11: Fábrica de Turbinas da AEG (Berlim), projetada por Peter Behrens, marco da arquitetura industrial, construída entre 1908 e 1909.

Fonte: http://www.siemens.com/history/en/news/assembly_hall.htm

No início dos anos 1940, Jaraguá era considerada como o quarto município mais industrializado de Santa Catarina, mesma época em que começa o controle sobre as manifestações culturais dos imigrantes, com a proibição de falar em alemão e italiano em público, e o fechamento de escolas e clubes.

Em 1943, ano em que o município teve sua denominação alterada para Jaraguá do Sul, a EMPRESUL sofreu intervenção federal, passando em 1948 a ser patrimônio do Estado de Santa Catarina. Havia, nesse momento, racionamento de energia, sendo um obstáculo para o desenvolvimento industrial da região. Com isso, terminado o racionamento de combustíveis ocasionado pela Guerra, algumas indústrias se transferiram para perto dos rios, como a Malharia Marquardt, ou instalaram seus próprios geradores.

Durante o governo estadual de Irineu Bornhausen (1950 a 1954) foi construída uma linha de alta tensão entre a Usina Termoelétrica do Capivari (Tubarão) e Jaraguá do Sul. Esta Usina pertencia à Cia. Siderúrgica Nacional e supria de energia as minas de carvão no sul do Estado. Como segunda solução, construiu-se uma barragem no oitavo salto do Rio do Julho e, através de um túnel de 1200 metros, transpuse-

ram-se estas águas para o Rio Bracinho. Com isso, foi possível, a partir dos anos 1950, que algumas indústrias de maior porte pudessem se instalar no Município, favorecidas também pelo incentivo dado pela Prefeitura através de isenção de impostos, conforme pode ser verificado em Leis Municipais desse período disponíveis no acervo do AHJS e na (Figura 13)



Figura 12: Vista de Jaraguá do Sul na década de 1950

Fonte: AHJS

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1957, p. 197) destaca que, em 1950, a população do então Município de Jaraguá do Sul era de 27.240 habitantes (3.220 na cidade), ocupando o 20º lugar em população no Estado de Santa Catarina. Já em 1958, a população aumentaria para 34.554 habitantes.¹⁸ Em relação à economia, pautava-se principalmente na agricultura, porém já contava com 53 estabelecimentos industriais. Sobre o traçado urbano cita que “A cidade desenvolveu-se sem traçado prévio, surgindo à beira do rio, caminhou no mesmo sentido das águas”.

¹⁸Vale lembrar que nesse momento o município abrangia a atual cidade de Corupá.

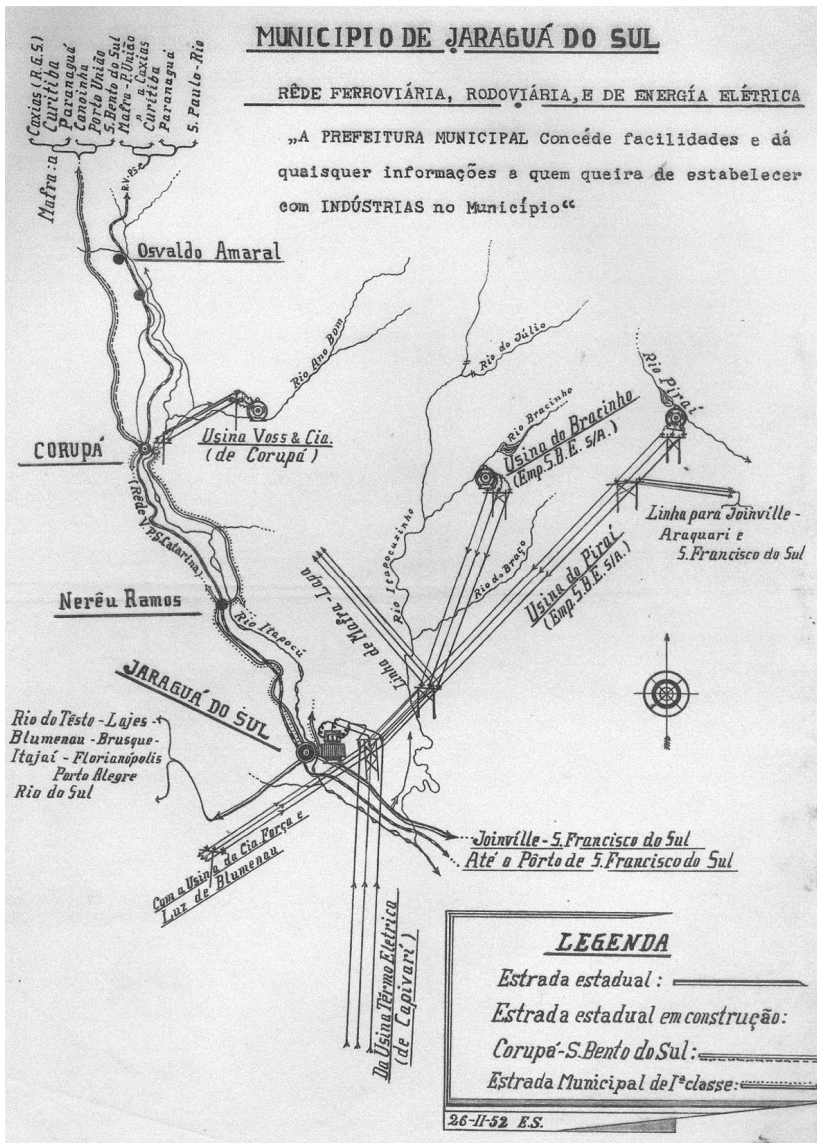


Figura 13: Documento do ano de 1952, divulgando as facilidades que a Prefeitura Municipal concedia para a implantação de indústrias.

Fonte: AHJS.

II.3.3. Terceiro período de industrialização – a partir de 1960

O final da década de 1950 e início dos anos 1960 marcaram a transformação de Jaraguá do Sul, mudando seu perfil de município agrícola para industrial:

Diversos acontecimentos pontuaram esta transição. Houve mudança de escopo das pioneiras empresas comerciais, que, no início da colonização de Jaraguá do Sul e depois, por um bom período, adquiriam dos colonos os produtos agrícolas e lhes forneciam itens industrializados e tinham como apêndice instalações de beneficiamento dos produtos agropecuários que não podiam ser comercializados *in natura*. A nova fase econômica fez com que alguns definhassem e outros optassem pela mudança de ramo, aproveitando-se do superávit gerado pelo beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas e das facilidades de linhas de crédito para a implantação das indústrias. Nesta época, Comércio e Indústria Breithaupt S.A., Bernardo Grubba S.A. e Reinoldo Rau no Centro, Wilhelm Weege S. A. na Barra do Rio Cerro, Walter Marquardt e George Wolf no Garibaldi, Roeder, Raduenz e Gustavo Gumz no Rio Cerro eram fortes esteios da economia jaraguense (CANUTO; CORREA; JAGNOW & HUFENÜSSLER, p. 158).

A instalação do Banco do Brasil em 1958, por influência do então Prefeito e correspondente do banco na cidade Waldemar Grubba, contribuiu para viabilizar o desenvolvimento fabril do município. No início dos anos 1960 surgiram, então, as empresas do ramo eletro-metal-mecânico, como a WEG, Kohlbach e Erwino Menegotti, impulsionadas pelas políticas de incentivo do Governo Kubittschek (Ibidem, p.160)

Com o golpe de 1964 e o início da ditadura militar, as indústrias usam recursos dos Bancos de desenvolvimento para ampliar a capacidade produtiva.

Nos anos 1970, o município disputava a posição de terceiro parque industrial de Santa Catarina, situação evidente na realização da Exposição Industrial (EXPO 100), em comemoração ao centenário da cidade, (Figura 14), substituindo a Feira Agropecuária que ocorria anteriormente. É nessa década também que surgem os primeiros problemas

urbanos, tais como crescimento desordenado, déficit habitacional e ocupações irregulares.

O recebimento de um contingente de mão-de-obra de outros locais, principalmente do Paraná, e a facção nas indústrias têxteis passam a ser uma realidade:

(...) o município de Jaraguá do Sul e o Vale do Itapocu vão sofrer sensíveis transformações que os marcarão peculiarmente, uma vez que trouxeram consigo a diferenciação interna na composição da classe trabalhadora, com o surgimento e consolidação do “colono-operário”, os fluxos migratórios, que são mais significativos a partir dos anos 1970 e que vão dar início às disputas entre “os daqui” e os “que vêm de fora”, a descentralização da produção via unidades de produção instaladas nos municípios vizinhos, sob a alegação de contribuir para o desenvolvimento dos mesmos, e a diferenciação existente no próprio processo de produção, onde convivem lado a lado a produção em grande escala e a facção, uma forma de produção que é característica da pré-indústria (SCHÖRNER, 2000, p.87 -88).

De acordo com Canuto; Correa; Jagnow &Hufenüssler (p. 210), um dos fatores que contribuíram para o grande crescimento industrial de Jaraguá do Sul e da região foi a criação, em 1975, do Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE), no governo Estadual de Konder Reis. Esse programa beneficiava a criação de novas indústrias, através da cessão de parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para aplicação em novos empreendimentos.



Figura 14: EXPO 100 em comemoração ao Centenário de Jaraguá do Sul

Fonte: AHJS

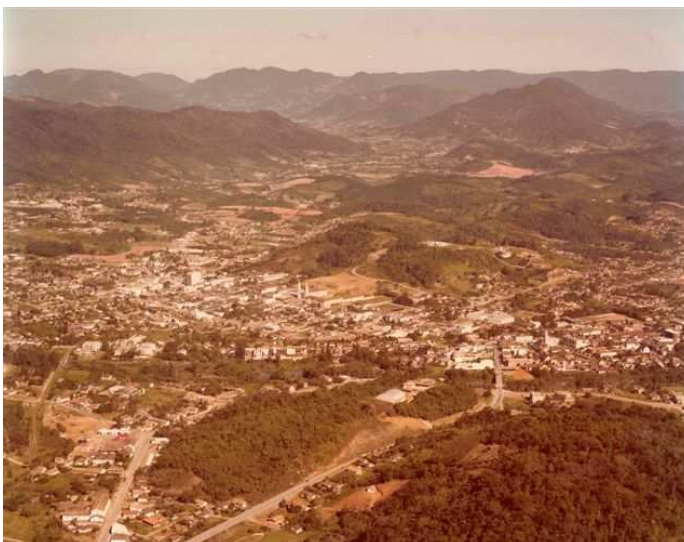


Figura 15: Vista de Jaraguá do Sul na década de 1970

Fonte: http://jaraguadosul.blogspot.com/2007_12_01_archive.html

Como afirma Mateddi (2005), entre as décadas de 1970 e 1980 a população cresceu aproximadamente em 60%, e o número de pessoas trabalhando na indústria triplicou. Com isso, a população urbana passa a ser predominante, alterando a cidade consideravelmente; também nessas décadas foram demolidas e substituídas diversas edificações antigas.

Segundo Schörner (2000, p. 71): “havia em Jaraguá do Sul, em 1982, cerca de 370 indústrias nos mais diversos ramos de atividades”. Já em meados dos anos 1990 havia em torno de 700 indústrias.

Sobre o crescimento da indústria local ocorrido nos anos 1980 Bertoli (2006, p. 31) salienta:

Nos anos 80, a economia brasileira mergulhou numa longa recessão. Todavia, a diversificação do parque fabril jaraguense e, em alguns casos também a diversidade de ramos de atividade dentro de uma mesma empresa, possibilitaram que a crise fosse transposta sem a diminuição do ritmo de crescimento. Contrariamente ao que ocorria em outras áreas do país, esta década foi caracterizada no município pelo pleno emprego e levou à busca

de mais trabalhadores. Como resultado, a população urbana teve um incremento de 118,82% em relação a 1970.

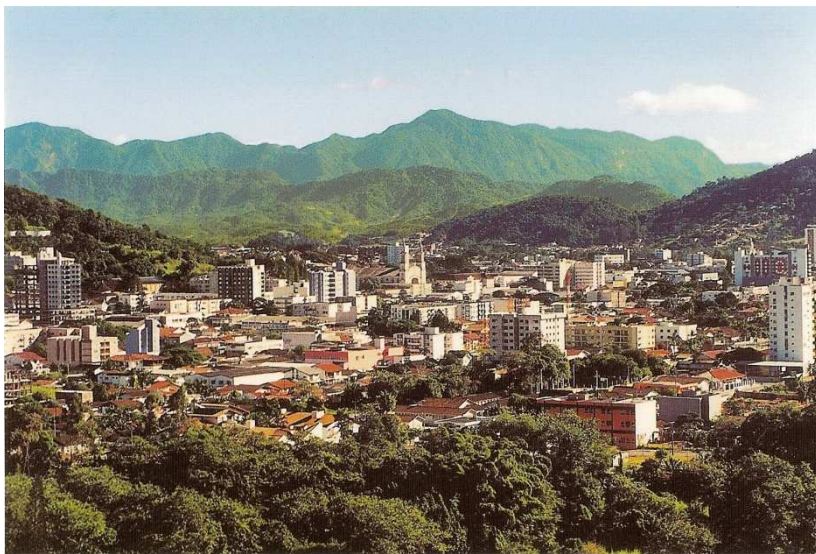


Figura 16: Vista da cidade na década de 1990

Fonte:

<http://jaraguadosul.blogspot.com/search/label/Jaragu%C3%A1%20do%20Sul%20d%C3%A9c.%20de%2090>

É apenas nos anos 1990, apesar do grande crescimento das últimas décadas, que as preocupações com o planejamento urbano se iniciam efetivamente através da criação de um Plano Diretor para o município, como destaca Bertoli (2006, p. 38):

Apesar da escala assumida pelo processo de urbanização de Jaraguá do Sul a partir de 1970, é somente em 1991, após a Constituição Federal de 1988 exigir a elaboração de planos diretores para os municípios com mais de 20.000 habitantes, que se inicia a elaboração do Plano Diretor de Organização Físico-territorial Urbana de Jaraguá do Sul (PDO); este tem como marco a Lei nº 1.766, de dezembro de 1993, que institui o código de zoneamento de uso e ocupação do solo e a Lei nº 1.767, de dezembro de 1993, que institui o código de parcelamento do solo.

Em relação aos últimos anos, segundo o IBGE¹⁹, Jaraguá do Sul possuía em 2005 uma população de 128.237 habitantes, estimada em 139.017 habitantes para 2009. Caracteriza-se, atualmente, como um município predominantemente urbano, já que no ano de 2000, apenas 11,22% da população estava na área rural; Jaraguá do Sul possui um dos mais altos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil e de Santa Catarina: 9º colocado no Estado e 30º no Brasil e grande importância para a economia do Estado: “A cidade de Jaraguá do Sul apresenta hoje a terceira maior economia do Estado de Santa Catarina (atrás de Joinville e Blumenau)” (IPHAN, s/d, p.316).

Apesar de todo o desenvolvimento econômico, o município apresenta a maioria dos problemas atuais coincidentes com os dos demais centros urbanos brasileiros, tais como: crescimento desordenado, espraiamento da cidade para áreas periféricas sem infraestrutura urbana adequada, ausência do controle por parte do poder público quanto à especulação imobiliária, a poluição decorrente da presença das indústrias, o êxodo rural, e a destruição do patrimônio edificado, com a acelerada alteração da paisagem urbana.



Figura 17: Vista da cidade em 2010: as chaminés das indústrias fundem-se à paisagem.

Fonte: <http://www.chanfotos.com/arquivos/93.html>

Na figura 18 é possível perceber a vultosa ampliação do perímetro urbano ocorrida da década de 1930 a de 1990, onde gradativamente as áreas rurais foram transformadas em urbanas. A instalação das indústrias acabou por contribuir para esse processo, já que as suas

¹⁹Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 20/10/2010 às 15h e 14min.

implantações em áreas inicialmente afastadas do núcleo central atraíram o uso residencial voltado à massa de trabalhadores locais ou imigrados e, conseqüentemente, de comércio e serviços para seu atendimento.

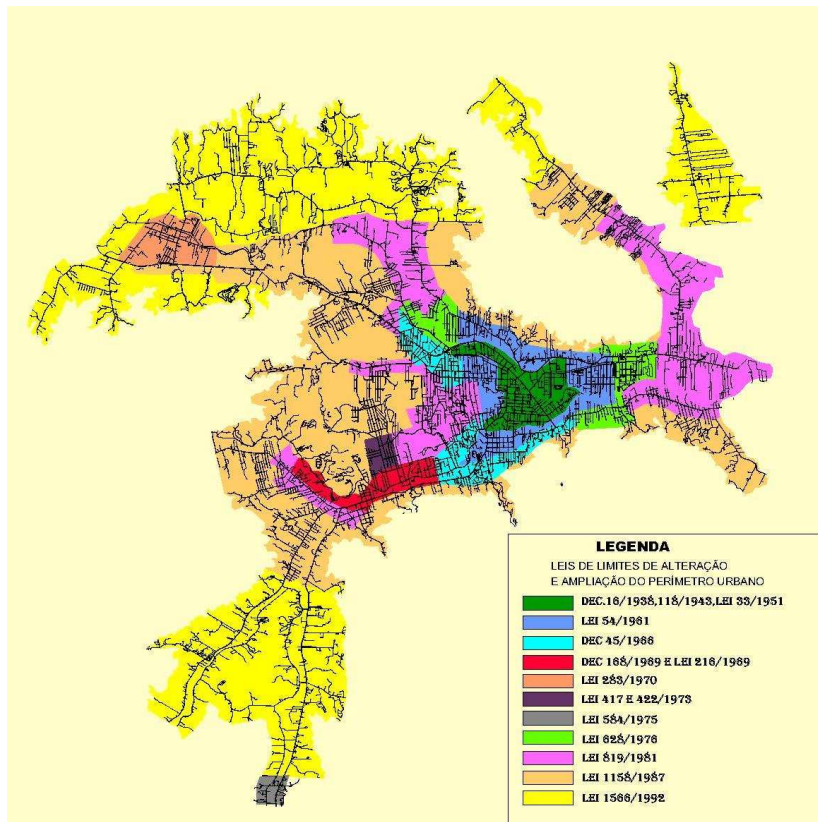


Figura 18: Mapa de evolução do perímetro urbano do Município de Jaraguá do Sul no período 1938 - 2001.

Fonte: PMJS

A partir deste breve panorama histórico de Jaraguá do Sul, e do seu processo de industrialização, é possível compreender melhor o que permanece preservado no seu traçado urbano e nas suas antigas edificações.

II.4. Patrimônio urbano e edificado de Jaraguá do Sul

As obras de “revitalização do Centro Histórico de Jaraguá do Sul”²⁰ (CHJS), (Figura 19), que foram inauguradas em dezembro de 2008 e abrangeram a restauração da antiga Estação Ferroviária (construída em 1943), do antigo Galpão de Depósito de Cargas (construído em 1909, funcionou como estação até 1943) e melhorias no seu entorno (Figura 19), sugerem o reconhecimento atual da importância de preservar o patrimônio urbano e edificado do município, ou pelo menos de parte dele.

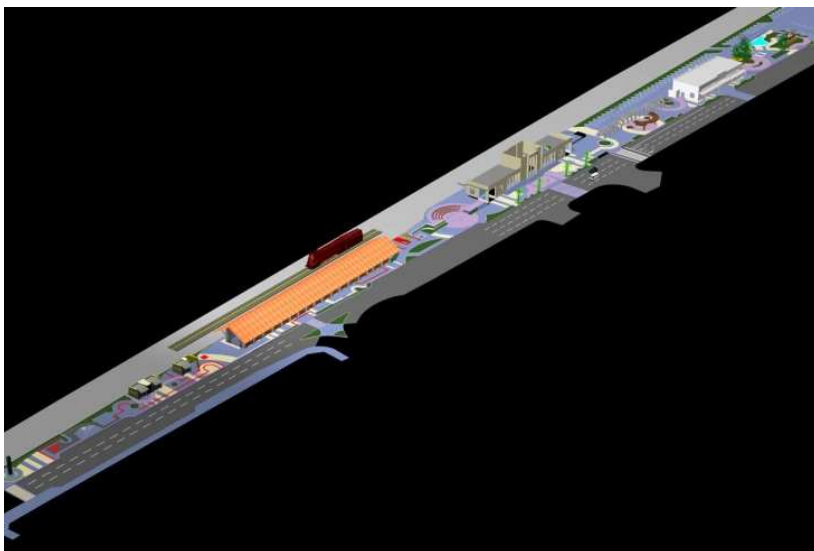


Figura 19: Projeto geral de “Revitalização do Centro Histórico”. Na sequência da esquerda para a direita: antigo Depósito de Cargas, antiga Estação Ferroviária e Mercado Público Municipal.

Fonte:

http://cultura.jaraguadosul.com.br/modules/xt_conteudo/index.php?id=436

²⁰As obras, viabilizadas através da Lei Rouanet, foram realizadas em três etapas: a primeira abrangeu a restauração do antigo Depósito de Cargas para abrigar a Biblioteca Pública Rui Barbosa; a segunda a restauração da antiga Estação Ferroviária para destiná-la aos novos usos de Museu do Expedicionário, Memorial da Estação e Espaço Innocência Silva; a terceira o paisagismo, incluindo a construção de “quiosques” e melhorias na área de entorno, que chega até o Mercado Público Municipal.

II.4.1. Centro Histórico de Jaraguá do Sul

A área que sofreu a intervenção mencionada está inserida na Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC) - “destinada à proteção e preservação do patrimônio ambiental cultural, abrangendo sítios, edificações ou conjuntos de edificações de valor arquitetônico e histórico.” Tal zoneamento foi previsto a partir do Plano Diretor aprovado no ano de 2007, através da Lei Complementar nº 65/07 ²¹(Figura 20), conforme diz o Artigo 55:

§11. A ZEIC correspondente ao Centro Histórico fica limitada pelas ruas 1 – av. Getulio Vargas, 23 – Pastor Ferdinando Schlunzen, 30 – Estheria Lenzi Friedrich, 33 – Henrique Piazero, 62 – Exp. Gumercindo da Silva e 156 – Leopoldo Janssen e uma linha paralela ao lado par da rua 1 – av. Getulio Vargas, a 100 m do alinhamento predial desta.

§12. A ZEIC correspondente ao pouso do vôo livre, no bairro Ilha da Figueira, fica limitada pelas ruas 118 – Araquari, 115– Sergipe, 262 – Jose Kochella, 320 – Rodolfo Sanson e seu prolongamento até o rio Itapocu. (PMJS, 2007, et. seq.)

O Centro Histórico corresponde ao núcleo urbano inicial, que se deu a partir da implantação da ferrovia no início do século XX, da construção da sua primeira estação e das atividades de comércio e serviços que surgem no seu entorno. Já a outra área considerada ZEIC - “área de pouso livre”, destina-se à prática esportiva de vôo livre em parapente, uso consolidado há alguns anos que faz da cidade um local bastante conhecido entre os praticantes dessa modalidade (Figura 20).

Quanto ao gabarito máximo permitido na Zona, a lei prevê:

Art. 58 - Fica estipulado para Jaraguá do Sul o gabarito máximo de altura de edificações de:

I - 4 pavimentos ou 12 m, na ZEIC do Centro Histórico, descrita no § 11o, art. 55 desta Lei;

II – 4 pavimentos ou 12 m, em polígono delimitado pelas ruas 118 – Araquari, 115 – Sergipe, 262 – Jose Kochella, 320 – Rodolfo Sanson e seu prolongamento até o rio Itapocu, pelo rio Itapocu e

²¹Disponível
http://portal.jaraguadosul.com.br/modules/xt_contenido/index.php?id=895 Acesso
10/10/2010 às 23h e 05min.

em:
em:

pelas ruas 238 – Guilherme Behling e 1.140 – Rinaldo Bogo;

III - 2 pavimentos ou 6 m, em polígono delimitado pelo rio Itapocú e as ruas 118 – Araquari, 1.140 – Rinaldo Bogo e 238 – Guilherme Behling.

§ 1o – O gabarito de altura de edificação e contado a partir do nível do solo.

§ 2o – Os polígonos citados nos incisos II e III integram a ZEIC do pouso do vôo livre, no bairro Ilha da Figueira, descrita no § 12, art. 55 desta Lei.

A permissão para quatro pavimentos no Centro Histórico possibilita uma alteração na configuração da área, já que afetará a ambiência²² das edificações ainda preservadas, em grande parte com dois pavimentos, descaracterizando-o. Além disso, o seu entorno imediato é classificado como (Figura 21):

ZCP (Zona Comercial e de Serviços Principal): destinada ao uso comercial não atacadista e de prestação de serviços não especial mais intenso, complementado pelo uso residencial, indústrias de até pequeno porte e pequeno potencial poluidor/degradador e outros compatíveis, toleráveis ou admissíveis. Compreende a área central da cidade, podendo receber intervenções e projetos de renovação, qualificação ou reestruturação urbana;

ZCS (Zona Comercial e de Serviços Secundária): destinada ao uso comercial não atacadista e de prestação de serviços não especial menos intenso, complementado pelo uso residencial, indústrias de até pequeno porte e pequeno potencial poluidor/degradador e outros compatíveis, toleráveis ou admissíveis.

Nestas zonas, o gabarito máximo permitido é de doze pavimentos, o que desconsidera totalmente a relação com o Centro Histórico e a gradação de alturas necessária para áreas de maior verticalização e adensamento.

O novo Plano Diretor prevê a transferência do direito de construir para, entre outros fins, “preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultu-

²²Segundo Costa (2005) o termo ambiência é: “usado quando o sentido transcende a designação dos arredores da edificação e compreende o meio em que o bem está inserido.”

ral”. Esse instrumento previsto no Estatuto das Cidades, se bem aplicado, pode ser um aliado na preservação dessa pequena área protegida por lei, já que visa de certa forma compensar os proprietários das edificações históricas ou imóveis nela localizados.

No texto do Plano Diretor, por diversas vezes é mencionada a importância da preservação do patrimônio cultural, porém o que se vê como resultado da proposta de Zoneamento é a delimitação muito reduzida, na escala urbana, das áreas consideradas de “interesse cultural” no município e também a possibilidade de uma ocupação bastante impactante na sua área de entorno, do ponto de vista da paisagem urbana. Para explicitar o que é mencionado vale dizer que, como ainda não há a definição do índice (ou coeficiente) de aproveitamento na legislação vigente, a taxa de ocupação pode ser considerada como a área construída máxima em cada um dos 12 pavimentos permitidos. No caso da ZCP e da ZCS, o artigo 18 da Lei 1.766/93, de 09/12/93 define que:

§ 1º - Para a ZCP a taxa de ocupação máxima permitida para os 2 (dois) primeiros pavimentos (embasamento) é de 100% e para os demais superiores (lâmina) é de 80%, e na ZCS a taxa máxima única é de 80%.

§ 2º - Para edificações exclusivamente residenciais na ZCP vale a taxa de 80%.

§ 3º - As taxas a que aludem os parágrafos 1º e 2º deste artigo são aplicáveis também aos terrenos que têm acesso pelas vias que delimitam a ZCP, localizados exteriormente à mesma.

Percebe-se, com estas elevadas taxas de ocupação permitidas, o quanto as leis atuais possibilitam uma ocupação que privilegia, principalmente, a especulação imobiliária, desconsiderando a relação do Centro Histórico com a paisagem, de uma forma mais ampla e integrada com as áreas adjacentes, contrariando, por exemplo, o que recomenda a Carta do Restauro (1972):

Para que o conjunto urbanístico em questão possa ser adequadamente salvaguardado, tanto em relação a sua continuidade no tempo como ao desenvolvimento de uma vida de cidadania e modernidade em seu interior, é necessário principalmente que os centros históricos sejam reorganizados em seu mais amplo contexto urbano e territorial e em suas relações e conexões com futuros desenvolvimentos; tudo isso, além do mais, com o fim de

coordenar as ações urbanísticas de maneira a obter a salvaguarda e a recuperação do centro histórico a partir do exterior da cidade, através de um planejamento físico territorial adequado. Por meio de tais intervenções (a serem efetuadas com os instrumentos urbanísticos), poder-se-á configurar um novo organismo urbano, em que se subtraíam do centro histórico as funções que não serão compatíveis com sua recuperação em termos de saneamento e conservação.

Ao contrário do que recomendam as Cartas Patrimoniais e das discussões que vem ocorrendo há décadas sobre a necessidade de conciliar a preservação do patrimônio com o planejamento urbano contemporâneo, com o forte crescimento da cidade, grande parte das antigas edificações vem sendo demolida, em um embate entre alguns setores da população e os interesses privados:

Algumas situações são devastadoras, como é o caso de Jaraguá do Sul, que, frente ao crescimento econômico e industrial e à pressão imobiliária decorrente desse processo, viu perder-se uma parcela considerável do seu acervo histórico (IPHAN, p. 116).

Com um parque industrial considerável (e em expansão), sua zona urbana cresce aceleradamente, passando por um processo de renovação que infelizmente desconsidera uma parcela significativa do seu patrimônio histórico. No centro, as poucas edificações de valor cultural que ainda restam sobrevivem com dificuldades frente ao acelerado crescimento urbano— em especial no que se refere às edificações de cunho residencial (p.316).

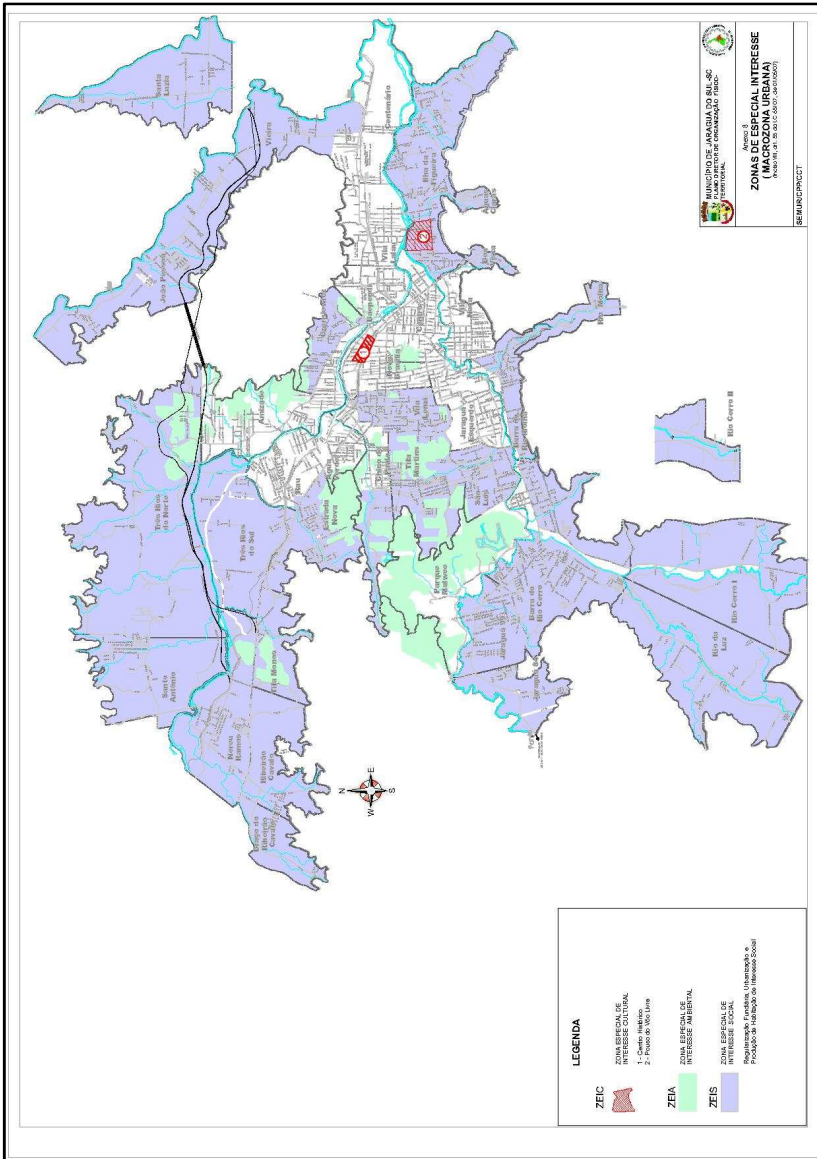


Figura 20: Localização da ZEIC.
 Fonte: PMJS



Figura 21: O “Centro Histórico” corresponde à pequena área estabelecida como ZEIC, representada no mapa pela cor azul escuro. Seu entorno imediato é conformado pela ZCS (rosa), ZCP (bege) e ZR (verde água).

Fonte: PMJS

II.4.2. Patrimônio tombado em Jaraguá do Sul

Para diagnosticar o patrimônio industrial do Município, sentiu-se a necessidade de verificar, antes, qual é a realidade do reconhecimento do seu patrimônio em geral, ou seja, o que já foi selecionado pelo poder público como relevante para ser preservado como testemunho da história local, estadual ou nacional.

O patrimônio urbano e edificado de Jaraguá do Sul abarca, para além do chamado “Centro Histórico” e das edificações com mais de trinta anos protegidos pela Lei Municipal nº 1854/94²³ de 29 de junho de 1994 (que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e natural do Município e considera a criação do COMPHAAN²⁴), quatro tombamentos federais e cinco estaduais²⁵.

²³Alterada pelas Leis Municipais nº 4711, de 11 de julho de 2007, e nº 5.082, de 15 de outubro de 2008. A lei na íntegra consta em anexo.

²⁴Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (COMPHAAN) criado pelo Decreto Municipal Nº 2.994/94, de 1º de julho de 1994, é um

Já a relação dos tombamentos municipais inclui dezesseis bens tombados²⁶, na maioria de uso residencial ou religioso, a saber:

- Casa Eurides Silveira - construída em 1917, foi tombada pelo decreto municipal n.º 5099/2004. Localiza-se na estrada Itapocu-Hansa, Bairro Nereu Ramos.

- Igreja Evangélica Lutherana de Santa Luzia, foi tombada pelo decreto municipal 4367/2001 em 10 de agosto de 2001. Localizada na Rua Carlos Frederico Ramthum n.º 16701, Bairro Santa Luzia.

- Escola Evangélica, de 1920;

- Igreja Evangélica, de 1935;

- Residência em técnica enxaimel datada de 1935, propriedade de Ivone Borchardt - Bairro Rau;

- Residência em técnica enxaimel datada de 1924, propriedade de Lili Z. Friedel - Bairro Amizade;

- Residência em técnica enxaimel datada de 1930, propriedade de Jeison Manske - Bairro Três Rios do Sul;

Tombamentos realizados em 18 de outubro de 2010 pelo Decreto municipal n.º 7.503:

- Residência de Beatriz Regina Schmitt Ewald, de 1933;

- Residência de Dolores Lopes Lescowicz, de 1920;

- Residência de José Roberto Infante Bonatto e Tania de G. Bonatto, da década de 1920;

- Cemitério Bruestlein de propriedade de Leier Administradora e Prestadora de Serviços Ltda., de 1901;

- Residência de Luiz Sarti e outros, de 1940;

- Mitra Diocesana de Joinville - Igreja Santíssima Trindade, de 1925;

- Residência de Pedro Kopeaki, de 1933;

- Imóvel de propriedade de Splitter Administradora de Bens Ltda., de 1937;

órgão de deliberação coletiva, subordinado ao chefe do Poder Executivo Municipal, e tem por finalidade auxiliar a administração municipal na preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico, artístico e natural. Também cabe a este conselho fiscalizar a política municipal de proteção, preservação, conservação, revitalização, restauração e destinação do patrimônio histórico, arquitetônico, artístico, natural e ambiental do município de Jaraguá do Sul.

Disponível em: http://portal.jaraguadosul.com.br/modules/xt_conteudo/index.php?id=381
Acesso em 10/10 às 19h e 37min.

²⁵Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/> Acesso em 09/10/2010 às 21h e 41min. Dados complementados com informações atuais disponibilizadas pela FCJS.

²⁶Informações fornecidas pela FCJS (2010).

- Residência de Tranquilo Antonio Costenaro, de 1944.

Os bens tombados no âmbito Estadual pela Fundação Catarinense de Cultura incluem as seguintes edificações:

- Estação Ferroviária e Galpão de Depósito de Cargas - Decreto nº 3.366 de 17 de novembro de 1998, (Figura 22, à direita). O tombamento inclui o entorno, considerando 100 metros tomados de cada uma das extremidades do conjunto formado pelas duas edificações localizadas na Av. Getúlio Vargas, Centro Histórico.

- Edificação em técnica enxaimel na Estrada Rio da Luz Primeiro (pequeno) nº 663, mais conhecida como *Casa Rux*, Erwin (Figura 22, acima), - Decreto Estadual nº 5.917 de 21 de novembro de 2002. Construída em 1915 por Erwin Rux; a proteção abrange jardins, ranchos, cercas, poços, estufas e edificações anexas, com entorno em uma faixa de 300 metros de cada extremidade do bem tombado. Recebe visitação pública.

- Sociedade Paraná - Estrada Geral Itapocu Hansa nº 8.315 - Nereu Ramos, mais conhecida como *Casa Schiocket*, Vittorio - Decreto Estadual nº 5.917 de 21 de novembro de 2000, (Figura 22, abaixo); a proteção abrange jardins, ranchos, cercas, poços, estufas e edificações anexas. Proteção do entorno numa faixa de 300 metros de cada extremidade do bem tombado.

- Edificação em técnica enxaimel de propriedade da empresa Comércio e Ind. Breithaupt localizada na Rua Expedicionário Gumercindo da Silva, s/n, mais conhecida como *Depósito Breithaupt*-Decreto Estadual nº 5.918 de 21 de novembro de 2002. Tombamento inclui o entorno em uma faixa de 50 metros de cada um dos lados do bem tombado. Trata-se do antigo descascador de arroz Breithaupt, da década de 1940;

- Duas edificações em técnica enxaimel da indústria *Malwee Malhas*, localizadas na Rua Berta Weege, s/n (recrutamento de pessoal da Weege Malhas Ltda.) e na Rua Berta Weege, 200 (antiga fábrica)²⁷ - Decreto Estadual nº 5.918 de 21 de novembro de 2002. O tombamento inclui o entorno numa faixa de 50 metros de cada um dos lados dos bens tombados. Situam-se uma defronte à outra, fazendo parte do complexo industrial da empresa Malwee Malhas.

²⁷Essas duas edificações de propriedade da Malwee Malhas serão abordadas com mais atenção no próximo capítulo.

É importante mencionar que Jaraguá do Sul participa do projeto *Roteiros Nacionais da Imigração*²⁸, lançado em uma propriedade rural de Pomerode no ano de 2007, que visa, entre outras coisas, criar um roteiro turístico voltado à valorização da cultura dos imigrantes europeus que colonizaram o Estado de Santa Catarina, principalmente relacionada à pequena propriedade rural. Devido a essa participação, um número significativo de processos de tombamentos federais, estaduais e municipais foi realizado, referentes na sua maioria ao patrimônio rural edificado.

Segundo Althoff (2008), há oito imóveis incluídos nos *Roteiros* que tiveram seu processo de tombamento iniciado pela FCC em 2007²⁹.

De acordo com dados atuais disponibilizados pelo Departamento de Patrimônio Material (DEPAM) do IPHAN, existem quatro bens protegidos no âmbito federal localizados no município de Jaraguá do Sul, os quais foram apreciados pelo Conselho Consultivo no ano de 2007 (processo de tombamento nº 1548³⁰). São eles:

- Conjunto Rural Testo Alto e Rio da Luz - Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico;
- Casa Rux, Erwin - Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo das Belas Artes;
- Casa Schiocket, Vittorio - Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo das Belas Artes;
- Depósito Breithaupt - Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo das Belas Artes;

28De acordo com o IPHAN: “o projeto do Ministério da Cultura (MINC) e do IPHAN - que conta com o envolvimento do Ministério do Turismo (MTUR), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Governo de Santa Catarina, do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e de 15 municípios catarinenses - insere-se no conjunto de ações de reconhecimento e valorização da contribuição das diversas etnias na formação da identidade cultural brasileira”. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?p=60>. Acesso em 09/10/2010 às 20h39min

²⁹ Não foi possível obter informações se o processo de tombamento estadual já foi concluído. Segundo o IPHAN, os imóveis selecionados foram: Casa Tribess, Elga; Casa Gilow; Casa Kruger, Arthur; Casa Braun, Alfonso; Casa Mayer, Wigando; Casa Jansen, Adelino; Casa Toeve, Rolf; Casa Nagel.

³⁰Esse processo incluiu quarenta e nove tombamentos federais no Estado de Santa Catarina, abrangendo, além de Jaraguá do Sul (com 4 bens tombados), os municípios de Ascurra (1), Blumenau (7), Indaial (6), Itaiópolis (4), Joinville (4), Orleans (1), Pomerode (12), Timbó (5), Urussanga (3), Vargem (1) e Vidal Ramos (1) (IPHAN, 2010).

Vale ressaltar que dos bens constantes na relação supracitada, os três últimos já haviam sido tombados pela FCC no ano de 2002, portanto os tombamentos Estaduais e Federais referem-se a oito bens no total: quatro com tombamento estadual, um com tombamento federal e três que possuem os dois tipos de proteção.

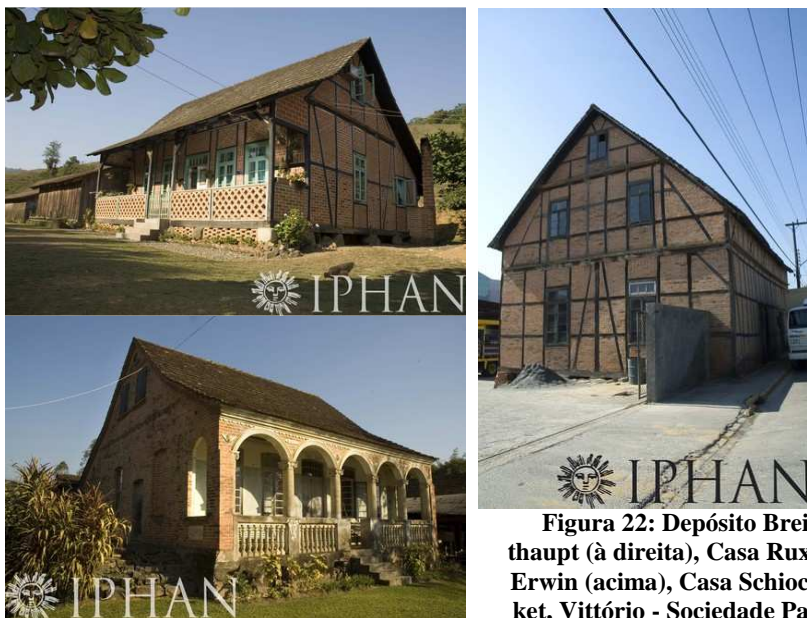


Figura 22: Depósito Breithaupt (à direita), Casa Rux, Erwin (acima), Casa Schiocket, Vitória - Sociedade Paraná (abaixo).

Fonte: Arquivo IPHAN (Tempo Editorial, 2005)

Percebe-se, através de uma análise das datas das legislações relativas à proteção do patrimônio Jaraguense, que as ações de preservação têm início efetivo somente em meados da década de 1990, primeiramente na esfera municipal com a criação de uma Lei de Tombamento e do COMPHAAN no ano de 1994, o que certamente abriu precedentes para que os tombamentos estaduais viessem a seguir nos anos de 1998 e 2002. Lembrando que, justamente nesse período, um número significativo de tombamentos foi realizado no Estado, destacando-se, por exemplo, os das cidades próximas de Joinville e Blumenau, além de outros municípios de menor porte.

Pode-se verificar que o tipo de edificações selecionadas para reconhecimento como patrimônio relaciona-se, principalmente, com o legado da imigração européia na região - principalmente a alemã e a italiana, grande parte com as atividades rurais e muitas delas têm o fato de serem exemplares da técnica construtiva enxaimel³¹ como um importante motivo de sua inclusão no seletivo grupo.

A antiga Estação Ferroviária e o antigo Depósito de Cargas são os únicos bens que se relacionam diretamente com o desenvolvimento urbano e industrial, possibilitado pela chegada da ferrovia. Já as edificações pertencentes à Malwee Malhas Ltda., assim como o Depósito Breithaupt, por exemplo, tiveram seu tombamento calcado principalmente em sua técnica construtiva (enxaimel), e não necessariamente por fazerem parte de um conjunto industrial; até mesmo porque não possuem características da arquitetura da industrialização, pelo contrário, remetem às técnicas artesanais resgatadas pelos imigrantes ao chegarem às colônias de Santa Catarina no século XIX, sendo uma delas adaptada para as atividades ligadas à indústria.

³¹Segundo Vidor, a técnica do enxaimel encontra-se mais presente originalmente nas áreas rurais e “se caracteriza como obra de grande efeito plástico, decorrente da exposição de materiais tectônicos, sem nenhuma cobertura, sem adereços, fazendo com que os tijolos, telhas e madeiras brilhem de acordo com a intensidade da luz. Estas construções, sempre em simbiose com o verde natural, onde foram construídas, marcam de maneira muito forte, todo lugar em que se encontram. Outrora, estas construções foram consideradas rudes”. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.039/660>. Acesso em: 10/11/2010 às 14h e 45min. Definição de *Enxaimel* no Novo Dicionário Aurélio (1986): “Cada uma das estacas ou grossos caibros que, juntamente com as varas, constituem o engradado das paredes de taipa, destinado a receber e manter o barro amassado”.



Figura 23: Antigo Depósito de Cargas “revitalizado”, atual Biblioteca Pública Rui Barbosa
Fonte: Soto, 2008



Figura 24: Antiga Estação Ferroviária em obras.
Fonte: Soto, 2008

Atualmente, a FCJS vem trabalhando no “Projeto de Preservação Memória e Identidade de Jaraguá do Sul - Patrimônio Arquitetônico dos Caminhos Históricos”, cujas propostas foram aprovadas pelo COMPHAAN em fevereiro do presente ano (Resolução nº 002/2010). Trata-se de um projeto, que se embasa em uma catalogação já iniciada no ano de 1994, que visa valorizar os caminhos históricos, através do tombamento municipal de exemplares arquitetônicos diversos, principalmente da área central, relacionados ao uso residencial, comercial, religioso, cultural, à manufatura, entre outros.³² Segundo informações da própria FCJS, ainda não há a definição de um enfoque relacionado ao uso industrial, por exemplo; porém algumas indústrias desativadas foram incluídas no projeto, tais como a Max Wilhelm e o Curtume Schmitt, com maior ênfase na residência de seus proprietários. Ambas serão abordadas com maior detalhe no terceiro capítulo dessa dissertação.

Percebe-se, então, que o reconhecimento do patrimônio edificado de Jaraguá do Sul, por parte do poder público, está bastante relacionado à imigração européia, com enfoque principalmente nas atividades rurais advindas dela, como é possível verificar, por exemplo, no Dossiê dos Roteiros Nacionais da Imigração:

É uma das cidades economicamente mais importantes e também uma das que mais cresce. Em contraste com o crescimento urbano acelerado, Jaraguá do Sul possui um importante e expressivo conjunto de bens históricos e paisagísticos ao longo das estradas que cortam a área rural (IPHAN, p. 116).

Nas áreas rurais é onde se preserva o testemunho mais eloqüente da participação do imigrante na formação do município. No entanto as zonas rurais de Jaraguá do Sul tornaram-se progressivamente periferias urbanas, exigindo imediatas medidas de controle e planejamento urbano e territo-

³²Isso explica o grande número de tombamentos municipais realizados em outubro desse ano. Um ciclo de palestras sobre o tema da preservação do patrimônio edificado vem sendo promovidas na cidade com o objetivo de “conscientizar a população em geral, bem como os proprietários de imóveis considerados Patrimônio pelo COMPHAAN, os empresários da construção civil, empreendedores e incorporadores imobiliários, sobre os valores do patrimônio histórico, sua importância, sua relação com a cidade de hoje, preservação, novos usos e formas de se apropriar destes espaços históricos, sua integração com a comunidade e os cuidados que se fazem necessários para a sua manutenção”. Disponível em: http://portal.jaraguadosul.com.br/modulos_externos/ciclopalestras/index.php?id=1 Acesso em 03/11/2010 às 16h e 09min

rial. O Vale do Rio da Luz, do Rio Cerro e a localidade de Nereu Ramos, onde estão localizadas algumas das mais importantes propriedades de imigrantes de Jaraguá do Sul, já sofrem a influência do crescimento urbano da cidade (IPHAN, p. 316).

Portanto, ainda se considera muito pouco a necessidade de preservação dos vestígios da influência que esses imigrantes tiveram em relação ao processo de industrialização e urbanização, não só como proprietários de indústrias e empreendedores, mas também como operários, os quais constituíam grande parte da população.

Concorda-se, então, com Reis Filho (In: SOTO, 2008, OBRA NÃO PUBLICADA)³³, quando é questionado sobre a ainda vigente legislação federal de tombamento (Decreto Lei nº 25 de 1937) e sobre as ações dos órgãos gestores do patrimônio:

Com a participação dos Estados e Municípios, o interesse pelo assunto, a atividade turística, nós temos que fazer uma revisão completa. Esse diálogo é importante, e dos mais velhos com os mais moços especialmente, porque nós, mais velhos, não vamos mais viver essa outra etapa. Mas a minha geração, que começou a trabalhar praticamente nos anos sessenta, mas que alguns de nós estudamos antes, já teve uma outra visão que não foi a do IPHAN. Primeiro que nós não tínhamos os preconceitos anti-neoclássicos, anti acadêmicos e anti-ecléticos e fizemos um estudo como o meu livro: “Quadro da Arquitetura no Brasil”. Eu fiz questão de preencher o que pra mim era uma lacuna, uma ligação entre o século XVIII e o começo do século XIX e o modernismo, uma faixa que era maldita. Não se discutia, não se analisava e havia projetos excelentes independentemente do conceito de estilo. Então, tem o fato que eles atuaram com o edifício isolado. Foi um belíssimo tra-

³³ Entrevista realizada no ano de 2008 em São Francisco do Sul - SC, quando da visita de Nestor Goulart Reis Filho ao Centro Histórico para realização de pesquisa histórica a pedido do IPHAN. Naquele momento, o tema dessa dissertação ainda não estava definido, e o enfoque, portanto, das perguntas foi outro: o Centro Histórico de São Francisco do Sul e as intervenções do Projeto Monumenta. Entretanto, é pertinente para a presente discussão, levantar a sua visão crítica sobre o que vem sendo feito nas últimas décadas, e a sua perspectiva do que deve ser realizado, considerando todos os tipos de patrimônio urbano e edificado.

balho, nós partimos dele, mas já naquela época foi ficando claro para nós que não podia ser só isso. Então, alguns colegas começaram a estudar caminhos, edifícios industriais, ferrovias e passamos a vida discutindo essas outras coisas. Agora está na hora de discutir em conjunto todas essas coisas: tipos de edifícios, cidades, conjuntos urbanísticos, inclusive discutir os conceitos para definir com clareza o que está sendo preservado. E que tipo de intervenção para cada tipo de situação [Grifo da autora].

II.5. Localização das indústrias em Jaraguá do Sul

Com o intuito de obter a situação atual e da permanência das indústrias de Jaraguá do Sul, utilizou-se como base para o início da análise o mapa de *localização das grandes e médias indústrias do município de Jaraguá do Sul nas distintas décadas de fundação* (Figura 25). Nele constam as principais indústrias de médio e grande porte³⁴ em atividade no município, as quais são, na maioria, dos ramos têxtil/vestuário ou metal-mecânico, considerando a data de suas fundações; apesar de algumas delas já existirem anteriormente à data considerada nos mesmos locais onde se encontram hoje com outras atividades ou outros tipos de produção, como a Malwee e a Duas Rodas por exemplo, conforme será abordado no capítulo III.

Analisando-o, percebe-se a grande influência que a ferrovia teve na localização das indústrias para escoamento da produção, assim como os rios tiveram para as mais antigas, por conta da utilização da força motriz hidráulica e também para beneficiamento de produtos ou descarte de dejetos. Além disso, posteriormente outro fator determinante foi a localização das rodovias que dão acesso à Blumenau ou a Joinville: (...)
(...) é possível notar a grande quantidade de indústrias implantadas até 1970, cujo papel tornou-se marcante na conformação e consolidação do atual parque fabril de Jaraguá do Sul. Pode-se constatar ainda como a disposição das indústrias foi fortemente influenciada pela existência da linha férrea. Em menor medida, a localização destas foi tam-

³⁴“(...) definição dada pela Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) que classifica o porte das empresas segundo o número de funcionários devidamente registrados” (DEUS, 2002, p.19).

bém incutida pela via de ligação com Blumenau, hoje SC-416, ao longo da qual se estabeleceram empresas como a Malwee Malhas e a Seara Alimentos (BERTOLI, 2006, p.28).

A forte presença das indústrias influenciou consideravelmente na configuração da cidade, acarretando na transformação de áreas que eram, quando das suas implantações, rurais ou pouco urbanizadas, em vários loteamentos predominantemente residenciais direcionados principalmente à moradia dos trabalhadores das indústrias: “Com o progresso das indústrias e a imigração gerada pela oferta de empregos, surgiram os loteamentos no entorno das mesmas, (...), onde a maioria é de nível médio, como o porte da edificação também” (DEUS, 2002, p.44).

No próximo capítulo abordar-se-á parte das indústrias que constam no mapa e que continuam em atividade; além disso, serão incluídas algumas que não constam no mapa, ou por serem de pequeno porte (Chocoleite), ou por estarem desativadas (Bernardo Grubba, Curtume Schmitt, Max Wilhelm e Marquardt), mas que são importantes para a história da cidade, devendo, portanto, ser consideradas.

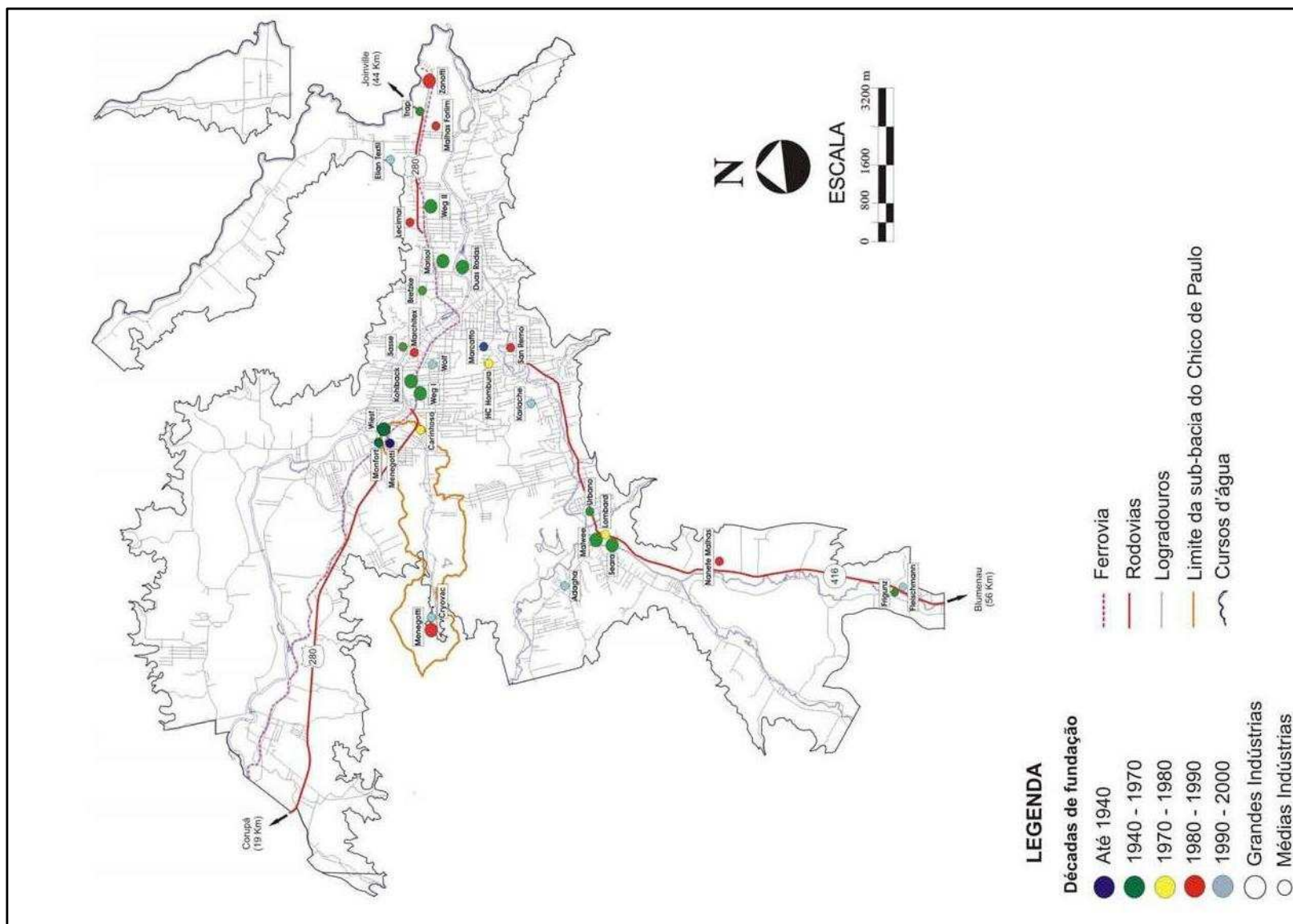


Figura 25: Localização das grandes e médias indústrias do município de Jaraguá do Sul nas distintas décadas de fundação
 Fonte: Deus, 2002, apud, Bertoli, p. 29

CAPÍTULO III - DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EDIFICADO DE JARAGUÁ DO SUL

Para diagnosticar o patrimônio industrial edificado de Jaraguá do Sul, foi necessário, primeiramente, levantar informações gerais acerca das suas principais indústrias. Para tanto, optou-se por uma tabela para análise e demonstração dos dados, contextualizando-os historicamente. Para a definição de quais seriam as indústrias incluídas, considerou-se a disponibilidade de fontes bibliográficas, e também a observação empírica de quais são consideradas como mais importantes, do ponto de vista histórico, pela população.

O objetivo é que, a partir da análise da tabela, seja possível selecionar as indústrias que possuem as suas edificações preservadas, ou parte delas a fim de se realizar um estudo mais aprofundado das mesmas. Para tanto, partiu-se do princípio que a compreensão da totalidade é fundamental antes de se ater às suas características particulares, a fim de entender as relações entre os fatores que as conformaram e os nexos com as demais indústrias surgidas ou já existentes nos períodos de suas fundações, assim como a relação histórica estabelecida entre elas.

Foram incluídas ao todo dezoito indústrias (Figura 26) de diferentes segmentos de produção, dispostas por ordem de data de fundação, a partir da mais antiga, considerando como marco o ano de sua criação, mesmo que os usos não fossem os mesmos que os atuais (por exemplo: antigas “vendas” e manufaturas que se transformaram posteriormente em indústrias); portanto, algumas das datas de fundação diferem das apresentadas no mapa da figura 25, pois nele, se considera as décadas quando se deram as consolidações já como indústrias propriamente ditas.

As informações que não puderam ser confirmadas durante a presente pesquisa, por conta da inexistência de fontes bibliográficas a respeito ou por não ser possível obter autorizações para visitas de estudo, já que muitas delas estão em atividade, poderão ser objeto de futuras investigações.

As linhas grifadas em cor cinza claro correspondem às indústrias selecionadas para a realização de um diagnóstico mais aprofundado que nas demais, a ser tratado adiante. São aquelas que possuem maior número de informações coletadas, possibilitando a confirmação da presença de antigas edificações preservadas, e que tiveram grande influência na conformação da cidade.

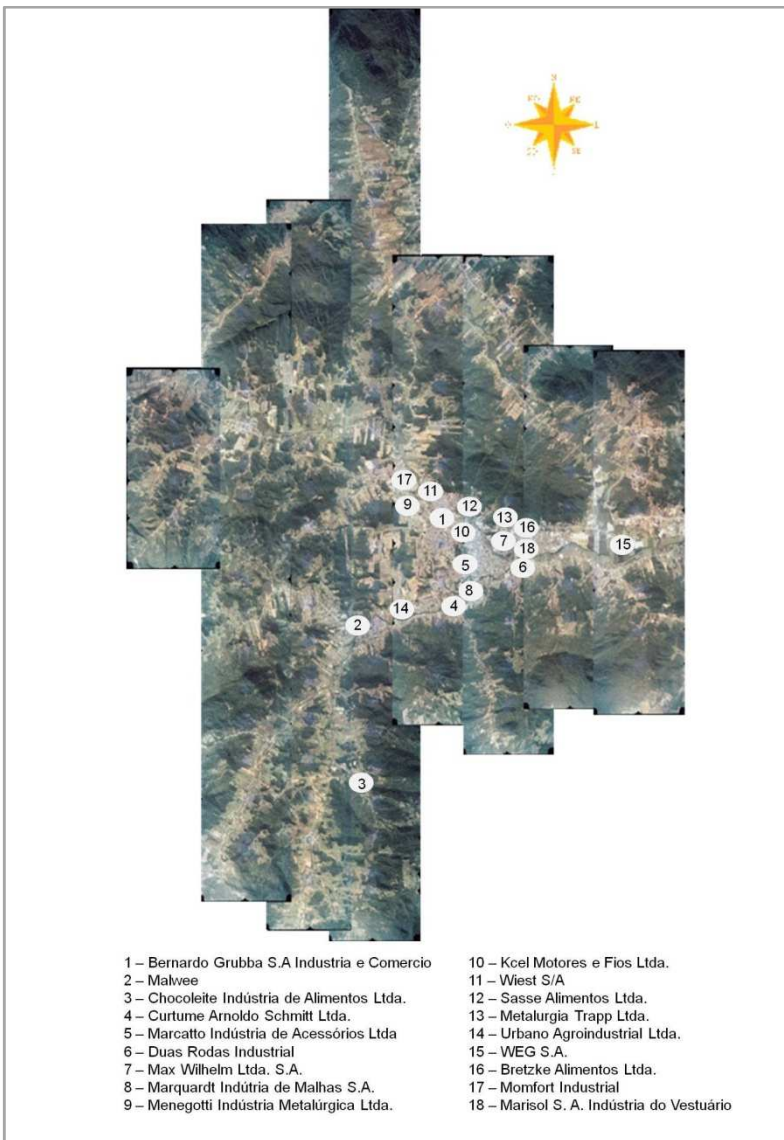


Figura 26: Implantação das indústrias relacionadas na Tabela 2

Fonte: PMJS. Elaboração: Soto, 2010.

III. 1. Panorama das principais indústrias de Jaraguá do Sul, implantadas entre as décadas de 1900 e 1960

	Contexto Histórico Geral	Ano de fundação/ Nome atual	Nomes antigos	Produção original	Produção atual	Localização	Permanece com atividades no local de implantação original / possui antigas edificações preservadas?
01	<p>DÉCADA 1900</p> <p>Início do processo de industrialização no centro do Brasil (São Paulo).</p> <p>JARAGUÁ DO SUL</p> <p>Péssimas condições das estradas, desenvolvimento incipiente da cidade. Pequena produção voltada à subsistência.</p>	1903	Bernardo Grubba S.A. Indústria e Comércio	“Venda”, Indústria de laticínios e beneficiamento de cereais, exportação de óleo de sassafrás para EUA (2ª Guerra), negócios diversos.	_____	Bairro Centro - terras foram vendidas para a instalação da <i>Kohlbach</i> . (item 10)	NÃO / NÃO
02		1906 Malwee Malhas Ltda. (1968)	Firma Weege (1906), W. Weege e Cia. Ltda.(1937), Ind. e Com. W. Weege S.A (1948)	Queijaria e “venda”, fábrica de laticínios, engenho de arroz, etc.	Malharia (desde 1968) / Vestuário	Barra do Rio Cerro (Rua Bertha Weege nº 200)	SIM /SIM
03	<p>DÉCADA 1910</p> <p>1914 a 1918 - 1ª Guerra Mundial</p> <p>JARAGUÁ DO SUL</p> <p>1910 - Linha Férrea Hansa-Humboldt (Corupá) – São Francisco entra em operação. 1912 – 8.000 hab. (4.500 falavam alemão)</p>	1913 Chocoleite Indústria de Alimentos Ltda.	Casa comercial (“venda”) de Gustavo Gumz; Gumz Irmãos Ltda. (1944), Gumz Alimentos S.A. (1993).	Pequena fábrica de laticínios, produzindo queijos, manteiga e outros derivados do leite, sob a marca " Sant'Ana "	Chocoleite (desde 1959);	Bairro Rio Cerro II (Rua Gustavo Gumz nº 488)	SIM / NÃO
04	<p>1917 – energia elétrica passa a estar presente em muitos locais da colônia.</p>	1917 Curtume Arnoldo Schmitt Ltda.	Curtume de Arnoldo Leonardo Schmitt	Beneficiamento de couro, solas de sapato.	_____	Bairro Barra do Rio Molha (Rua Walter Marquardt nº 1548)	NÃO (desativada) / SIM

	Contexto Histórico Geral	Ano de fundação/ Nome atual	Nomes antigos	Produção original	Produção atual	Localização	Permanece com atividades no local de implantação original / possui antigas edificações preservadas?
05	DÉCADA 1920 Crise de 1921 na Alemanha – migração de mão-de-obra especializada para o Brasil. 1926 a 1930 - Governo de Washington Luís	1923 Marcatto Indústria de Acessórios Ltda.	Marcatto S.A. (1960)	Chapéus. 1970 – maiores produtores da América Latina.	Chapéus e bolsas.	Bairro Centro (Rua Florianópolis nº 180)	SIM / informação indisponível
06	1922 - Semana de Arte Moderna; Crise na produção cafeeira, agravada a partir de 1929.	1925 Duas Rodas Industrial (1982)	Rudolph Hufnüssler Fábrica de Essências, Reunidas Jaraguá S.A.	Óleos Essenciais (1ª do Brasil)	Produtos alimentícios	Rua Rodolfo Hufnüssler, 755	SIM / SIM
07	1929 – Grande depressão econômica. JARAGUÁ DO SUL 1920 – população de 17.794 hab. (incluindo zona rural) A rede de distribuição atingia apenas as principais ruas do Centro (por algumas horas)	1925 Max Wilhelm Ltda. (fábrica de refrigerantes mais antiga do Brasil)	Max Wilhelm	Refrigerantes, “Laranjinha” (1939) utilizando matéria prima da Reunidas.	Ingredientes para indústrias alimentícias, aromas, sorvetes, condimentos e aditivos, etc.	Bairro Baependi (Rua Max Wilhelm).	NÃO (funciona em Blumenau desde 1991) / SIM (demolida parcialmente em 24/10/2010)
08	DÉCADA 1930 Revolução de 1930 – Getúlio Vargas toma posse. Desenvolvimento da industrialização brasileira. 1937 – Estado Novo JARAGUÁ DO SUL 1930 – construção da Usina Hidrelétrica do Bracinho (maior de SC na época) 1934 – emancipação política 1936 – 1ª eleição municipal (eleito um integralista)	1936 Marquardt Indústria de Malhas S.A. (marca uma nova fase na industrialização de JS)	Malharia Marquardt / Marquardt Indústria de Malhas Ltda	Tecelagem, tricotagem, tinturaria e confecção (1ª malharia da cidade)	_____	Funcionava no Centro em seu princípio. Bairro Barra do Rio Molha (Rua Walter Marquardt)	NÃO (vendida para a Marisol na década de 1970) / SIM (Prefeitura Municipal funciona na antiga sede da Malharia).

	Contexto Histórico Geral	Ano de fundação/ Nome atual	Nomes antigos	Produção original	Produção atual	Localização	Permanece com atividades no local de implantação original / possui antigas edificações preservadas?
09	DÉCADA 1940 1939 a 1945 – 2ª Guerra Mundial 1942 – Brasil participa da 2ª Guerra Mundial 1945 - Fim do Estado Novo 1946 - Eurico Gaspar Dutra	1940 Menegotti Indústria Metalúrgica Ltda. (2000)	Metalúrgica Erwino Menegotti Ltda. (1965)	Ferraria e fábrica de carroças.Fundição (1963)	Betoneiras, misturadores,ferramentas, produtos para elevação de cargas,peças em ferro fundido sob encomenda.	Rua Erwino Menegotti, 381	SIM / informação indisponível
10	toma posse no Brasil 1948 – Revolução burguesa nos principais países da Europa JARAGUÁ:	1945 Kcel Motores e Fios Ltda. (2005)	Kohlbach Motores Ltda.	Oficina de aparelhos domésticos, geradores e motores elétricos	Motores Elétricos e alternadores.	Bairro Centro (Rua Pres. Epitácio Pessoa)	SIM (em vias de desativação) / SIM
11	Quarto município mais industrializado do Estado	1947 Wiest S/A (1994)	Metalúrgica João Wiest S/A	Pequena indústria de gasogênio que supria a falta de combustíveis provocada pela 2ª Guerra Mundial, começou a fabricar silenciosos e escapamentos para os veículos que começavam a rodar pelas estradas brasileiras.	Escapamentos e sistemas automotivos.	Bairro Água Verde (Rua Erwino Menegotti, 588)	Informações indisponíveis.

	Contexto Histórico Geral	Ano de fundação/ Nome atual	Nomes antigos	Produção original	Produção atual	Localização	Permanece com atividades no local de implantação original / possui antigas edificações preservadas?
12	DÉCADA 1950 1950 a 1954 - Governo Estadual de Irineu Bornhausen 1951 – Getúlio Vargas retorna à presidência 1954 – Morte de Getúlio Vargas 1956 a 1961 - Governo de Juscelino Kubitschek; Definição do Programa de Metas com forte desenvolvimento industrial	1953 Sasse Alimentos Ltda.	Fábrica de balas Ideal	Pequena ind. de balas; torrefação de café (1964)	Balas, pirulitos e café.	De 1954 a 1975, funcionou em um casarão, na antiga Rua Benjamin Constant nº 373, atualmente Av. Waldemar Grubba; em 1965 construiu novas instalações, à rua Jorge Czerniewicz nº 457 (fábrica de balas mudou-se em 1975)	SIM / Informação indisponível
13	JARAGUÁ DO SUL Incentivo por parte da Prefeitura Municipal para instalação de indústrias no município	1953 Metalurgia Trapp Ltda.(1976)	Firma de Eugênio Trapp	Artefatos de cobre, latão e bronze, fornecidos principalmente para engenhos produtores de cachaça. Pulverizadores manuais (1964)	Cortadores de grama manuais, elétricos e a gasolina, roçadeiras, aparadores, trituradores, trituradores orgânicos, pulverizadores, debulhadores de milho, ensiladeiras/picadeiras, aparadores de cervas-vivas e uma completa linha de ferramentas e acessórios para jardinagem	Em 1962 é transferida para novas instalações e em 1976 muda-se para Av. Pref. Waldemar Grubba, 1117.	NÃO / Informação indisponível

	Contexto Histórico Geral	Ano de fundação/ Nome atual	Nomes antigos	Produção original	Produção atual	Localização	Permanece com atividades no local de implantação original / possui antigas edificações preservadas?
15	DÉCADA 1960 1964 -Golpe de Estado e instauração da Ditadura Militar 1969-1973 – Período chamado por “Milagre Econômico” JARAGUÁ DO SUL Mudança do perfil agrícola para industrial	1960 Urbano Agro-industrial Ltda.(1990)	Cerealista Urbano	Beneficiamento de arroz	Beneficiamento de arroz.	Bairro Jaraguá Esquerdo (R. João Januário Ayroso, 3183)	SIM / Informação indisponível
		1961 WEG S.A.	Eletromotores Jaraguá Ltda. (1961)	Motores Elétricos	Motores elétricos, geradores, tintas.	Museu WEG: Bairro Centro (Av. Getúlio Vargas, 667) WEG I: Bairro Nova Brasília (Rua Venâncio da Silva Porto nº 399) WEG II - Bairro Vila Lalau (R. Pref. Waldemar Grubba nº 3300)	SIM / SIM (Edificação da década de 1940 preservada, Museu WEG)
		1964 Bretzke Alimentos Ltda.	Informação indisponível	Açúcar de baunilha. Canela em pó, pudim, gelatina e flor de glacê (1967); Achocolatado Muky (1982)	Açúcar de baunilha.	Em 1977 mudou-se para: Bairro Baependi (R. Carlos May, 320)	NÃO/ informação indisponível
		1964 Momfort Industrial	Informação indisponível	Usinados e torneados de madeira.	Ferramentas manuais (1987)	Rua Erwino Menegotti, 712	Informações indisponíveis.
18		1964 Marisol S. A. Indústria do Vestuário (1968)	Belmiro Ionta e Cia. Ltda (1964)/ Marisol Indústria e Comércio Ltda. (1967)	Chapéus de praia, artigos de banho em rafia, náilon e tecidos felpudos.	Malharia / Vestuário	1975 – mudança para novo parque fabril (R. Bernardo Dornbusch nº 1300)	NÃO / NÃO

Tabela 2: Principais indústrias de Jaraguá do Sul - décadas de 1900 a 1960

Fonte: Soto, 2010

III.2. Registro de inventário do patrimônio industrial edificado e urbano de Jaraguá do Sul

Para a definição de uma metodologia para abordagem das características das indústrias de Jaraguá do Sul condizente com o que vem sendo estudado no país, o IPHAN foi consultado para esclarecimento sobre as ações específicas, que o Instituto porventura viesse realizando, voltadas à salvaguarda do patrimônio industrial brasileiro. Constatou-se, junto ao DEPAM em Brasília, que as ações ocorrem ainda de forma isolada no Brasil, não havendo, até o presente momento, um inventário nacional, ou mesmo diretrizes gerais que enfoquem a atuação das Superintendências Regionais, ou dos órgãos estaduais e municipais de preservação, frente a esse tipo de patrimônio.

Quanto às ações pontuais, cabe mencionar as que vêm ocorrendo no Estado de São Paulo, principalmente no que tange à comunidade acadêmica, com discussões e mobilizações objetivando garantir a preservação de áreas industriais, tão visadas atualmente pelo mercado imobiliário:

Na cidade de São Paulo existem algumas experiências bem sucedidas de transformação de antigas fábricas em espaços culturais e educacionais, como são os casos do SESC Pompéia (entre os bairros da Lapa e Barra Funda), do SESC Belenzinho (na Mooca) e das Faculdades Anhembi Morumbi em uma antiga fábrica de calçados no Brás. Mais importante ainda, nos últimos anos tem ocorrido uma série de iniciativas e mobilizações de movimentos sociais comunitários pela preservação de antigas fábricas e espaços industriais e operários. Ações em torno na Vila Maria Zélia (vila operária próxima ao Brás e Mooca), do Cotonifício Crespi na Mooca, Cia. Nitro Química em São Miguel Paulista e as fábricas Matarazzo Petybom e Melhoramentos na Lapa são alguns exemplos dessas mobilizações que buscam não apenas garantir uma melhor qualidade de vida para os moradores dessas áreas, mas também preservar a memória dos trabalhadores, migrantes e moradores pobres que construíram a riqueza e o desenvolvimento da cidade (FONTES, 2006).

Na ausência de muitos exemplos brasileiros de inventários ou diagnósticos direcionados ao patrimônio edificado industrial, pelo que se pôde ter acesso durante essa pesquisa, foi utilizado como base para a elaboração do presente capítulo, um material produzido em Portugal pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e do Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetónico e Arqueológico, o qual foi adaptado para as necessidades dessa dissertação. Trata-se de um “guia prático de nível básico sobre inventariação de patrimônio industrial” e que faz parte de uma coleção de guias práticos, chamada *Kits - Património* (IHRU & IGESPAR, 2008, p.8). Além da facilidade de acesso e de compreensão por conta do idioma:

Em Portugal o patrimônio industrial começou a ser estudado, salvaguardado e divulgado de um modo mais científico e sistemático, com base num corpo teórico e/ou conceptual, essencialmente a partir dos anos oitenta do século XX.

Portanto, é um país com experiência no estudo e na salvaguarda dos vestígios da industrialização, destacando-se por tal feito³⁵.

As informações levantadas podem e devem ser complementadas, pois é uma pesquisa que não se encerra, ou seja, pode ser enriquecida também com informações a partir de outros enfoques de abordagem ou de outros campos disciplinares. Para aquelas indústrias que possuem documentos e informações organizadas através de arquivos, centros de memória e museus, ou até mesmo livros ou dissertações de mestrado sobre a sua história, foi possível aprofundar-se mais em vários aspectos. Estas justamente são as que continuam em atividade atualmente.

As indústrias selecionadas para a inclusão no inventário aqui elaborado são, preferencialmente, as que já possuem algum tipo de reconhecimento de parte do seu patrimônio: por tombamento estadual (Malwee) ou por proteção através de legislação municipal no caso das que possuem edificações preservadas com mais de trinta anos de existência (Kohlbach, Curtume Schmitt); ou até mesmo por parte dos pro-

³⁵“O levantamento da arquitectura industrial moderna em Portugal, realizado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) (2000-2001) no âmbito de um projecto mais abrangente de conhecimento da arquitectura moderna portuguesa no território continental, teve por base um rastreio inicial que incidiu, naturalmente, sobre as áreas de maior vocação industrial do país – Lisboa e Porto com a sua área geográfica envolvente.”

Disponível em: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/itinerarios/industrial/Acesso> em: 12/10/2010 às 15h e 33min.

prietários, que tomaram a iniciativa de preservar parte das estruturas e do acervo através de Museus, Centros de Memória ou publicação de livros que contam as suas histórias (WEG, Marisol e Duas Rodas). Além disso, também foram consideradas por terem grande participação na configuração do traçado urbano, mesmo não possuindo edificações preservadas, como ocorre no caso da indústria Marisol e dos parques fabris da WEG. Optou-se em incluí-las, porque possuem uma grande influência no crescimento dos bairros onde estão inseridas e na história da cidade como um todo, principalmente através do surgimento de vários loteamentos residenciais no seu entorno a partir das suas implantações.

Algumas indústrias que mereceriam ser incluídas no inventário não o foram, por conta da impossibilidade de acesso às informações necessárias durante o período destinado à pesquisa (indústrias Marquard e Marcatto, por exemplo).

III.2.1. Indústria Malwee

Conforme advertem Soto & Yunes (2009), a Malwee Malhas Ltda., criada em 1968, teve sua origem na antiga Firma Weege³⁶, que iniciou suas atividades em 1906 como queijaria e “venda”, passando na década de 1940, a fábrica de laticínios, destacando-se com a marca “Tabu”. Até a fundação da malharia, a Weege passou por diversos ramos de atuação: frigorífico, loja de departamentos, posto de gasolina, engenho de arroz, etc.³⁷ Esta diversificação se reflete nas muitas transformações ocorridas na configuração de seu parque fabril desde sua implantação.

A indústria Malwee possui uma singularidade, que é a presença de dois imóveis de sua propriedade tombados em nível estadual (recrutamento de pessoal e fábrica).³⁸ São edifícios construídos com técnica enxaimel, muito presente em Jaraguá do Sul e região, protegidos desde 2002. No parecer técnico elaborado pela Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul (PMJS,1997), consta a seguinte descrição sobre tais bens:

(...)O conjunto histórico da Malwee é composto por três edificações, sendo que duas são em estru-

³⁶Fundada pelos descendentes de imigrantes alemães Wilhelm Weege e Bertha Karsten Weege.

³⁷Informações contidas no material de divulgação (folder) do Parque Malwee “História em Mosaico do Centenário da Firma Weege 06.01.1906 - 2006”.

³⁸Disponível em <http://www.fcc.sc.gov.br/> Acesso em: 12/09/2010 às 15h e 55min

tura enxaimel original e vedadas com tijolos aparentes. Apresentam volumetria de grande porte com um pavimento (térreo), mais o sótão (oitão frontal)(...)”

Sobre a terceira edificação, que teve a sua demolição permitida, esclarece:

“(...) Já o prédio n° 3 está destituído de qualquer valor histórico-arquitetônico visto ser de época bem posterior (construído entre 1960 e 1970) e ser uma imitação grosseira do enxaimel, não se justificando na preservação como patrimônio histórico-arquitetônico(...).

Não foram encontradas referências exatas, até o momento, do ano das construções das edificações originais, mas provavelmente datam do início do século XX. O que é possível afirmar é que o edifício localizado no interior da área da indústria foi construído para a utilização da Firma Weege e contava com um anexo onde funcionava a queijaria; hoje é utilizado para atividades administrativas da empresa. Já o edifício que se encontra fora dos limites da indústria, possuía outro uso e foi adquirido posteriormente pela empresa para abrigar o setor pessoal³⁹.

É importante salientar que a Malwee possui o MWW, criado no ano de 1988, pelo então diretor que dá o nome ao museu, por conta do seu interesse pessoal em colecionar antiguidades. Seu acervo inclui, dentre uma grande variedade de objetos antigos (no viés do conceito de “gabinete de curiosidades”)⁴⁰, alguns relacionados às atividades industriais. Entretanto, os seus três espaços estão localizados na entrada do Parque Malwee, que é uma grande área verde de lazer bastante utilizada pela população, mas que está aproximadamente a dois quilômetros de distância da indústria. O deslocamento do acervo para o parque fabril aproximaria as peças do seu contexto histórico, tornando mais fácil a sua apreensão pelo visitante do museu. Seria uma possibilidade, também, de tornar pelo menos um dos edifícios com técnica enxaimel tombados acessível à visitação do público, o que não vem ocorrendo atualmente.

³⁹Dados fornecidos pelo Museu Wolfgang Weege, localizado no Parque Malwee.

⁴⁰Entende-se por “Gabinete de Curiosidades” os espaços museais que surgiram a partir do século XVI e apresentavam uma múltipla exposição de curiosidades e objetos achados procedentes de novas explorações ou instrumentos tecnicamente avançados. Para a maioria dos estudiosos de museus esses espaços são considerados os museus pré-modernos.

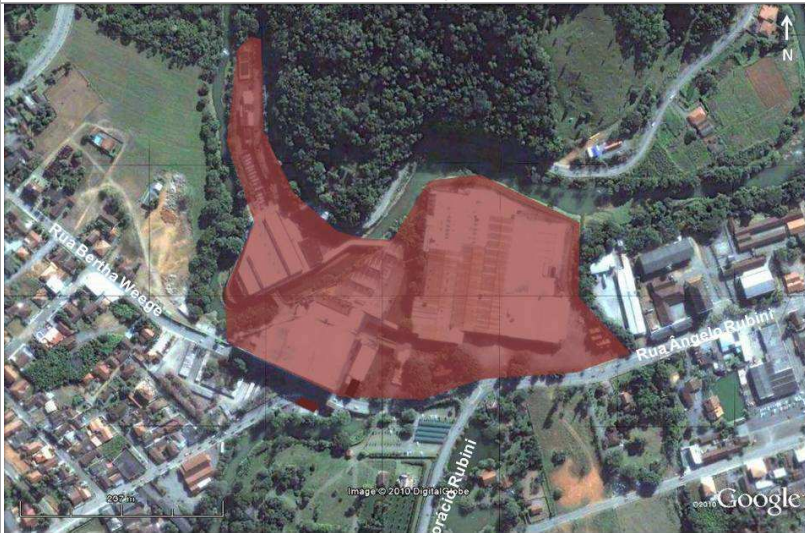
No ano de 2001, houve um “concurso fechado entre três escritórios do sul do País” ⁴¹ para a elaboração de um anteprojeto arquitetônico para reforma do bloco da administração e refeitório, construído em 1998. A proposta selecionada foi apresentada pelo Escritório A+C Arquitetura, de Blumenau-SC, o qual propõe também a construção de um grande ático de ligação com estrutura metálica entre os blocos e a antiga queijaria. As obras foram concluídas somente no ano de 2009 e resultam em uma intervenção bastante agressiva às edificações tombadas, visto que desconsideram a relação de escala com as mesmas, a sua visibilidade e a ambiência dos bens.

Categoria	Patrimônio industrial edificado
Tipo	Indústria têxtil
Identificador	01
Designação	Firma Weege (1906) / W. Weege e Cia. Ltda.(1937) / Ind. e Com. W. Weege S.A (1948) / Malwee Malhas Ltda. (1968).
Localização	Rua Bertha Weege n° 200, Barra do Rio Cerro
Proteção	Tombamento Estadual P.T. n°: 214/2000 (fábrica e recrutamento de pessoal da Weege Malhas Ltda). Decreto Estadual n° 5.918 de 21 de novembro de 2002. ⁴² Refere-se isoladamente às duas edificações construídas com técnica enxaimel.
Época de construção	As edificações tombadas não possuem data de construção definida, provavelmente pertencem ao início do século XX (na imagem datada de 1906, já é possível verificar a presença de uma delas). As demais edificações que fizeram parte do conjunto, a partir de 1906, e foram construídas ao longo das décadas foram demolidas para dar lugar a novas estruturas, com exceção de parte do antigo engenho, construído em 1967 e “incorporado” às novas construções (Figura 26).

⁴¹Disponível em: <http://www.amaiscearquitetura.com.br/>. Acesso em 20/10/2010 às 17h e 33min.

⁴²Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/> Acesso em: 18/09/2010 às 17h e 25min.

Implantação



- Parque Fabril Malwee
- Construção em enxaimel I
antiga queijaria
- Construção em enxaimel II
recrutamento de pessoal da
Weege Malhas Ltda

Figura 27: Implantação da Indústria Malwee

Fonte: Google Earth. Elaboração: Soto, 2010.

Imagens antigas



Figura 28: Fundação da “Firma Weege”, datada de 1906
Fonte: MWW

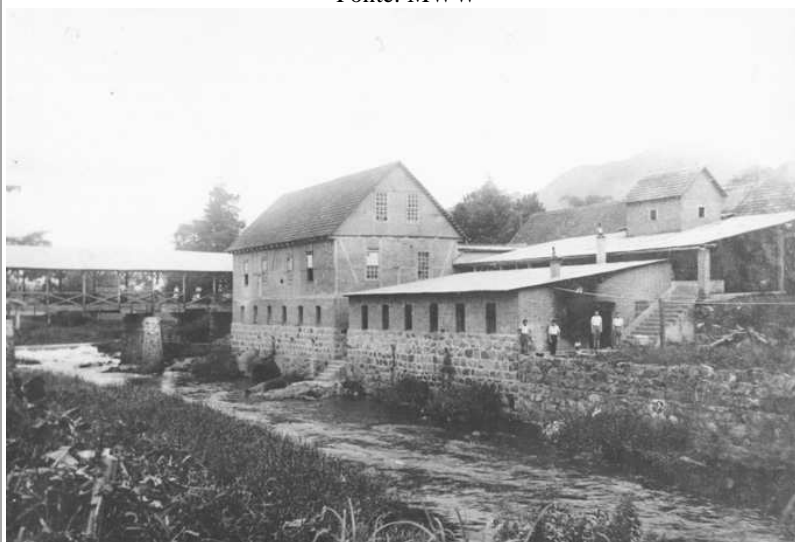


Figura 29: Antiga Queijaria: década de 1930.
Fonte: MWW



Figura 30: Vista do conjunto fabril em 1956

Fonte: MWW



Figura 31: Vista do pátio interno em 1956

Fonte: MWW

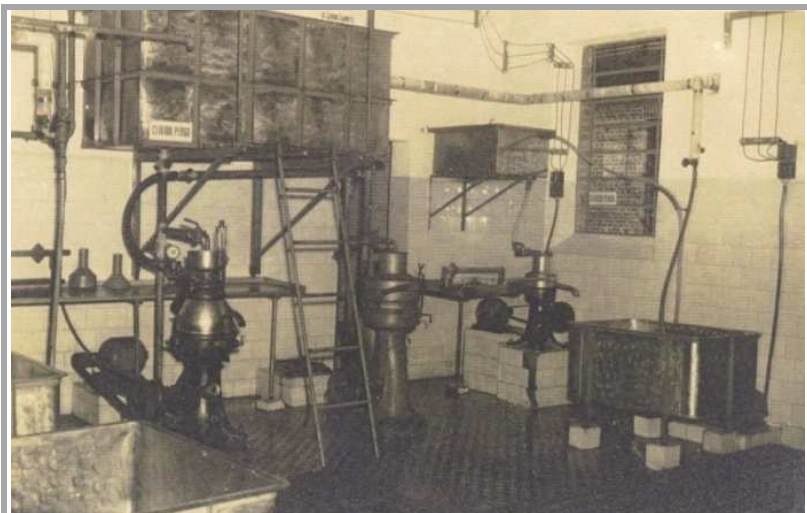


Figura 32: Indústria de laticínios: sala da recepção e desnatação do leite, 1956

Fonte: MWW



Figura 33: Vista do conjunto fabril com o Engenho, construído em 1967.

Fonte: MWW

Figuras Recentes



Figura 34: Vista geral da Malwee (década de 2000).

Fonte:

http://www.textilia.net/materias/ler/textil/negocios/fabrica_da_malwee_e_inaugurada_no_nordeste



Figura 35: Edificação tombada que abrigava originalmente a antiga queijaria.

Fonte: FCJS, 2009



Figura 36: Edificação tombada que abrigava originalmente o recrutamento de pessoal da Weege Malhas Ltda.

Fonte: FCJS, 2009



Figura 37: Antigo engenho (em destaque) “incorporado” pelas novas edificações.

Fonte: MWW





Figura 38: Projeto de ampliação elaborado pelo Escritório A+C Arquitetura, 2001

Fonte: <http://www.amaiscearquitetura.com.br/>

Contexto urbano	<p>Sua implantação é delimitada pelos Rios Jaraguá, da Pedra Branca e Cerro; e pela Rua Ângelo Rubini, a qual se interliga com a rodovia SC416 - acesso ao município de Pomerode.</p>
	<p>De acordo com o Plano Diretor de 2007, insere-se em área urbana, na Zona Mista Diversificada (ZMD) - destinada ao uso misto e diverso de natureza residencial, comercial, prestação de serviços, indústrias de até médio porte e de até médio potencial poluidor/degradador e outros compatíveis, toleráveis ou admissíveis; Encontra-se próxima à Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA), que abrange o Parque Malwee.</p>
Descrição	<p>Compõe-se por um conjunto heterogêneo (demonstrando as transformações que sofreu ao longo de sua história), que inclui, juntamente com blocos contemporâneos, duas edificações do início do século XX (com técnica enxaimel), ambas constituindo frente de rua, as quais sofreram</p>

	<p>grande impacto visual pelas ampliações realizadas com a construção dos novos blocos. O edifício de maior destaque, pela grande dimensão, possui arquitetura contemporânea com tijolos aparentes e grandes panos de vidro, incorporando na sua fachada, que faz frente com a rua, o antigo moinho de arroz. No interior do terreno, há grandes galpões industriais recentes destinados à produção, restando pouquíssimos espaços abertos, mesmo nas áreas próximas aos rios.</p>
Arquiteto/ construtor/autor	<p>Desconhece-se o autor inicial, porém é possível que existam os projetos originais de algumas edificações no AHJS, já que o mesmo possui projetos datados a partir de 1917.</p> <p>As últimas obras realizadas e concluídas em 2009 são de autoria do Escritório A+C Arquitetura, de Blumenau - SC.</p>
Cronologia	<p>Entre o ano de 1906 e a década de 1930 (data desconhecida) é construída a antiga queijaria (tombada) com um anexo (demolido).</p> <p>Em 1967 é construído o Engenho de arroz, cuja fachada foi preservada.</p> <p>Em 1998 começa a ser construído o bloco de administração e refeitório.</p> <p>Nos anos 2000 é feita uma grande ampliação, substituindo edificações existentes.</p> <p>Em 2009 são finalizadas as obras de reforma no bloco supracitado e é criado um ático de entrada com estrutura metálica e vidro.</p>
Tipologia	<p>1ª fase: manufatura</p> <p>2ª fase: mecanização / energia elétrica</p> <p>3ª fase: automatização</p>

<p>Bens móveis</p>	<p>Informação indisponível. Poucos bens móveis integram o acervo do MWW (Parque Malwee). Em vistoria realizada por técnico da Gerência de Patrimônio Cultural da FCC em 12/02/2004, verificou-se a presença de antigos maquinários no porão de uma das edificações tombadas.</p>	 <p>Figura 39: Antigo maquinário. Fonte: FCC, 2004</p>
 <p>Figura 40: Teares destinados à fabricação das malhas expostos no MWW-Parque Malwee Fonte: http://www.malwee.com.br/museu</p>		
<p>Utilização inicial</p>	<p>Pré-industrial e comercial (queijaria e “venda”)</p>	
<p>Utilização atual</p>	<p>Industrial</p>	

Proprietário	Malwee Malhas Ltda.
Usuário	Malwee Malhas Ltda.
Conservação geral	As edificações encontram-se em estado de conservação regular, necessitam de intervenções de restauro, porém aparentemente não apresentam problemas estruturais; as constantes ampliações realizadas nas últimas décadas alteraram bastante a configuração do conjunto industrial como um todo.
Documentação	FCC: Parecer Técnico nº 10/98 Relatório de vistoria técnica de 1998 Relatório de vistoria técnica de 12/02/2004 Parecer Técnico nº 14/08 Decreto Estadual nº 5.918 de 21 de novembro de 2002 MWW: Levantamento arquitetônico da edificação da antiga queijaria (2000) com autoria de CONART Arquitetura Design.
Observações	Um dos fundadores da Firma Weege, Wilhelm Weege, veio de Pomerode, SC, onde seu pai, Carl Weege, possuía uma conhecida casa de comércio. Atualmente há em sua homenagem a “Casa do Imigrante Carl Weege”, uma réplica de edificação com técnica enxaimel. A antiga edificação conhecida como “Casa e Comércio Weege” localizada em Testo Alto, Pomerode, foi tombada pelo IPHAN e faz parte dos Roteiros Nacionais da Imigração.

Tabela 3: Indústria Malwee

Fonte: Soto, 2010

III.2.2. Curtume Arnaldo Schmitt

Fundado em 1917 por Arnaldo Leonardo Schmitt, falecido em 1982, foi uma das primeiras indústrias de Jaraguá do Sul. Configura-se como um importante conjunto industrial referente ao primeiro período de industrialização da cidade, o qual esteve em atividade por diversas décadas até a sua desativação, situação em que se encontra atualmente, por conta, dentre outras causas, de problemas ambientais causados por esse tipo de produção, a qual não se enquadra mais nas exigências da legislação ambiental vigente.

É constituído pelo galpão industrial principal, anexos e pela antiga residência do proprietário; sua implantação, próxima ao Rio Jaraguá, evidencia o grande potencial que possui para abrigar novos usos, dentro de algum projeto de reabilitação arquitetônica e urbana que por ventura possa vir a ser elaborado.

Categoria	Patrimônio industrial edificado
Tipo	Curtume
Identificador	04
Designação	Curtume Arnoldo Schmitt Ltda. / Curtume de Arnoldo Leonardo Schmitt
Localização	Bairro Barra do Rio Molha (Rua Walter Marquardt nº 1548)
Proteção	O imóvel enquadra-se na Lei Municipal nº 1.854/94 – Art. 27 Incluído na lista de futuros tombamentos municipais.
Época de construção	Século XX (informação precisa indisponível).

Implantação



Figura 41: Implantação do Curtume Schmitt

Fonte: Google Earth, elaborado pela autora.

Imagens antigas



Figura 42: Vista do Curtume Schmitt (provavelmente datada dos anos 1950)

Fonte: AHJS



Figura 43: Maquinário original do Curtume (s/d)

Fonte: AHJS



Figura 44: Residência de Arnaldo Schmitt (1970)

Disponível em: http://jaraguadosul.blogspot.com/2007_11_25_archive.html

Imagens recentes



Figura 45: Vista do galpão com a residência Schmitt ao fundo (s/d)

Fonte AHJS

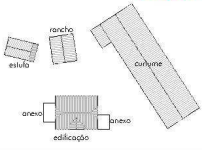
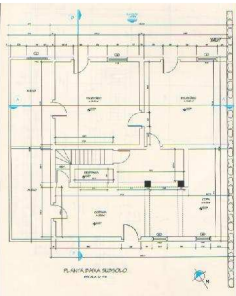
Roteiros Nacionais de Imigração Santa Catarina		Jaraguá do Sul
dados gerais	uso atual Sem uso	código (GS 099B)
Localidade: RIO DA LUZ II Denominação: casa SCHMITT Proprietários: Joana Schmitt Endereço: Rua Walter Marquardt, 1568	uso original Residencial	
Existência de levantamento cadastral: () sim (X) não	área Lote: 7547m² Edificação:	
descrição da edificação		croqui de planta baixa
Edificação de grande porte em alvenaria de tijolos rebocada, com dois pavimentos mais subsolo, sobre base de alvenaria de pedra. No pavimento térreo, a entrada principal se faz pela varand, onde existem pinturas murais. Grande mansarda, com balcão, na fachada frontal. Internamente há ricas pinturas decorativas. Possui dois anexos: um na lateral (térreo) e aos fundos (dois pavimentos), que abriga cozinha e banheiros. Localiza-se junto ao Curtume Schmidt e próxima à rua.		
dados históricos		
Construída em 1933, abrigava a família com 16 filhos. A riqueza de detalhes - ornatos e pinturas decorativas - revelam que a família era abastada. O Curtume atualmente pertence ao sr. Guido Schmidt. Está em reformas internas.		
patrimônio imaterial & bens móveis		
Fabricação de artefatos de couro, junto à propriedade.		
dados da propriedade		
Está inserida em perímetro urbano (X) sim () não O entorno paisagístico é notável () sim (X) não O entorno possui características rurais () sim (X) não O lote original está preservado () sim (X) não Casa e ranchos formam um conjunto (X) sim () não Os ranchos merecem destaque (X) sim () não		Número de pessoas: Renda: Nível de instrução: Onde trabalham(todos): Quanto tempo moram no local: Mantém o idioma de imigração: Atividade adicional de lazer:
Estado de conservação: () bom (X) regular () ruim obs.: Problemas na cobertura. Há produção agrícola () sim (X) não Há produção doméstica () sim (X) não Condições de higiene: boas Possibilidade de prática de esportes: não Possibilidade de atividades de lazer: não Existência de cursos d'água: rio aos fundos		proteção
o roteiro		créditos
Os proprietários têm interesse em receber visitantes (X) sim () não Aprentam condições para receber visitantes (X) sim () não A propriedade integrará ao roteiro (X) sim () não O que pode ser oferecido ao visitante: visitaçao ao curtiume		Levantamento de campo e inogera: Cassandra Helena Fias e Rosana Stock Luchardt (1998/2009) Revisão: Dalmo Vieira Filho, Maria Regina Weissheimer, Simone Kimura (agosto/2009) Instituição: Fundação Catarinense de Cultura Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Figura 46: Ficha de Inventário “Casa Schmitt”, realizada para os Roteiros Nacionais de Imigração - p.1
Fonte IPHAN, 2007.



Roteiros Nacionais de Imigração
Santa Catarina



Fachada principal



Lateral direita



Lateral esquerda



Lateral direita e fundos



Ranchos



Fundos



Pintura interna



Pintura e ladrilho



Detalhe



Pátio Casa e Currupe



Localidade: RIO DA LUZ II
Denominação: casa SCHMITT

código: GS-099B

Figura 47: Ficha de Inventário “Casa Schmitt”, realizada para os Roteiros Nacionais de Imigração - p.2
Fonte IPHAN, 2007.

Contexto urbano	Sua implantação é delimitada pela Rua Walter Marquardt e o Rio Jaraguá. De acordo com o Plano Diretor de 2007, insere-se em área urbana, ZMD - destinada ao uso misto e diverso de natureza residencial, comercial, prestação de serviços, indústrias de até médio porte e de até médio potencial poluidor/degradador e outros compatíveis, toleráveis ou admissíveis; Encontra-se próximo a Zonas Residenciais.
Descrição	Compõe-se por um conjunto que inclui: a residência de Arnoldo Schmitt, fundador da indústria, com uma arquitetura com características do período Eclético tardio, com influência germânica (em alvenaria, com dois pavimentos, telhado com grande inclinação com mansarda); galpão industrial principal com alterações ao longo do tempo, cuja fachada possui frontão escalonado.
Arquiteto/construtor/autor	Desconhece-se o autor inicial, porém é possível que existam os projetos originais de algumas edificações no AHJS, já que o mesmo possui projetos datados a partir de 1917.
Cronologia	Informação indisponível.
Tipologia	1ª fase: manufatura 2ª fase: mecanização / energia elétrica
Bens móveis	Informação indisponível.
Utilização inicial	Industrial e residência do proprietário.
Utilização atual	Desativada.
Proprietário	Informação indisponível
Usuário	Sem utilização.
Conservação geral	As edificações encontram-se preservadas (residência do proprietário e galpão industrial) e são passíveis de restauração.
Document.	Informação indisponível.
Observações	A residência de Arnoldo Schmitt possui na varanda uma

	pintura da Família Kopmann, representando Jaraguá do Sul em 1890 ⁴³ . Apenas a residência foi incluída nos imóveis de interesse para inclusão nos Roteiros Nacionais de Imigração.
--	---

Tabela 4: Curtume Arnaldo Schmitt

Fonte: Soto, 2010

III.2.3. Indústria Duas Rodas

Segundo Canuto;Correa; Jagnow &Hufenüssler (2003, et. seq.), os homens da família de Rudolph Hufenüssler dedicavam-se, pelo menos desde meados do século XIX, ao ofício de farmacêutico no sul da Alemanha. Seu pai dedicava-se à manipulação de medicamentos para a farmácia de sua propriedade e também à produção de aromas⁴⁴, o que fez com que Rudolph se interessasse pela atividade. Estudou na Escola Superior de Química de Stuttgart e na de Farmácia, concluindo a sua formação após o final da Primeira Guerra Mundial. Com a intenção de produzir aromas através de plantas tropicais, para fabricar produtos diferentes dos já disponíveis na Europa, onde a concorrência era significativa, resolve se mudar para o Brasil, para estar mais próximo da matéria-prima.

Sua esposa, Hildegard Sinz, estudou Física na Universidade de Stuttgart e fez estágio na indústria multinacional Bosch, o que exemplifica o perfil mais especializado de grande parte dos imigrantes que chegaram ao Brasil na segunda fase migratória, no período após a Primeira Guerra Mundial. A vinda do casal no ano de 1925 se deu para a implantação de uma fábrica, com a influência da atividade industrial que já ocorria há anos na Europa e que em Santa Catarina ainda era incipiente:

O casal trouxera na bagagem mudas de hortelã-pimenta, adquiridas no Jardim Botânico de Berlim, e um pequeno destilador com todos os suplementos para o seu funcionamento. Cuidadosamente, estas mudas foram cultivadas e multiplica-

⁴³Disponível em: http://jaraguadosul.blogspot.com/2007_11_25_archive.html Acesso em: 23/10/2010 às 13h e 14min

⁴⁴Franz Hufenussler, pai de Rudolph, possuía uma fábrica de essências na cidade de Mainz, Alemanha.

das em viveiros nas imediações da residência do casal. A intenção era formar a primeira cultura dessa espécie para a extração de sua essência. O destilador, por sua vez, foi instalado num anexo contíguo à casa (p.60).

Após a desistência de se instalar em Blumenau, a opção por Jaraguá do Sul para a implantação da Rudolph Hufenüsler Fábrica de Essências veio em decorrência da presença da ferrovia no então povoado, concluída em 1913, que facilitaria o escoamento da produção para Curitiba, São Paulo e Rio Grande de Sul ou ao Porto de São Francisco do Sul - a linha ia de S. Francisco do Sul a Mafra (passando por Jaraguá), onde fazia a conexão com a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande.

Instalaram-se inicialmente no Centro de Jaraguá, mas em vista da necessidade de expansão da fábrica, foram adquiridos 28 hectares de terras, local onde ainda hoje está implantado o parque fabril, o qual ficava mais retirado da vila, na época sem energia elétrica e com difícil acesso. A construção inicial que abrigava a destilaria, datada de 1929, a qual continua preservada, possuía um anexo onde funcionavam a caldeira e as demais instalações necessárias ao funcionamento do destilador. No centro da vila permaneceu a seção de aromas e composição de sabores até 1932.

A fábrica passou a ser ampliada, com a compra de mais um destilador, construção de uma bomba d'água a pistão e instalação de uma caldeira para fornecer vapor. O plantio de hortelã-pimenta, principal matéria-prima, era feito ao redor da fábrica e foi substituído por capim cidreira a partir de 1935, em vista de uma praga que destruiu a plantação. Vale ressaltar que as suas atividades sempre dependeram da agricultura.

Uma nova edificação foi construída para servir de residência e para abrigar a nova seção de aromas em 1932, a qual também foi preservada. Nos anos seguintes o terreno da fábrica foi ampliado com a compra de duas glebas contíguas.

Em 1938 surgiu a Indústria Reunidas Jaraguá S.A, incorporando a Rodolfo Hufenüssler Fábrica de Essências, cujos acionistas eram Rudolph Hufenüssler, sócio-majoritário, Comércio e Indústria H. Jordan S.A. de Joinville e Reinaldo Rau, comerciante de Jaraguá; com isso passa a produzir outros produtos além de essências. Durante a década de 1940 (1945 a 1951) a empresa passa por um período de crise

devido à falta de matérias-primas em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

Cabe mencionar, no âmbito do patrimônio imaterial, o hábito que a empresa tinha de oferecer aos empregados o “*Frühstück*”⁴⁵, que “consistia em pão-de-fubá com banha, substituindo a manteiga, “Mus” (doce) de banana, laranja ou tangerina” (p. 96).

A partir do final da década de 1970, começou um processo de modernização do parque fabril e a consequente substituição das antigas edificações. Porém, dois edifícios foram preservados por iniciativa dos proprietários, como marco da história da indústria e de seus fundadores:

Todos os prédios de concepção antiga, construídos na primeira metade do século, foram substituídos, com exceção dos prédios da primeira destilaria e do que servia à manipulação de aromas e residência dos fundadores. Estes devem permanecer como marco histórico da luta, do progresso e desenvolvimento da Duas Rodas Industrial Ltda. (p. 236).

A partir de 1992 foi adotada a denominação atual de Duas Rodas Industrial Ltda., que faz menção às duas rodas contidas no brasão da cidade natal dos fundadores: Mainz, na Alemanha.

Segundo Soto & Yunes (2009):

No acervo do Arquivo Histórico Municipal é possível encontrar algumas plantas aprovadas pela Prefeitura nas décadas de 1930 e 1940 com os projetos das obras que viriam a ser construídas pela Reunidas, tais como: fecularia, galpão, instalações sanitárias, etc. Constata-se que os projetos são assinados pelo mesmo construtor, chamado João Bailoni, o qual também projetou instalações para outras indústrias da cidade, como a W. Weege e Cia. Ltda., que originou a Malwee. Com isso, é possível pressupor que a sua implantação inicial se deu de forma planejada e que já havia, naquele período, certo controle do crescimento urbano por

⁴⁵Frühstücks significa “café da manhã”, em alemão. Nessa refeição, que ocorria por volta das 9 horas, eram feitas reuniões e os proprietários compartilhavam a mesa com seus empregados; outras indústrias da cidade, principalmente as de propriedade de alemães ou de seus descendentes, também mantinham o mesmo hábito.

parte da Prefeitura. Atualmente o parque fabril ocupa uma grande área e sua implantação entre os dois rios praticamente o isola do restante do traçado urbano. Porém, a chaminé é um marco na paisagem, o que faz com que sua presença seja percebida de vários pontos da cidade. Sem dúvida, teve uma grande influência na configuração urbana de Jaraguá, assim como seu crescimento e de seu entorno fazem parte da história da cidade.

Categoria	Patrimônio industrial edificado
Tipo	Produtos alimentícios
Identificador	06
Designação	Rudolph Hufenüsler Fábrica de Essências (1925) / Indústria Reunidas Jaraguá S.A (1938) / Duas Rodas Industrial Ltda. (1992)
Localização	Rua Rodolfo Hufenüssler, 755
Proteção	Os dois imóveis remanescentes enquadram-se na Lei Municipal nº 1.854/94 – Art. 27
Época de construção	Século XX: década de 1920 aos anos 2000 (ver cronologia)

Implantação



Figura 48: Implantação da Indústria Duas Rodas

Fonte: Google Earth, elaborado pela autora.

Imagens antigas



Figura 49: Indústria Reunidas (s/d)
Fonte: AHJS



Figura 50: Indústria Reunidas (1935)
Fonte: AHJS

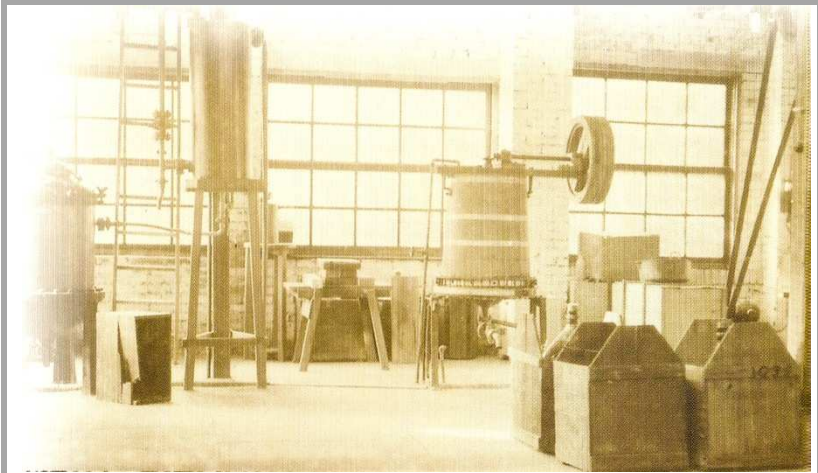


Figura 51: Vista do interior da antiga destilaria (s/d)
Fonte: Canuto; Correa; Jagnow & Hufenüssler, 2003

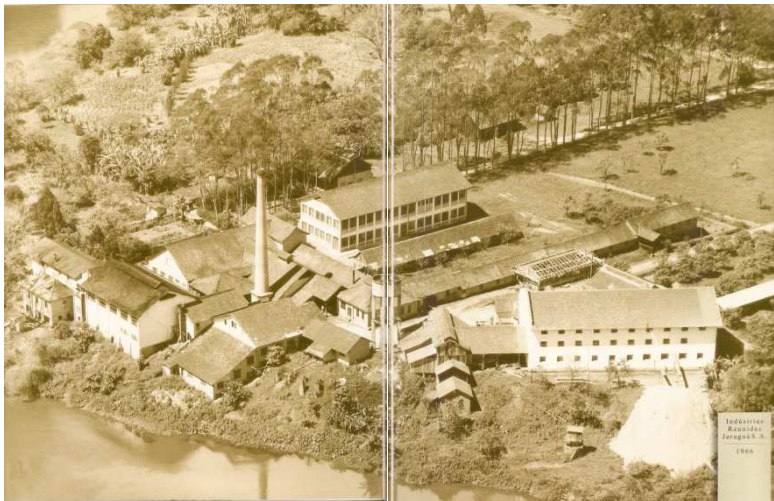


Figura 52: Vista da Indústria em 1956
Fonte: Canuto; Correa; Jagnow & Hufenüssler, 2003



Figura 53: Planta original de situação da fábrica existente e a proposta de ampliação, datada de 1938.
Fonte: AHJS

Imagens recentes



Figura 54: Vista geral da Indústria (s/d)
Fonte: Canuto; Correa; Jagnow & Hufenüssler, 2003



Figura 55: Destilaria (edificação preservada), construída em 1928.

Fonte: Canuto; Correa; Jagnow& Hufenüssler, 2003

Contexto urbano	Localiza-se às margens do Rio Itapocu, próximo ao Centro, com uso predominantemente residencial no seu entorno.
Descrição	Compõe-se por um conjunto heterogêneo (demonstrando as transformações que sofreu ao longo de sua história), que inclui, juntamente com blocos contemporâneos, duas edificações do início da sua ocupação, em alvenaria de tijolos aparente, localizadas próximas ao Rio Itapocu. Por ter seu acesso restrito, tanto pelas implicações referentes ao sigilo industrial, quanto pela posição geográfica, não foi possível visualizar a sua atual configuração.
Arquiteto/ construtor/autor	Edificações construídas na década de 1930 têm projeto de autoria do construtor João Bailoni. Informação indisponível em relação às demais edificações do parque fabril.

<p>Cronologia⁴⁶</p>	<p>1928 - construção da primeira destilaria; 1932 - construção da edificação para abrigar a residência e a nova seção de aromas (transferida do Centro); 1938 - construída a fecularia (araruta e mandioca para exportação), cuja produção foi cancelada em 1948; 1958 - construído um edifício para abrigar a expedição, o laboratório e a administração 1960 - construída a nova destilaria 1964 - instalação do beneficiamento de arroz onde funcionava a antiga fecularia; 1970 - concluído o prédio para industrialização de banana (Bananex); 1975 - construído um galpão para estocagem de arroz em casca, o primeiro de um total de três, inaugurado na festa do cinquentenário da empresa. Os três pavilhões, agora interligados, abrigam atualmente o almoxarifado de matérias-primas e embalagens. 1979 - desativação do engenho de arroz 1979 - construção de um novo laboratório Segunda metade da década de 1980 – substituição de edificações antigas por novas instalações. 1989 - conclusão do pavilhão que abriga a seção de composição e embalagem de aromas, iniciada em 1986 Início dos anos 1990 – conclusão do prédio da seção <i>Sorvertina</i> e dos <i>spry-dryers</i>. 1996 - surge a expedição central e a nova destilaria, substituindo a edificação de 1960. 2001 - laboratório foi transferido para novo CTA – Centro Técnico e Administrativo.</p>
<p>Tipologia</p>	<p>1ª fase: manufatura 2ª fase: mecanização / energia elétrica 3ª fase: automatização</p>

⁴⁶As informações referentes à cronologia foram retiradas de: Canuto; Correa; Jagnow & Hufnüssler (2003).

Bens móveis	Informação não disponível.
Utilização inicial	Industrial e residência do proprietário.
Utilização atual	Industrial
Proprietário	Duas Rodas Industrial Ltda.
Usuário	Duas Rodas Industrial Ltda.
Conservação geral	A antiga destilaria, datada de 1929, e a edificação da antiga residência e seção de aromas estão preservadas, mas sem acesso ao público. Estado de conservação desconhecido.
Documentação	A indústria possui um arquivo histórico e biblioteca próprios, com possibilidade de consulta com prévia autorização.
Observações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Primeira fábrica de óleos essenciais do Brasil.⁴⁷ 2. O suco de laranja, produzido a partir da polpa da fruta que não era utilizada para a fabricação de essências, era fornecido à Indústria Max Wilhelm, que produziu o primeiro refrigerante com suco natural do Brasil. 3. Mantinha o hábito do “<i>Frühstück</i>”.

Tabela 5: Indústria Duas Rodas

Fonte: Soto, 2010

III.2.4. Indústria Max Wilhelm

O imigrante alemão Moritz Max Wilhelm, ao chegar em Jaraguá do Sul em 1923, trabalhou na fábrica de “gasosa” existente no local, então de propriedade de Johannes Theodo Tiedke, a qual seria alugada por ele no mesmo ano e adquirida em 1925⁴⁸. Com a expansão da produção e o sucesso do principal produto - refrigerante “Laranjinha” a partir de 1939 com matéria-prima fornecida pela Indústria Reuni-

⁴⁷Disponível em: <http://www.duasrodas.com.br/empresa.php> Acesso em 24/10/2010 às 16h e 46min.

⁴⁸Disponível em: <http://www.adjorisc.com.br/jornais/obarrigaverde/patrimonio-da-max-wilhelm-vai-ao-ch...> Acesso em 24/10/2010 às 17h e 00min.

das, destacou-se no mercado nacional, sendo considerada a “fábrica de refrigerantes mais antiga do Brasil”⁴⁹.

A fábrica permaneceu sob a propriedade da família até o ano de 1977, quando foi vendida a um grupo de investidores, que repassou a unidade para Werner Greuel, em 1979; em 1991 a produção é transferida para novas instalações na cidade de Blumenau e a antiga fábrica foi abandonada⁵⁰.

Esse exemplo demonstra o reconhecimento do patrimônio que surge apenas quando se apresenta a ameaça da sua demolição por completo. Por quase vinte anos as instalações estiveram desativadas, em estado de abandono, mas a iniciativa de tombamento pelo município se deu efetivamente a partir da solicitação do pedido de alvará de demolição dos atuais proprietários com o intuito de instalar um hipermercado. Devido à Lei Municipal nº1.854/94 garantir, no seu artigo 27, que “Edificações com mais de 40(quarenta) anos, típicas ou de valor histórico, não poderão sofrer intervenções de qualquer natureza nem a prévia autorização do COMPHAAN (...)” (PMJS, 1994) foi possível evitar o seu total desaparecimento. Mas a postura adotada pelos conselheiros, percebida através dos *Pareceres* foi a de preservar, principalmente, a residência do antigo proprietário e fundador da indústria, como marco do “empreendedorismo local” (Resolução nº 13/2010/COMPHAAN) já a manutenção de parte das estruturas industriais se deu em grande parte para contextualizá-la:

“(...) o entorno, ou seja, a manutenção das fachadas dos prédios industriais valorizará o bem preservado como também os perfis construtivos, a atmosfera de um período histórico já vivido e a cenografia da área” (Resolução nº 01/2010/COMPHAAN).

Categoria	Patrimônio industrial edificado
Tipo	Indústria de bebidas
Identificador	07
Designação	Max Wilhelm Ltda. / Bebidas Max Wilhelm S.A.
Localização	Bairro Baependi (Rua Max Wilhelm).

⁴⁹Disponível em: http://www.maxwilhelm.com.br/pt_br/empresa.php Acesso em 20/10/2010 às 19h e 36min.

⁵⁰Disponível em: <http://www.poracaso.com/predios-da-antiga-max-wilhelm-sao-demolidos.html> Acesso em: 10/10/2010 às 13h e 30min.

Proteção	O imóvel enquadra-se na Lei Municipal nº 1.854/94 – Art. 27e teve a determinação por parte do COMPHAAN em fevereiro de 2010 que fosse preservada a residência do fundador Max Wilhelm e a fachada de parte dos galpões industriais, para os quais foi solicitada a notificação de tombamento municipal.
Época de construção	Século XX (aproximadamente na década de 1940, informação precisa indisponível).

Implantação



Figura 56: Implantação da Indústria Max Wilhelm antes da demolição

Fonte: Google Earth, elaborado pela autora.

Imagens antigas



Figura 57: Max Wilhelm ainda sem os galpões, cuja fachada foi preservada, 1950.

Fonte: AHJS

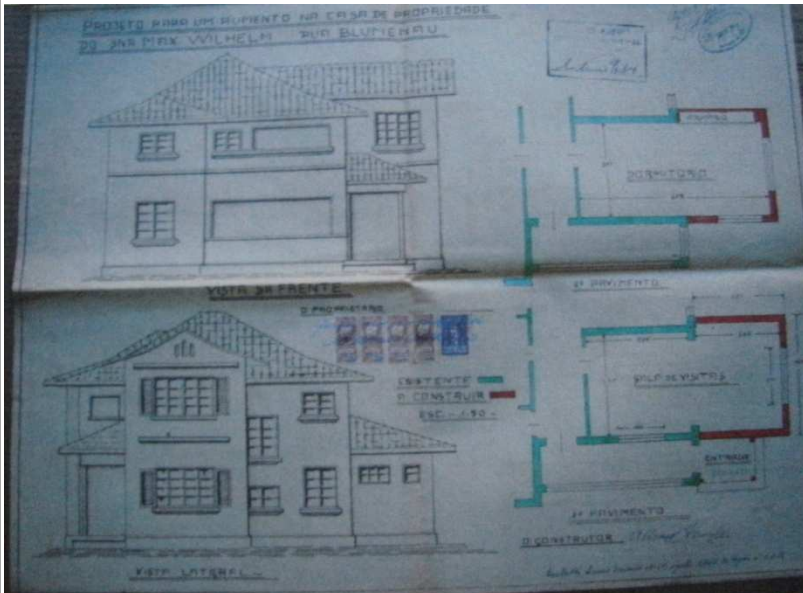


Figura 58: Imagem do projeto de ampliação da residência de Max Wilhelm

Fonte: AHJS

Imagens recentes



Figura 59: Fachada do galpão principal das Bebidas Max Wilhelm S.A.
Fonte: A Notícia⁵¹

⁵¹Disponível em:

<http://clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?Uf=2&local=18&source=a2892153.xml&template=4187.dwt&edition=14620§ion=1196>. Acesso em: 18/08/2010 às 15h e 43min
Acesso em: 18/08/2010 às 15h e 43min



Figura 60: Vista geral da indústria em fevereiro de 2010, antes da demolição

Fonte: [Http://www.defender.org.br/jaragua-do-sulsc-comphaan-sugere-a-preservacao-parcial/](http://www.defender.org.br/jaragua-do-sulsc-comphaan-sugere-a-preservacao-parcial/)



Figura 61: Trabalhos de demolição em abril de 2010

Fonte: http://jaraguanoticias.blogspot.com/2010_04_01_archive.html



Figura 62: Residência do antigo proprietário foi preservada
Fonte: http://jaraguanoticias.blogspot.com/2010_04_01_archive.html



Figura 63: Imagem que demonstra a destruição desse importante exemplar do patrimônio industrial edificado, em 27/05/2010
Fonte: http://www.chanfotos.com/arquivos/78_out.swf



Figura 64: Patrimônio “mutilado”

Fonte: Correio do Povo⁵²

<p>Contexto urbano</p>	<p>Sua implantação é delimitada pelas Ruas Max Wilhelm, Ney Franco, Bernardo Dornbusch (parelala à ferrovia) e Augusto Mielke. De acordo com o Plano Diretor de 2007, insere-se em área urbana, na ZMD - destinada ao uso misto e diverso de natureza residencial, comercial, prestação de serviços, indústrias de até médio porte e de até médio potencial poluidor/degradador e outros compatíveis, toleráveis ou admissíveis; Encontra-se próxima ao Rio Itapocú e à ferrovia.</p>
<p>Descrição</p>	<p>Compõe-se, após a demolição parcial ocorrida em abril de 2010, por um conjunto que inclui: a residência de Max Wilhelm, fundador da indústria, com uma arquitetura com características do período Eclético tardio, com influência germânica (em alvenaria, com três pavimentos, telhado com grande inclinação com mansardas, e referências à técnica enxaimel); fachada do galpão industrial principal que faz frente com a Rua Max Wilhelm - parte com dois pavimentos e parte com um - com características pré-modernas (platibanda com a inscrição do nome da empresa, grandes aberturas com janelas basculantes, ritmo na composição, despojamento).</p>

⁵²Disponível em: <http://www.ocorreiodopovo.com.br/geral/empresa-do-comprefort-anuncia-supermercado-em-jaragua-na-max-wilhelm-5268587.html> Acesso em: 12/09/2010 às 16h e 35min.

Arquiteto/ construtor/autor	Desconhece-se o autor inicial, porém é possível que existam os projetos originais de algumas edificações no AHJS, já que o mesmo possui projetos datados a partir de 1917.
Cronologia	Entre o ano de 1925 à década de 1950: construção da residência do proprietário e edificações que formavam o conjunto. A partir da década de 1950: construção dos galpões industriais. Em 1991 é desativada. Em 2010 é feita a demolição parcial.
Tipologia	Mecanização / energia elétrica
Bens móveis	Informação indisponível.
Utilização inicial	Industrial e residência do proprietário.
Utilização atual	Desativada. No local será instalado um hipermercado.
Proprietário	SBD Comércio de Alimentos Ltda.
Usuário	Sem utilização.
Conservação geral	As edificações foram parcialmente demolidas, restando apenas a antiga residência de Max Wilhelm e a fachada de parte dos galpões industriais.
Documentação	Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul: Resolução nº 001/2010/COMPHAAN/JS Resolução nº 013/2010/COMPHAAN/JS Resolução nº 014/2010/COMPHAAN/JS Ata da reunião plenária extraordinária do COMPHAAN, de 07/07/2010
Observações	Desde que a produção foi transferida a Blumenau, no início da década de 1990, a indústria encontrava-se em estado de abandono. Suas edificações encontravam-se bastante degradadas, porém eram passíveis de restauro.

Tabela 6: Indústria Max Willhem

Fonte: Soto, 2010

III.2.4. Indústria Kohlbach

Segundo Hertel; Guarezi & Cordovil (2001), a Kohlbach, fundada em 1945, manteve-se como uma pequena oficina de aparelhos domésticos até o ano de 1964, quando se inicia uma linha de montagem de motores. O terreno onde foi instalada pertencia a Bernardo Grubba, um importante comerciante local, comprada pela família Kohlbach logo após o seu falecimento. Na década de 1970, houve um aumento da produção devido à demanda desse tipo de produto, porém entra em crise nos anos 1980 como consequência do difícil período enfrentado pela economia brasileira. Em 2000 a indústria já havia sido vendida, após um período de dificuldades financeiras, passando a se chamar Kcel a partir de 2005.

Conforme Soto & Yunes (2009):

(...) é possível perceber elementos da arquitetura Art Déco na composição da sua fachada frontal, como a presença de platibanda e frontão com linhas retas. Nota-se também a ausência de ornamentos e a sobriedade do edifício.

Sobre as indústrias brasileiras desse período, as observações de Reis Filho (2004, Apud, 2009 SOTO & YUNES p. 86) complementam a análise:

Mesmo as indústrias, cujas condições de implantação e dimensões diferiam fundamentalmente de tudo o que até então existira, adaptavam-se aos tipos tradicionais de relacionamento com os lotes. Ressentindo-se de compromissos de um passado recente com o ambiente doméstico, quer em sentido espacial, quer em sentido social, acomodavam-se em galpões com feições de residência, edificadas em tijolos, sobre os limites das vias públicas. (...) Assim, mesmo as construções industriais tinham “frente” e “fundos”, respeitando um sentido de valorização social dos espaços de origem residencial; mesmo as indústrias, com grandes dimensões e amplas possibilidades de inovação acomodavam-se às fórmulas rígidas dos tempos coloniais.

Está localizada no Centro da cidade, próxima à WEG, e em processo de desativação, portanto deve-se discutir o que fazer na área que passará a não abrigar mais o uso industrial:

Por existir uma proximidade física com o Museu Weg, e também pelo fato das duas indústrias terem atuado durante períodos coincidentes no mesmo segmento, seria interessante que esta relação histórica fosse resgatada e transmitida através de sua permanência (Ibidem, 2009)

Categoria	Patrimônio industrial edificado
Tipo	Indústria de motores
Identificador	10
Designação	Kcel Motores e Fios Ltda. (2005) Kohlbach Motores Ltda.
Localização	Bairro Centro (Rua Pres. Epitácio Pessoa)
Proteção	O imóvel enquadra-se na Lei Municipal nº 1.854/94 – Art. 27
Época de construção	Século XX (informação precisa indisponível).

Implantação



Figura 65: Implantação da Indústria Kohlbach

Fonte: Google Earth, elaborado pela autora.

Imagens antigas



Figura 66: Kohlbach e o contraste da sua implantação em relação às edificações do entorno (s/d)

Fonte: AHJS

Imagens recentes



Figura 67: Vista da fachada do galpão principal.

Fonte: autora, 2008

Contexto urbano	Sua implantação é delimitada pelas Ruas Bernardo Grubba e Eptácio Pessoa (por onde se dá o seu acesso). De acordo com o Plano Diretor de 2007, insere-se em área urbana, na Zona Comercial e de Serviços Secundária (ZCS) - destinada ao uso comercial não atacadista e de prestação de serviços não especial menos intenso, complementado pelo uso residencial, indústrias de até pequeno porte e pequeno potencial poluidor/degradador e outros compatíveis, toleráveis ou admissíveis; Encontra-se em área limítrofe com a Zona Comercial e de Serviços Principal (ZCP), próxima ao Rio Itapocú e ao Centro Histórico.
Descrição	Compõe-se por um conjunto de galpões industriais e edificações ocupadas por escritórios, de diferentes épocas de construção. Localiza-se em um terreno elevado, onde se destaca o galpão principal e mais antigo, com uma arquitetura despojada, porém com traços Art Déco, principalmente no que se refere à sua fachada (frontão escalonado e geometrização).
Arquiteto/construtor/autor	Desconhece-se o autor inicial, porém é possível que existam os projetos originais de algumas edificações no Arquivo Histórico do Município, já que o mesmo possui projetos datados a partir de 1917.
Cronologia	Informação indisponível.
Tipologia	Mecanização / energia elétrica. Automatização.
Bens móveis	Informação indisponível.
Utilização inicial	Industrial.
Utilização atual	Em vias de desativação
Proprietário	Kcel Motores e Fios Ltda.
Usuário	Kcel Motores e Fios Ltda.
Conservação geral	O antigo galpão industrial permanece preservado, passível de restauração.
Documenta-	Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul:

ção	Resolução nº 011/2006/COMPHAAN/JS
Observações	No ano de 2006, o COMPHAAN autorizou a demolição de uma das edificações do complexo. Tradicional concorrente da WEG, pois ambas são do mesmo segmento.

Tabela 7: Indústria Kohlbach

Fonte: Soto, 2010

III.2.5. Indústria WEG

Os sócios Werner Ricardo Voigt, Egon João da Silva, e Geraldo Werninghaus fundaram, em 1961, a Eletromotores Jaraguá Ltda. e, em uma edificação alugada no Centro de Jaraguá do Sul, começaram a produzir os motores elétricos com a marca WEG⁵³, criada a partir da combinação das iniciais do nome de cada um dos seus idealizadores. No ano de 1965 transferiram a fábrica para uma sede própria, localizada no Bairro Nova Brasília, a fim de poderem utilizar novos sistemas de produção, ampliando-a e criando a WEG I (parque fabril 1). Já no início da década de 1970, é construída a WEG II (parque fabril 2) no Bairro Vila Lalau, o que possibilitou que nos anos 1980 fossem criadas a WEG Acionamentos, WEG Transformadores, WEG Máquinas, WEG Automação e WEG Tintas.⁵⁴

A edificação onde se deu a primeira fase da fábrica foi adquirida pela WEG no ano de 2000 para a criação do Museu WEG. Para tanto, foram preservadas e restauradas as paredes externas e realizada uma ampliação com arquitetura contemporânea, cujo projeto arquitetônico é de autoria do Arquiteto Reinhard Conrad. Sua inauguração se deu no ano de 2003 e, naquele momento destacou-se por ser “única no gênero de museu de empresa no país”, apresentando um projeto museográfico bastante atual, usando da interatividade para a exposição do acervo.

A criação do museu é uma interessante idéia de valorização da identidade cultural da cidade, pois, através da reutilização do edifício em alvenaria de tijolos com linhas Art Déco como parte do espaço cultural, e por meio da forma interativa de expor seu acervo, é

⁵³ A palavra WEG também significa, em alemão, “caminho”.

⁵⁴ Informações contidas no vídeo institucional, que faz parte da exposição do Museu WEG.

Parte 1 - Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=8GFVSP5qjvM>

Parte 2 - Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=xOWnB8HzEe0&feature=related>
Acesso em 22/10/2010 às 23h40min

possível transmitir aos visitantes e aos habitantes locais a história da indústria como parte da história da cidade. Vale citar que aproximadamente 10% da população jaraguense⁵⁵ trabalha na Weg, o que mostra a influência que estas grandes indústrias sempre tiveram no modo de vida da comunidade. Portanto, esta é uma ação que pode servir como referência para o resgate e a preservação do patrimônio industrial de Jaraguá do Sul.

Categoria	Patrimônio industrial edificado
Tipo	Indústria de motores elétricos
Identificador	15
Designação	WEG S.A. / Eletromotores Jaraguá Ltda. (1961)
Localização	Museu WEG: Bairro Centro (Av. Getúlio Vargas, 667) WEG I - Bairro Nova Brasília (Rua Venâncio da Silva Porto nº 399) WEG II - Bairro Vila Lalau (R. Pref. Waldemar Grubba nº 3300)
Proteção	Museu WEG: imóvel enquadra-se na Lei Municipal nº 1.854/94 – Art. 27
Época de construção	Museu WEG: década de 1940 WEG I: 1965 WEG II: Década de 1970
Implantação	

⁵⁵Dado disponibilizado no Museu Histórico Municipal Emílio Silva, referente ao ano de 2008.



 Museu Weg  Parque Fabril Weg I  Parque Fabril Weg II

Figura 68: Implantação das unidades I e II e do Museu WEG
Fonte: Google Earth, elaborado pela autora.

Imagens antigas



Figura 69: Primeiras instalações da fábrica, atual Museu WEG (s/d).
Fonte AHJS

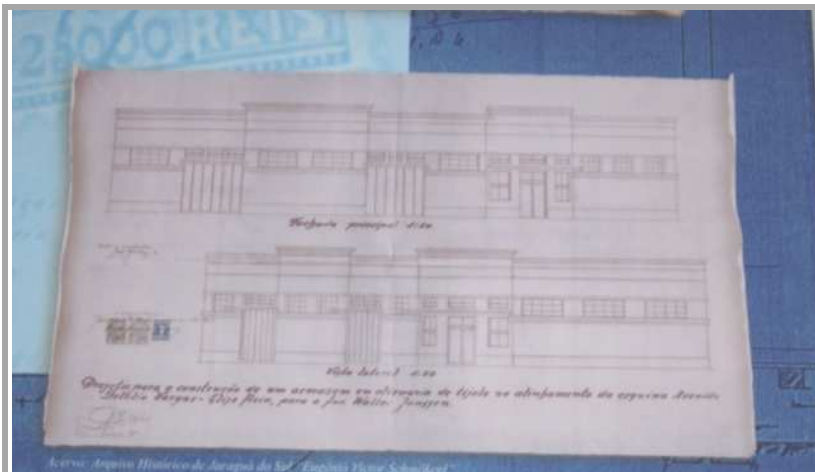


Figura 70: Projeto original, aprovado em 1943, da edificação com traços Art Déco, exposta no Museu WEG
Fonte: autora, 2008



Figura 71: Vista da WEG I (Eletromotores Jaraguá) em 1970
Fonte: <http://jaraguadosul.blogspot.com>



Figura 72: Linha de montagem da WEG I (s/d)

Fonte: AHJS

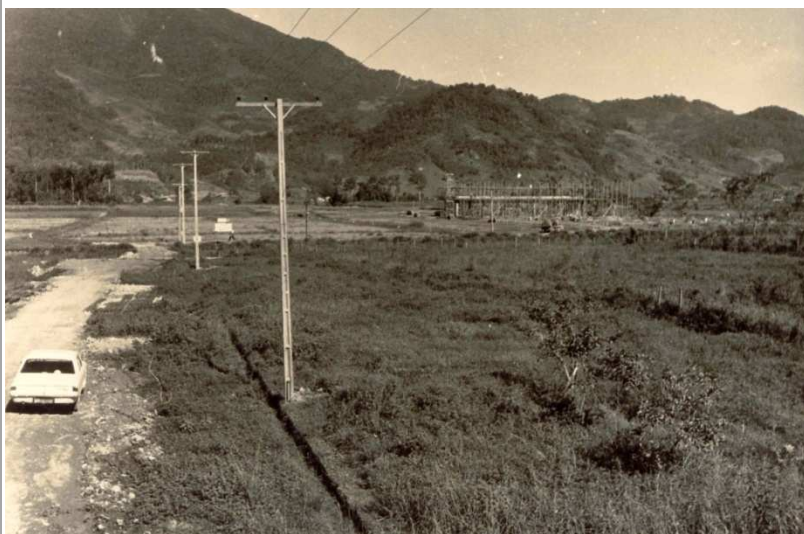


Figura 73: Obras da WEG II em 1972

Fonte: AHJS

Imagens recentes



Figura 74: Museu WEG

Fonte: Soto (2008)



Figura 75: Detalhe da fachada da primeira sede da fábrica, hoje Museu WEG

Fonte: Soto (2008)

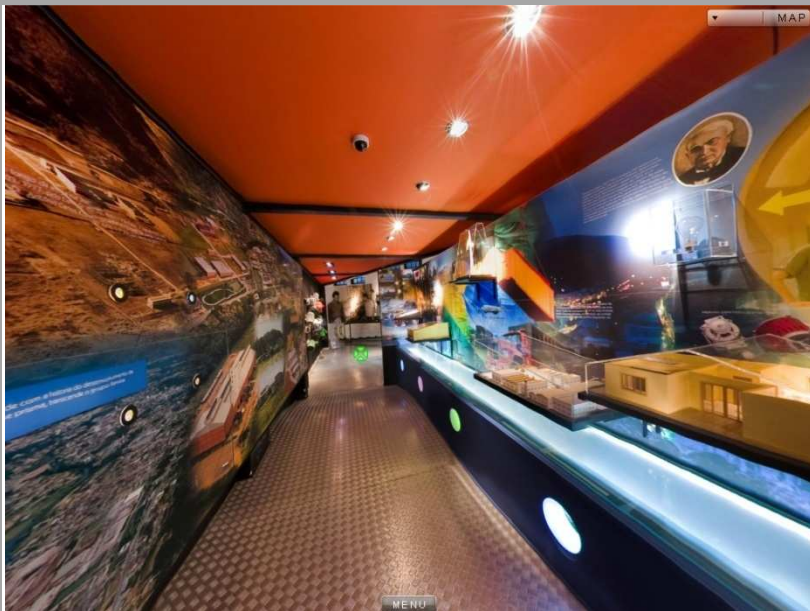


Figura 76: Parte da exposição do Museu WEG

Fonte: <http://www.museuweg.com.br/360/weg-museu-360.html>



Figura 77: Vista geral da WEG I (s/d)

Fonte: <http://www.weg.net/br/Sobre-a-WEG/Unidades-WEG>



Figura 78: Vista geral da WEG II (s/d)

Fonte: <http://www.weg.net/br/Sobre-a-WEG/Unidades-WEG>

<p>Contexto urbano</p>	<p>Museu WEG: Sua implantação é delimitada pela Avenida Getúlio Vargas, com a qual faz frente de rua. Sua antiga configuração de implantação em esquina foi alterada. De acordo com o Plano Diretor de 2007, insere-se em área urbana, na Zona Especial de Interesse Cultural (Centro Histórico). WEG I: Zona Residencial (ZR) WEG II: Zona Industrial Consolidada (ZIC)</p>
<p>Descrição</p>	<p>Compõe-se por um conjunto heterogêneo (demonstrando as transformações que sofreu ao longo de sua história), que inclui dois grandes parques fabris, onde ocorre a produção atual, e pelo Museu WEG implantado no local onde se deu a criação da primeira fábrica. Por ter seu acesso restrito, pelas implicações referentes ao sigilo industrial, não foi possível visualizar <i>in loco</i> a sua atual configuração.</p>
<p>Arquiteto/construtor/autor</p>	<p>Museu WEG: edificação original - construtor João Bailoni / ampliação: Arquiteto Reinhard Conrad; WEG I e WEG II: informação indisponível;</p>

Cronologia	Em 1961 é fundada a WEG no imóvel alugado.
Tipologia	1ª fase: manufatura 2ª fase: mecanização / energia elétrica. 3ª fase: automatização.
Bens móveis	Informação precisa indisponível. Alguns bens móveis integram o acervo do Museu WEG.
Utilização inicial	Museu WEG: Marcenaria / Industrial. WEG I: Industrial WEG II: Industrial
Utilização atual	Primeira fábrica: Museu WEG WEG I: Industrial WEG II: Industrial
Proprietário	WEG
Usuário	WEG
Conservação geral	Acredita-se que parte das edificações da “Eletromotores Jaraguá” esteja preservada (atual WEG I), porém o estado de conservação é desconhecido. A edificação que abriga o Museu WEG possui apenas as paredes externas preservadas devido à adequação sofrida para o novo uso.
Documentação	WEG I: projeto arquitetônico original disponível no Arquivo Histórico do Município.
Observações	Possuía o hábito de realizar as reuniões no “ <i>Frühstück</i> ”.

Tabela 8: Indústria WEG

Fonte: Soto, 2010

III.2.5. Indústria Marisol

Conforme CAMPOS (1994), a indústria Marisol originou-se a partir da pequena fábrica de chapéus de rafia, náilon e de palha de madeira chamada Belmiro Ionta e Cia. Ltda, a qual foi fundada em 1964 pelo sócio de mesmo nome e por Pedro Donini. Em 1967 é desfeita a sociedade, Donini (filho de agricultor e operário) propõe uma participação societária a Werner Schuster (filho de imigrantes alemães, neto de ex-combatente alemão na Primeira Guerra Mundial) que durou por vinte e quatro anos, e a razão social foi alterada para Marisol⁵⁶ Indústria e Co-

⁵⁶Segundo Campos (1994, p.47) o nome da empresa, Marisol, é a junção das “palavras *mar e sol*.”

mércio Ltda., a qual, já como Marisol S. A. Indústria do Vestuário, incorporou a pequena indústria de malhas Tricotagem e Malharia Jaraguá Ltda.⁵⁷ no ano de 1968. Na década de 1970 foi comprada a Marquardt Indústria de Malhas Ltda., primeira malharia de Jaraguá do Sul e existente desde a década de 1930, que também foi incorporada à Marisol em 1983.

De acordo com informações do Centro de Memória Marisol, em 1975, a Marisol passou a produzir em seu novo parque fabril, então com área construída de 5.000 m², localizado na Rua Bernardo Dornbusch, em Jaraguá do Sul, para elevação de sua capacidade de produção.

Em consonância com outras indústrias jaraguenses, a Marisol possui um Centro de Memória, inaugurado em 1998, localizado junto à recepção da matriz, que possui um acervo referente à história da indústria com um acervo que inclui máquinas, documentos, fotografias, filmes, entre outras coisas.⁵⁸

Categoria	Patrimônio industrial urbano edificado
Tipo	Indústria têxtil
Identificador	18
Designação	Marisol Indústria do Vestuário (1968) Belmiro Ionta e Cia. Ltda (1964)
Localização	R. Bernardo Dornbusch n° 1300
Proteção	Não possui proteção.
Época de construção	Século XX (informação precisa indisponível).
Implantação	

⁵⁷Pequena fabricante de malhas e algodão fundada em 1954.

⁵⁸Disponível em: <http://www.alquimidia.org/fcc4/index.php?mod=pagina&id=4419&grupo=>
Acesso em 23/10/2010 às 17h e 56min.



Figura 79: Implantação da Indústria Marisol
Fonte: Google Earth, elaborado pela autora.

Imagens antigas



Figura 80: Primeiras instalações da fábrica de chapéus - Belmiro Ionta e Cia. Ltda., com um chapéu presente na sua fachada principal, (década de 1960) Fonte: Centro de Memória Marisol, (CMM)

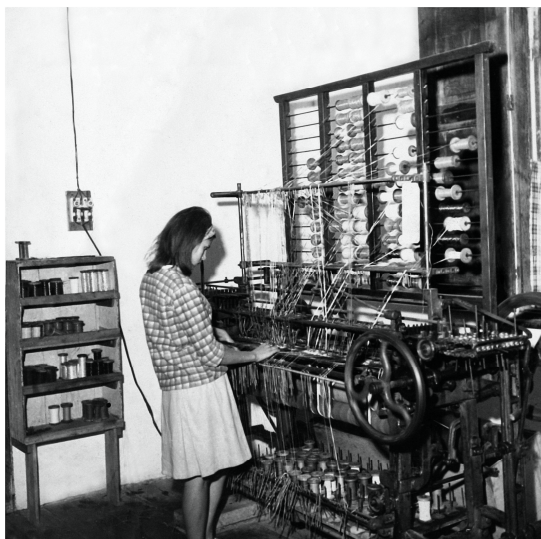


Figura 81: Produção na década de 1960
Fonte: CMM (2010)

Imagens recentes



Figura 82: Vista aérea da indústria (s/d)
Fonte: CMM (2010)



Figura 83: Imagem interna do CMM
Fonte: CMM (2010)



Figura 84: Antigo maquinário como parte do acervo do CMM

Fonte: CMM (2010)

<p>Contexto urbano</p>	<p>Sua implantação é delimitada pelas Ruas Bernardo Grubba e Epitácio Pessoa (por onde se dá o seu acesso). De acordo com o Plano Diretor de 2007, insere-se em área urbana, na ZCS - destinada ao uso comercial não atacadista e de prestação de serviços não especial menos intenso, complementado pelo uso residencial, indústrias de até pequeno porte e pequeno potencial poluidor/degradador e outros compatíveis, toleráveis ou admissíveis; Encontra-se em área limítrofe com a ZCP próxima ao Rio Itapocu e ao Centro Histórico.</p>
<p>Descrição</p>	<p>Compõe-se por um conjunto heterogêneo (demonstrando as transformações que sofreu ao longo de sua história), que ocupa um grande parque fabril. Por ter seu acesso restrito, pelas implicações referentes ao sigilo industrial, não foi possível visualizar <i>in loco</i> a sua atual configuração.</p>
<p>Arquiteto/construtor/autor</p>	<p>Informação indisponível</p>
<p>Cronologia</p>	<p>Informação indisponível.</p>

Tipologia	Mecanização / energia elétrica. Automatização.
Bens móveis	Informação indisponível.
Utilização inicial	Industrial.
Utilização atual	Industrial.
Proprietário	Marisol Indústria do Vestuário
Usuário	Marisol Indústria do Vestuário
Conservação geral	Não possui edificações antigas preservadas. Possui um acervo preservado no CMM.
Documentação	Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul: Resolução nº 011/2006/COMPHAAN/JS
Observações	A Marisol opera atualmente três parques fabris, contemplando sete unidades industriais (três em Santa Catarina, uma no Ceará e duas no Rio Grande do Sul), porém a matriz permanece em Jaraguá do Sul. ⁵⁹ Possui um Centro de Memória desde 1998, com o objetivo de valorizar a história da indústria e de seus fundadores.

Tabela 9: Indústria Marisol

Fonte: Soto (2010)

⁵⁹Informações fornecidas pelo CMM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresenta-se, no decorrer dessa dissertação, que a industrialização tem um papel fundamental na universalização de um modo de produzir a vida dos homens e exerce influências nas cidades brasileiras. Dentre essas cidades, Jaraguá do Sul, em consonância com outros municípios de Santa Catarina, inserem-se como parte do processo de industrialização que transcorreu no Brasil do final do século XIX ao século XX. Considerando as indústrias jaraguenses como *factos urbanos* que persistem, certifica-se da importância delas para a configuração atual da cidade, já que elas influenciaram fortemente no traçado da cidade e nas transformações urbanas sofridas ao longo das décadas, juntamente com a ferrovia, as rodovias e as estruturas relacionadas à atividade industrial.

Com o desenvolvimento do presente estudo sobre Jaraguá do Sul, foi possível compreender melhor a sua relação com o patrimônio industrial edificado⁶⁰ existente. Através da verificação do que é consolidado como patrimônio cultural no Município através de tombamento ou de alguma proteção legal, percebeu-se que o reconhecimento do patrimônio edificado de Jaraguá do Sul, por parte do poder público, está bastante relacionado à imigração européia, mas com um enfoque direcionado principalmente às atividades rurais advindas dela. As poucas edificações relacionadas à industrialização que são protegidas referem-se, ou aos fundadores das indústrias (principalmente às residências dos proprietários) ou à valorização da sua técnica construtiva (enxaimel).

Portanto, ainda se considera muito pouco a necessidade de preservação dos vestígios da influência que os imigrantes europeus das primeiras levas, ou daqueles trabalhadores que chegaram ao longo do século XX à cidade, oriundos de outras regiões do Brasil, tiveram em relação ao processo de industrialização e urbanização, não só como proprietários de indústrias e empreendedores, mas também como operários, os quais constituíram sempre grande parte da população.

Porém, as iniciativas que partem dos industriais para preservação de algumas das edificações das suas indústrias e de acervos que contam as suas histórias chamam atenção, e tal fato levanta questionamentos acerca das causas desse processo. Percebe-se que a criação de

⁶⁰ Para essa dissertação, considera-se como patrimônio industrial edificado o que se insere nos conceitos trabalhados no capítulo I, independentemente de ter a sua preservação garantida por proteção legal ou não.

Museus temáticos, como o Museu WEG e o Museu Wolfgang Weege, e Centros de Memória, como o da Marisol, estão calcados, principalmente, na idéia da autovalorização do empreendedorismo por parte dos fundadores das indústrias, da história de seus antepassados de origem européia e da trajetória de trabalho e considerável crescimento das empresas. Apresentam, portanto, o olhar dos industriais, destacando a sua participação no crescimento do município.

O discurso recorrente de valorização individual e personificada pode ser encontrado, por exemplo, também no material impresso elaborado pela Prefeitura Municipal em comemoração ao 130º aniversário de Jaraguá do Sul, onde são homenageados os mais antigos empresários e industriais locais “que continuam a contribuir para o desenvolvimento do município”. Corrobora com isso as inúmeras denominações de ruas e avenidas, que homenageiam os nomes de industriais jaraguenses.

Ademais, o fato de quatro das sete indústrias inventariadas estarem em funcionamento ainda hoje, faz com que o caráter privado dessas grandes áreas da cidade ocasione a talvez ausência de intervenções do Estado que possam contrariar os interesses de seus proprietários: um tombamento ou uma legislação específica que interfira em possíveis alterações ou ampliações dos parques fabris, por exemplo. Nas três indústrias que estão desativas, fica evidente que a interpretação delas como patrimônio que represente a história da cidade, seus moradores e trabalhadores, para além dos seus fundadores, ainda não foi assumida pelos órgãos públicos ou até mesmo pela sociedade civil, que não têm reivindicado efetivamente essas ações de preservação. A principal pergunta levantada, então, é: por que o patrimônio selecionado para ser preservado em Jaraguá do Sul não inclui as indústrias?

Meneguello (2002) contribui para se encontrar uma resposta, quando se refere à realidade da maioria das cidades brasileiras:

Desse modo, um segundo nível deste problema deriva das escolhas sobre qual passado deve ser preservado nas grandes cidades. No caso brasileiro, essa questão é flagrante: frente a grandes cidades em expansão, extremamente mutáveis, nas quais as populações circulantes não são sequer oriundas do local onde vivem, qual patrimônio histórico deve ser escolhido? Usualmente, defende-se um patrimônio que se identifica a épocas consideradas áureas: casarões de barões do café e mansões de ricos industriais do passado ganham rele-

vo e "usos culturais", levando, entre outros fenômenos, à multiplicação de centros culturais em prédios considerados históricos. Ao mesmo tempo, o que tem muito mais a dizer das grandes cidades e de seu desenvolvimento histórico, como por exemplo seu patrimônio industrial (fábricas, estações ferroviárias, trilhos, maquinário, galpões industriais) é diariamente destruído ou abandonado à própria sorte; é como se não estivessem adequados ao passado "romântico" e turístico que se quer aplicar às cidades.

Considerando as indústrias como parte da cidade na contemporaneidade, onde muitas permanecem em funcionamento em seus locais de implantação originais e, portanto, totalmente inseridas no cotidiano da população, a influência das suas presenças é muito grande na dinâmica das transformações urbanas e no modo de apreensão da cidade por parte das pessoas que nela vivem. Além de fazer parte do cotidiano dos milhares de operários que trabalham nesses espaços, suas implantações em grande escala têm considerável representatividade para todos que vivem na cidade: por seus espaços, e também pelos ruídos, odores, relações sociais, etc.

A frase *Grandeza pelo Trabalho* está inscrita no brasão do Município (figura 85), o qual também representa a atividade industrial como um dos símbolos com a inclusão do desenho de uma fábrica. Essa valorização do trabalho como base para o crescimento está presente no discurso oficial local, seja nas comemorações de aniversário do Município, nos textos institucionais, na sua bandeira, ou no hino composto por industriais.⁶¹

⁶¹ Hino Municipal de Jaraguá do Sul na íntegra, cuja letra foi criada em 1975 por Rodolfo Francisco Hufenüssler - industrial e filho do fundador da Duas Rodas Industrial. A música foi composta por Alceste Berri, também industrial à época:

“Entre montes te vejo engastada, Marginando corrente prateada...

Vibra um povo querendo progresso, Crescimento, trabalho e sucesso.

De teus campos abertos em flor, Da indústria a todo vapor, Brotam rios de riqueza a sorrir.

Para o dia de amanhã que surgir.

Teu brasão tem o verde: é esperança, O vermelho, este povo que avança.

Ao lufar da bandeira marchamos Pela terra que é nossa e que amamos.

Jaraguá do Sul és vibrante, Não haverá quem te suplante, Teu povo alegre e varonil,

Tem por lema: Avante Brasil.”

Disponível em: <http://portal.jaraguadosul.com.br>



Figura 85: Brasão do Município de Jaraguá do Sul, criado em 1968 por Eugênio Victor Schmöckel e desenhado por Moacyr Silva.

Fonte: PMJS

Através do inventário realizado, conclui-se que a abordagem relativa ao patrimônio industrial no município considera, prioritariamente, como responsáveis pelo crescimento da cidade, os fundadores das empresas, demonstrando uma visão idealizada sobre eles, daí a importância que se dá à preservação de suas residências, mais do que aos galpões industriais e demais estruturas, desconsiderando o seu significado para o meio urbano e, por exemplo, para os operários responsáveis por sua produção. Com isso, Jaraguá do Sul vem perdendo gradativamente o seu patrimônio industrial através de demolições, como ocorreu no caso da Indústria Max Wilhelm, ou preservando “somente pequenas parcelas de amplos complexos industriais, “pedaços de memória” (MENEGUELLO, 2009, p.03).

Acredita-se que este é apenas mais um passo para a continuidade das investigações que poderão ser realizadas por pesquisadores de diversas áreas, pois devem ocorrer com um caráter multidisciplinar, a fim de dar conta da complexidade das possíveis abordagens sobre as relações entre os trabalhadores, as indústrias, a cidade, a memória e a identidade dos moradores de Jaraguá do Sul. Estes estudos poderão contribuir para que as decisões sobre as ações a serem tomadas acerca desse patrimônio industrial sejam definidas com a participação de todos os atores envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A+C Arquitetura. **Projeto de ampliação da Malwee Malhas em Jaraguá do Sul**. Disponível em: <http://www.amaiscearquitetura.com.br/>
- BENÉVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 2001.
- BERTOLI, Daiane. **Dinâmica da Paisagem da Sub-Bacia do Ribeirão Chico de Paulo (Jaraguá do Sul – SC): urbanização e conflitos decorrentes**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BIELCHOWSKY, Bernardo B. **Patrimônio Industrial e Memória Urbana em Blumenau/SC**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: As Estruturas do Cotidiano**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- CAMPOS, Marília H. N. **Marisol S.A. Indústria do Vestuário. Sua evolução (1964 a 1992): Estudo Histórico - Econômico - Financeiro**. 1994. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CANUTO, Alcioni Macedo; CORREA, Cláudia Costa; JAGNOW, Egon Lotário; HUFENÜSSLER, Rodolfo F.; **A Essência da Nossa História**. Jaraguá do Sul: Duas Rodas Associação Recreativa, 2003.
- IPHAN (Brasil). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro. IPHAN, 2004.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- COSTA, Débora Regina Magalhães da. **Aspectos Críticos em obras de Restauração arquitetônica no Estado: a experiência do arquiteto Edegar Bittencourt da Luz**. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- DAUFENBACH, Karine. **Hans Broos: A Expressividade da Forma**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- DEUS, Ana Paula P. de; RODRIGUES, Isolete B. & CORDOVIL, Fábíola C. de S. **Crescimento urbano-industrial e habitação operária em Jaraguá do Sul (SC): o caso das grandes e médias empresas**.

2002. Relatório (pesquisa de Iniciação Científica), Centro Universitário de Jaraguá do Sul, Jaraguá do Sul.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FCC. **Parecer Técnico**, 1997.

FONTES, Paulo. **Mapeando o patrimônio industrial de São Paulo. Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN Dossiê nº 4**. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=166>

GONÇALVES, Janice; PRESTES, Simone & LEITE, Willian Tadeu M. J. **Projetos de extensão “A aventura do documento” e “No fio da memória: caminhadas de registro fotográfico”**, Universidade Estadual de Santa Catarina, 2009.

HERTEL, Bartira K.; GUAREZI, Elaine N.; CORDOVIL, Fabíola C. de S. **Crescimento urbano-industrial e habitação operária em Jaraguá do Sul (SC)**. 2001. Relatório (pesquisa de Iniciação Científica), Centro Universitário de Jaraguá do Sul, Jaraguá do Sul.

HOLANDA, Aurélio B. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1957.

IHRU - IGESPAR. **Patrimônio Arquitetônico Geral**, Lisboa, IHRU, IGESPAR, 2008 (Kits - patrimônio, nº 3, versão 1.0), Disponível em: www.portaldahabitacao.pt& www.monumentos.pt; www.igespar.pt.

IPHAN. **Dossiê de Tombamento Roteiros Nacionais de Imigração**: Santa Catarina, 2007.

JARAGUÁ DO SUL. Lei municipal nº 1.854/94. Disponível em: www.jaraguadosul.com.br>, acesso em julho de 2009.

JARAGUÁ DO SUL. Lei municipal nº 65/07. Disponível em: www.jaraguadosul.com.br>, acesso em julho de 2009.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

LEITE, Rogério P. **Contra-usos e Espaço Público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 17, n° 49, junho de 2002.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política Livro I: o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

MATTEDI, Simone A. **Estratégias de Resgate da Identidade de Jaraguá do Sul Através de Reflexão Sobre Paisagem Urbana**. 2005. Monografia (Especialização em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural). Centro Universitário de Jaraguá do Sul, Jaraguá do Sul.

MENEGUELLO, Cristina. **O passado nas cidades do futuro**. © 2002 SBPC/Labjor Brasil.

_____. **Vazios Urbanos e Ruínas Industriais**. Anais do II Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial. São Paulo, 2009.

MORETTI, Gilmar A. **Jaraguá do Sul ontem e hoje: 1920 -1976**. Vídeo documentário. Câmera 1 Vídeo Produções, Jaraguá do Sul. Ano de produção não informado.

MULLER, Cláudia F. **Reabilitação do Patrimônio Industrial Edificado: república para idosos**. OBRA NÃO PUBLICADA, 2010.

MÜLLER, Gilmara J. **Análise das Variantes de Contorno Ferroviário nas Cidades de Criciúma e Jaraguá do Sul**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, Editora Boitempo, 2003.

PIMENTA, Margareth C. A. A expansão da atividade têxtil e da confecção em Santa Catarina. **Revista Geosul**. Florianópolis, v.11, n.21/22, p.58-91, 1996.

PMJS. **Parecer Técnico**, 1997.

REIS FILHO, Nestor G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 2004.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCHÖRNER, Ancelmo. **O Arco-Íris Encoberto: Jaraguá do Sul, o trabalho e a história: operários, colonos-operários e faccionistas**. Joinville: Ed. Oficina Comunicações. 2000.

_____. **A Pedra, O Migrante e o Morro: feridas narcísicas no coração de Jaraguá do Sul / SC – 1980/2000**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVEIRA, Dauto J. da. **Bairro Bela Vista e o Porto de São Francisco do Sul: um estudo sobre o modo de produzir a existência dos pescadores artesanais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SINGER, Paul I. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SOTO, Anne E. R. **Entrevista com Nestor Goulart Reis Filho**. OBRA NÃO PUBLICADA, 2007.

SOTO, Anne E. R. & YUNES, Gilberto S. **Pólo Industrial de Jaraguá do Sul: permanência e valorização de um patrimônio**. Anais do II Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial. São Paulo, 2009.

TICCIH – BRASIL. **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial**. Disponível em: <http://www.patrimonioidustrial.org.br>.

VIDOR, Vilmar. **Arquitetura urbana em Blumenau**. *Arquitextos*, São Paulo, 039.04, Vitruvius, ago2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.039/660>

_____. **Indústria e Urbanização no Nordeste de Santa Catarina**. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. **As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)**. **Dissertação**. (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, 2004.

VIÑUALES, Graciela María. **Olhares sobre o patrimônio industrial**. *Arquitextos*, São Paulo, 08.091, Vitruvius, dez2007. Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/182>.

YUNES, Gilberto S. **Cidades Reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, 1995.
ZERBST, Rainer. **Gaudí: Obra Arquitectónica Completa**. Madrid. Editora Taschen, 2005.

Sites Consultados

Antiga Indústria Max Wilhelm. Disponível em:

http://www.chanfotos.com/arquivos/78_out.swf.

Antiga Indústria Max Wilhelm. Disponível em:

http://jaraguanoticias.blogspot.com/2010_04_01_archive.html

Bebidas Max Wilhelm. Disponível em:

<http://www.defender.org.br/jaragua-do-sulsc-comphaan-sugere-a-preservacao-parcial/>.

Bebidas Max Wilhelm. Disponível

em:<http://www.poracaso.com/tag/sorteios.html>.

Centro de Memória Marisol (CMM): Disponível em:

<http://www.alquimidia.org/fcc4/index.php?mod=pagina&id=4419&grupo>

Decreto Estadual nº 5.918 de 21 de novembro de 2002. Disponível

em: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/>.

MALWEE, (década de 2000) Disponível em:

http://www.textilia.net/materias/ler/textil/negocios/fabrica_da_malwee_e_inaugurada_no_nordeste

Max Wilhelm. Disponível em:

<http://www.adjorisc.com.br/jornais/obarrigaverde/patrimonio-da-max-wilhelm-vai-ao-ch...>

Max Wilhelm. Disponível em: <http://www.poracaso.com/predios-da-antiga-max-wilhelm-sao-demolidos.html>.

Max Wilhelm. Disponível em:

http://www.maxwilhelm.com.br/pt_br/empresa.php

Max Wilhelm. Disponível em:

<http://www.ocorreiodopovo.com.br/geral/empresa-do-comprefort-anuncia-supermercado-em-jaragua-na-max-wilhelm-5268587.html>.

Museu WEG. Disponível em: <http://www.museuweg.com.br/360/weg-museu-360.html>

Museu WEG - Parte 1 - Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=8GFVSP5qjvM>

Museu WEG - Parte 2 - Disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=xOWnB8HzEe0&feature=related>

Óleos Essenciais do Brasil. Disponível em:

<http://www.duasrodas.com.br/empresa.php>

Patrimônio Industrial - Arquitetura Industrial Moderna (1925-1965). Disponível em:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/itinerarios/industrial/>

Residência de Arnaldo Schmitt, 1970. Disponível em:

http://jaraguadosul.blogspot.com/2007_11_25_archive.html

Vista geral da Malwee, (década de 2000).

http://www.textilia.net/materias/ler/textil/negocios/fabrica_da_malwee_e_inaugurada_no_nordeste

WEG I. Disponível em: <http://www.weg.net/br/Sobre-a-WEG/Unidades-WEG>

WEG I (1970). Disponível em: <http://jaraguadosul.blogspot.com>

WEG II. Disponível em: <http://www.weg.net/br/Sobre-a-WEG/Unidades-WEG>

ANEXOS

ANEXO 01- Lei Municipal nº 1854/94



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL - SC

L E I Nº 1.854/94

Dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL, no uso de suas atribuições,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPITULO I

DO PATRIMONIO HISTORICO, CULTURAL,
ARQUEOLOGICO, ARTISTICO E NATURAL
DO MUNICIPIO

Art.1º - Constitui o Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural do Município o conjunto de bens móveis e imóveis, existentes em seu território, que sejam de interesse público conservar e proteger contra a destruição, decorrente da atividade humana e da ação do tempo, devido a:

- I - sua vinculação a fatos pretéritos e/ou atuais significativos;
- II - integrar manifestação cultural ou artística relevante e de interesse à cultura local;
- III - sua beleza e importância natural (hídrica, mineral, vegetal e animal), ou o seu interesse arqueológico;
- IV - outros que a Lei especificamente considerar.

Parágrafo Único - Os bens a que se refere o presente artigo passarão a integrar o Patrimônio Histórico e Cultural mediante sua inscrição, isolada ou agrupada, no Livro de Tombo.

Art.2º - A presente Lei se aplica às coisas pertencentes tanto às pessoas físicas quanto jurídicas de direito privado ou público.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL - SC

Parágrafo 1º - Equipara-se ao proprietário, para os efeitos da presente Lei, o titular do domínio útil, o possuidor, o depositário e o detentor, a qualquer título do bem tombável.

Parágrafo 2º - A presente Lei não se aplica a coisas de origem estrangeira:

- a) que pertençam a representações diplomáticas ou consulares creditadas no país;
- b) que tenham sido trazidas para exposições comemorativas, educativas, culturais ou comerciais;
- c) que se incluam entre os bens referidos no artigo 10 da Lei de Introdução do Código Civil Brasileiro e que continuem sujeitas à Lei Pessoal do proprietário.

Art.3º - Os bens tombados pela União e pelo Estado são-lo também pelo Município, de ofício.

Art.4º - É de competência da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC), através da Divisão de Cultura, representada pelo Museu Municipal Emílio da Silva e pelo Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul, ouvido o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural, a aplicação e o cumprimento deste diploma legal.

CAPITULO II

DO TOMBAMENTO

I - DEFINIÇÃO

Art.5º - O tombamento constitui-se num ato do poder público municipal, visando proteger e conservar algum bem, cujas características se enquadrem numa das definições dadas no artigo 1º da presente Lei, passando o mesmo à tutela do Município.

II - NORMAS PARA TOMBAMENTO

Art.6º - A indicação do tombamento poderá ser feita por qualquer pessoa física ou jurídica, ou por iniciativa da própria Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC) ou pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (COMPHAAN).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL - SC

Art.79 - O tombamento dos bens pertencentes à União, ao Estado, ou ao próprio Município, inclusive de seus órgãos administrativos descentralizados ou autarquias, far-se-á de ofício, por ordem da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC), dando-se plena ciência do ato às autoridades a quem os ditos bens pertencerem.

Parágrafo Único - A notificação do ato, referido no caput do presente artigo, far-se-á ao titular do órgão em Jaraguá do Sul, sob cuja guarda estiver o bem tombado, exigindo-se deste a comunicação do ato a seu superior hierárquico, com vistas a um perfeito registro do tombamento municipal.

Art.89 - O tombamento do bem pertencente às pessoas naturais ou jurídicas de direito privado será feito voluntária ou compulsoriamente:

- I - o tombamento voluntário é o de iniciativa espontânea de seu proprietário, desde que se enquadre no artigo 12 da presente Lei, bem como o de anuência expressa e pacífica do proprietário quando ocorrer notificação para registro do bem no Livro do Tombo;
- II - proceder-se-á ao tombamento compulsório, caso o proprietário se oponha à inscrição do bem no referido Livro.

Art.92 - O tombamento compulsório obedecerá ao seguinte procedimento:

- I - a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC) notificará o proprietário para anuir ao tombamento, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação ou, querendo impugná-lo, oferecer suas razões em igual prazo ao órgão tombador;
- II - no caso de não haver impugnação dentro do prazo legal, seguir-se-ão os trâmites previstos no artigo 14 da presente Lei;
- III - oferecida tempestivamente a impugnação, caberá à Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC) sustentar o fundamento da necessidade da inscrição, remetendo a sustentação e a impugnação ao COMPHAAN que, por sua vez, se manifestará em parecer e, a seguir, os autos serão remetidos ao Prefeito Municipal, para decisão final irrecurável.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL - SC

Art.10 - Para o tombamento ser válido, é indispensável que a pessoa, proprietária ou em cuja posse estiver o bem, seja notificada dos atos e termos do processo:

- I - pessoalmente, quando domiciliado no Município;
- II - por carta registrada com aviso de recepção, quando domiciliado fora do Município;
- III - por Edital:
 - a) quando desconhecido ou incerto;
 - b) quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar;
 - c) quando a notificação for para conhecimento do público em geral, ou sempre que a publicidade seja essencial à finalidade do mandado;
 - d) quando a demora da notificação pessoal puder prejudicar seus efeitos;
 - e) nos casos expressos em Lei.

deverá conter:

Art.11 - O mandado de notificação do tombamento

- I - o nome do órgão do qual promana o ato, do proprietário, possuidor ou detentor do bem a qualquer título, assim como os respectivos endereços;
- II - os fundamentos de fatos e de direitos que justificam e autorizam o tombamento;
- III - a descrição do bem quanto ao:
 - a) gênero, espécie, qualidade, quantidade, estado de conservação;
 - b) o lugar em que se encontra;
 - c) valor venal do bem (avaliação feita pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul);
- IV - as limitações, obrigações e direitos que decorram do tombamento e as combinações;
- V - o aviso de que o bem será definitivamente tombado e integrado ao Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural do Município, se o notificado assumir tácita e expressamente ao ato, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação;
- VI - a data e assinatura da autoridade responsável.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL - SC

Parágrafo Unico - Tratando-se de bem imóvel, a descrição deverá ser feita com a indicação de suas benfeitorias, características e confrontações, localização (logradouro, número, bairro), nome dos confrontantes e distância da esquina mais próxima.

Art.12 - Dentro do prazo previsto no artigo 99, inciso I, o notificado poderá opor-se ao tombamento definitivo, através de impugnação interposta por petição que será atuada em apenso ao processo principal, e que deve conter:

- I - a qualificação e titularidade do impugnante em relação ao bem;
- II - a descrição e a caracterização do bem, na forma prescrita pelo artigo 11, inciso III;
- III - os fundamentos de fato e de direito pelos quais se opõe ao tombamento, que necessariamente deverão versar sobre:
 - a) inexistência ou nulidade da notificação;
 - b) o não enquadramento do bem nas características indicadas no artigo 19 da presente Lei;
 - c) a perda ou perecimento do bem;
 - d) ocorrência de erro substancial contido na descrição do bem.
- IV - as provas que demonstram a veracidade dos fatos alegados.

Parágrafo Unico - Será liminarmente rejeitada a impugnação quando:

- a) intempestiva;
- b) não se fundar em qualquer dos fatos citados no inciso III, do presente artigo;
- c) houver manifesta ilegitimidade do impugnante ou carência de interesse processual.

Art.13 - O tombamento de bens, a que se refere o artigo 89 da presente Lei, será provisório ou definitivo. Considera-se o tombamento provisório a partir da notificação do proprietário, possuidor ou detentor do bem nos termos desta Lei, e definitivo quando da inscrição do bem no Livro de Tombo.

Parágrafo Unico - Para todos os efeitos, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

Art.14 - A inscrição do bem, indicado no processo, no Livro de Tombo será feita mediante Decreto do Prefeito Municipal, notificando-se o detentor do referido bem.



III - EFEITOS DO TOMBAMENTO

A - Das intervenções nos bens tombados

Art.15 - Os bens tombados não poderão ser, sob hipótese alguma, destruídos, demolidos, modificados, mutilados, restaurados ou repintados sem prévia autorização da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC), sob pena de embargo e multa de 100% (cem por cento) do dano causado, além das cominações previstas em Lei.

Parágrafo Único - Para efeito de imposição das sanções previstas nos artigos 165 e 166 do Código Penal e sua extensão, a todo aquele que destruir, inutilizar ou alterar os bens tombados, o órgão competente comunicará o fato ao Ministério Público, sem prejuízo da multa aplicável nos casos de reparação, pintura ou restauração sem autorização prévia do Poder Público.

Art.16 - Sem prévia autorização da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC), não será permitido, nas vizinhanças de bem imóvel tombado, fazer obra que impeça ou reduza a visibilidade, sob pena de ser determinada a demolição às expensas do proprietário, além de ser-lhe imposto multa de 50 (cinquenta) salários mínimos.

Parágrafo Único - A proibição, a que se refere o presente artigo, estende-se a edificações, tapumes, painéis, propaganda ou quaisquer outros objetos, cuja colocação incidirá nas mesmas punições.

B - Das Transferências

Art.17 - A transferência de titularidade ou posse do bem tombado observará o seguinte:

I - no caso de transferência de propriedade a qualquer título, dos bens imóveis tombados, deverá o adquirente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do bem, fazê-la constar no registro, ainda que se trate de transmissão resultante de sentença judicial de qualquer natureza;

II - a transferência do bem móvel tombado deverá ser notificada à Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC) no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor do bem.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL - SC

Art.18 - O bem móvel tombado não poderá sair do Município senão por curto prazo e com finalidade de intercâmbio cultural, a juízo da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC).

Parágrafo 1º - A exceção da hipótese prevista no caput do presente artigo, a tentativa de transferência para fora do Município do bem móvel tombado, será passível de multa de 50% (cinquenta por cento) do valor venal do bem.

Parágrafo 2º - Persistindo a intenção do proprietário do bem móvel tombado em transferi-lo para fora do Município, será decretada sua utilidade pública para fins de desapropriação e requerido seu sequestro, na forma dos artigos 822 e seguintes do Código de Processo Civil.

Art.19 - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o seu proprietário deverá notificar a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC) no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, juntando ocorrência policial, sob pena de multa de 100% (cem por cento) do valor venal do bem.

C - Do Direito de Preferência

Art.20 - A alienabilidade onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, obedecerá o disposto no artigo 22, e seus parágrafos, do Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, dando-se o direito de preferência ao Município.

Parágrafo 1º - Os bens serão oferecidos, prévia e obrigatoriamente, ao Município pelo mesmo preço, usando este seu direito de preferência no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de perdê-lo.

Parágrafo 2º - É nula a alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando o Município habilitado a sequestrar o bem e impor multa de 20% (vinte por cento) do valor da operação, ao transmitente e adquirente, que serão solidariamente responsáveis.

Parágrafo 3º - A nulidade será declarada, na forma da Lei, pelo Juiz que conceder o sequestro, o qual só será levantado após satisfeita a multa e transferido o bem para o patrimônio do Município.

Parágrafo 4º - O direito de preferência não impede o proprietário de gravar o bem tombado, por penhor, hipoteca ou anticrese.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL - SC

Parágrafo 5º - Nenhuma venda judicial de bem tombado se poderá realizar sem que o Município, na qualidade de titular do direito de preferência, seja disto notificado judicialmente não podendo serem expedidos os editais de praça antes da notificação.

Parágrafo 6º - Ao Município caberá o direito de remição, se dela não lançarem mão, até a assinatura de auto de arrematação ou até sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da Lei, tiverem a faculdade de remir.

Parágrafo 7º - O direito de remição poderá ser exercido dentro de 5 (cinco) dias a partir da data de assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não podendo-se extrair a carta competente, enquanto não se esgotar tal prazo.

D - Do Dever de Preservação

Art.21 - Os bens tombados ficarão sujeitos à vigilância permanente da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC), a qual poderá inspecioná-los sempre que julgar conveniente. O proprietário ou responsável não poderá criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de até 10 (dez) salários mínimos, elevada ao dobro na reincidência.

Art.22 - E dever do proprietário manter em bom estado de conservação o bem tombado, solicitando autorização e orientação técnica à Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC) para a realização dos serviços de conservação.

Art.23 - O proprietário que, comprovadamente, não dispuser de recursos para proceder a conservação e fazer o reparo que o bem tombado requer, levará ao conhecimento da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC) a necessidade dos mesmos, sob pena de multa, correspondente ao dobro da obra necessária. Fica a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC) encarregada de tomar as providências necessárias para a realização dos reparos.

Parágrafo Único - Verificado, por parte da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC), urgência na realização de obras de reparo e conservação do bem tombado, poderão estas ser realizadas pelo Município, independentemente da comunicação a que se refere o caput do artigo anterior.

E - Da Anulação do Tombamento

Art.24 - Poderá haver cancelamento do tombamento, quando:



- I - for por interesse público;
- II - a pedido do proprietário, quando comprovado o desinteresse público na conservação do bem.

CAPITULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.25 - Os bens tombados terão isenção tributária e poderão, a critério da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC), receber verbas e auxílios técnicos para a sua preservação e/ou restauração.

Art.26 - O Município manterá um serviço de assistência técnica para conservação e restauração dos bens tombados.

Art.27 - Edificações com mais de 40 (quarenta) anos, típicas ou de valor histórico, não poderão sofrer intervenções de qualquer natureza sem a prévia autorização do COMPHAAN, sendo que a não observância do disposto implicará nas sanções previstas no artigo 15 da presente Lei.

Parágrafo 1º - A Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC) manterá um cadastro destas edificações, cumprindo o disposto na Lei Nº 1.332/89 de 30 de outubro de 1989, cientificando seus proprietários do enquadramento dos mesmos numa das características mencionadas no caput deste artigo e das implicações legais do fato.

Parágrafo 2º - O setor responsável da Prefeitura Municipal pela concessão de alvarás de reforma, ampliação ou demolição não poderá fornecê-los, no caso de estarem cadastrados como prédios antigos, típicos ou históricos, sem o parecer favorável do COMPHAAN.

Art.28 - Edificações típicas e/ou de valor histórico, mesmo não tombadas, poderão, a critério da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SC), gozar das mesmas isenções tributárias e benefícios das edificações tombadas.

Art.29 - Somente caberá a indenização de um bem tombado quando o proprietário, por força do tombamento, não continuar na posse e/ou no desfrute do mesmo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL - SC

Art.30 - O Poder Executivo providenciará a realização de convênios com a União e o Estado, bem como acordos com pessoas naturais e jurídicas de direito privado, visando a plena consecussão da presente Lei.

Art.31 - As legislações Federal e Estadual serão aplicadas subsidiariamente pelo Munipípio.


Art.32 - Para o cumprimento do disposto nesta Lei, o Executivo Municipal proverá a dotação orçamentária necessária, incluindo-a no Orçamento Anual da Municipalidade.

Parágrafo Unico - As multas aplicadas nas infrações, previstas na presente Lei, serão integralmente destinadas para a consignaço dos objetivos desta Lei.

Art.33 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 29 de Junho de 1994.


DURVAL VASEL
Prefeito Municipal


BALDUINO RAULINO
Secretário de Cultura, Esporte
e Lazer

ANEXO 02 - Resolução nº 01/2010/COMPHAAN



CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL,
ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL C O M P H A A N
Decreto de Criação Nº 2.994/94

RESOLUÇÃO Nº 001/2010/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 223/2010 de Sander & Esteves Advogados Associados, à R 412 – Max Wilhelm.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária realizada em 03 de Fevereiro de 2010.

CONSIDERANDO que o imóvel enquadra-se na Lei nº 1.854/94 – Art. 27 – que remete a análise da comissão técnica pois a conscientização da preservação está ligada direta e principalmente à responsabilidade da formação técnica de profissionais que interferem no espaço urbano;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal(1988), em seu artigo 182 determina que “a política de desenvolvimento urbano do Poder Público Municipal objetiva ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade para o bem estar da população, através do Plano Diretor (Jaraguá do Sul pela Lei complementar 65/07 – Cap. II – Da Política de Desenvolvimento Urbano Art. 6º, V – elevar a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico.);

CONSIDERANDO que em relação a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) em seu artigo 2º recomenda que “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais (...) XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

CONSIDERANDO que as edificações em questão, enquadram-se no perfil das edificações que deverão ser preservadas, restauradas e dado novos usos;

CONSIDERANDO que a presença do bem no local serve como referência do desenvolvimento histórico do bairro, da cidade e também da região;

CONSIDERANDO que o entorno, ou seja, a manutenção das fachadas dos prédios industriais valorizará o bem preservado, como também os perfis construtivos, a atmosfera de um período histórico já vivido e a cenografia da área;

CONSIDERANDO que a originalidade do bem é um exemplar histórico arquitetônico com considerável volumetria e agrega outros aspectos culturais e históricos. Revela uma época, um momento econômico.



CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL,
ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL C O M P H A A N
Decreto de Criação Nº 2.994/94

RESOLVE:

Art. 1º – Acatar o Parecer 001/2010 da Comissão Técnica deste Conselho que é favorável a preservação e recuperação das seguintes edificações:

1) **A casa pertencente a Max Wilhelm fundador das Bebidas Max Wilhelm**, identificada e averbada dentro da matrícula 2.236 com a seguinte descrição:

Um edifício de alvenaria com 3 pavimentos, com área de 667,50m². Outra identificação complementar do imóvel é a descrição do edifício através do boletim de cadastramento imobiliário do município, onde consta a identificação como unidade autônoma 005 (casa); Ver Anexos 01 - 02 e 03.

Afastamentos (Recuos) obrigatórios no entorno da Casa Max Wilhelm (casa 005)

Sendo 7,00 m de afastamento da fachada direita, 7,12 m da fachada esquerda e 2m de afastamento da fachada dos fundos. Deverão também ser respeitados os recuos frontais originais existentes da casa citada, como das fachadas com interesse na preservação. VER Anexos 04 e 09

2) **As fachadas dos Galpões Industriais - unidades 002 e 003** ou com a identificação complementar como galpão P, A, E (anexo 8) com todas as características, inscrições originais e grafismos, a partir da casa 005 (casa do sr. Max Wilhelm), considerando o seguinte:

-Galpão P (unidade 003 e 008) : Matrícula 2.236 :

Descrição: *Um conjunto de construções de alvenaria parte com 2 pavimentos e parte com 1 pavimento, com área de 1.268,61 m².*

-Fachada Lateral =12,30m de comprimento e de área: 12,30mx0,28m=3,44m².

-Fachada Frontal =26,90m de comprimento e de área : 26,90mx0,40m=10,76m².

*FACHADA GALPÃO P (unidade 03 e 08): Área Total das Fachadas a preservar : 14,20m².

-Galpão A (unidade 003) : Matrícula 2.236 :

Descrição: Um prédio de alvenaria com área de 54x14ms. De 1 pavimento, com área de 742,00m².

-Fachada Frontal=48,10m de comprimento e de área: 48,10mx0,40m=19,24m².

*FACHADA GALPÃO A (unidade 003): Área Total das Fachadas a preservar: 19,24m².

-Galpão E (unidade 002) : Matrícula 2.236 :

Descrição: Uma construção de alvenaria com 1 pavimento elevado, com área de 28,44m².

-Fachada Frontal=12,70m de comprimento e de área: 12,70mx0,30m=3,81m².

-Fachada Lateral= 2,0m de comprimento e de área: 2,0x0,30m=0,60m².

*FACHADA GALPÃO E (unidade 02): Área Total das Fachadas a preservar: 4.41m².



CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL,
ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL C O M P H A A N
Decreto de Criação Nº 2.994/94

Art. 2º – Salientar que seu exterior deverá ser totalmente conservado ou restaurado, mas podendo haver remanejamento interno, novos usos, desde que a sua volumetria e acabamento externos não sejam afetados. Do conjunto arquitetônico das fachadas a serem

preservadas respeitar também os recuos frontais. Ver Anexos 07, 08, 09, 10, 11 e 12.

Art. 3º – Lembrar que para qualquer projeto a ser implantado na área deverá ser previsto também, projeto de restauro completo (arquitetônico e seus complementares quando houver) das edificações citadas, bem como todos os projetos deverão estar previamente aprovados pelo COMPHAAN.

Art. 4º – Informar que as demais edificações que constam da mesma matrícula 2.236 poderão ser demolidas. Outrossim a demolição deverá ser acompanhada por um fiscal do Patrimônio Histórico.

Art. 5º – Solicitar que seja encaminhada a NOTIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO das edificações supracitadas no Art. 1º, itens 1 e 2 desta Resolução, integrantes da matrícula 2.236.

A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de Fevereiro de 2010.

Jorge Luiz Silva Souza
Presidente do COMPHAAN

ANEXO 03 - Resolução nº 013/2010/COMPHAAN



**CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL,
ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL C O M P H A A N**
Decreto de Criação Nº 2.994/94

RESOLUÇÃO Nº 013/2010/COMPHAAN/JS

**Dispõe sobre o processo 12.817/2010 de SBD
Comércio de Alimentos Ltda, à R 412 – Max
Wilhelm.**

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada em 16 de junho de 2010.

CONSIDERANDO que a edificação integra o Projeto de Preservação “Memória e Identidade de Jaraguá do Sul: Patrimônio Arquitetônico nos caminhos históricos” aprovado pelo COMPHAAN em 16 de dezembro de 2009 e Resolução 002/2010 deste Conselho;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 001/2010/COMPHAAN/JS determina o que deve ser preservado da antiga propriedade de Max Wilhelm;

CONSIDERANDO que a edificação encontra-se num dos eixos históricos e que a presença do bem no local serve como referência ao desenvolvimento histórico e econômico da cidade;

CONSIDERANDO que a manutenção da fachada do Galpão “P”, preserva a ambiência do local, remetendo ao histórico complexo industrial das Bebidas Max Wilhelm;

CONSIDERANDO que o empreendedorismo local ao longo da história foi marcante, para dar ao município o título de 3º polo industrial dos dias atuais. Por isso o respeito a história e a cultura deste período;

CONSIDERANDO que a proposta de preservação das fachadas não inviabiliza o projeto do requerente, ao contrário valoriza, porque demonstra o respeito que o empreendedor tem com a cidade que escolheu para (ser) sede de seu empreendimento e poderá tirar partido do marketing cultural com a preservação;

CONSIDERANDO que o anteprojeto apresentado, ateu-se na preservação da casa isoladamente, não expressando nenhuma tentativa de preservar a edificação industrial ou parte dela, fazendo desaparecer a ligação de uma e outra. Com essa proposta, desaparece parte da história econômica de nossa cidade e perdem as gerações futuras;

CONSIDERANDO que a Comissão Técnica após analisar o Estudo Preliminar do referido Centro Comercial, entende que o acesso poderá ser viabilizado utilizando-se a passagem hoje existente entre as duas edificações (casa do Sr. Max Wilhelm e Galpão “P”) já que o gabarito proposto pelo anteprojeto de aproximadamente 7 metros é atendido, pois o



**CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL,
ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL C O M P H A A N**
Decreto de Criação Nº 2.994/94

local possui 7,12 metros. Haverá a necessidade de se compatibilizar o raio de curvatura desse acesso, sendo que a mesma, poderá ser utilizada como elemento redutor de velocidade junto ao Centro Comercial, sem causar transtornos de mobilidade na área;

CONSIDERANDO que os afastamentos (recuos) obrigatórios no entorno da casa do Sr. Max Wilhelm deverão ser seguidos conforme os anexos 04 e 09. Contudo, poderão ser utilizados na sua totalidade, excetuando-se áreas edificadas com volumetria que possam vir a interferir nas visuais do prédio a ser preservado;

CONSIDERANDO que ao se preservar a fachada do Galpão Industrial “P”, cria-se um pórtico, mantem-se a arquitetura da cidade, valoriza e dá credibilidade ao novo empreendimento. Esta integração pode ser feita com pequenas adequações e ajustes de acessos, contrastando o novo e o antigo, um exemplo a ser seguido de grandes centros urbanos, que vem valorizar o projeto e a cultura de nossa sociedade.

RESOLVE:

Art. 1º – Acatar o Parecer 006/2010 da Comissão Técnica deste Conselho.

Art. 2º – Determinar que seja preservada a memória histórica referente ao antigo conjunto industrial “Max Wilhelm”, mediante memorial que poderá ser painel fotográfico ou banners em exposição permanente, monumento, placa alusiva, denominação do Centro Comercial ou outra forma exequível e eficiente. O projeto do memorial deverá ser aprovado pelo COMPHAAN e acompanhado pela Fundação Cultural na sua fase de elaboração e implantação.

Art. 3º – Liberar de preservação as fachadas dos Galpões “A” e “E”, para viabilizar o acesso ao empreendimento solicitado pela proponente e determinar medidas de melhorias em relação ao tráfego no sistema viário, tais como: baias para ponto de ônibus e táxi, alargamento do gabarito da rua Augusto Mielke em 3(três) metros, que deverão ser executadas pela proponente.

Art. 4º – Sugerir elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV para a implantação do Complexo proposto.

Art. 5º – Sugerir o deslocamento das docas de carga e descarga para a Rua Ney Franco e aumento do gabarito em 3(três) metros (movimentação e trânsito de caminhões de carga e automóveis, objetivando diminuir o impacto de transporte pesado na rua Max Wilhelm, um dos principais acessos à cidade.

Art. 6º – Informar ao requerente que a notificação de tombamento permanece sobre a “Casa Max Wilhelm” e o Galpão “P”.



**CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL,
ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL C O M P H A A N**
Decreto de Criação N° 2.994/94

Art. 7º – Lembrar que para qualquer projeto a ser concretizado no entorno deverá estar previsto projeto de restauro completo (arquitetônico e seus complementares quando houver) das edificações citadas bem como que todos os projetos deverão estar previamente aprovados pelo COMPHAAN.

Art. 8º – Solicitar que seja encaminhada a NOTIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO da “Casa Max Wilhelm” e do “Galpão P”.

A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2010.

Jorge Luiz da Silva Souza
Presidente do COMPHAAN

ANEXO 04 - Resolução nº 014/2010/COMPHAAN



**CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL,
ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL C O M P H A A N**
Decreto de Criação Nº 2.994/94

RESOLUÇÃO Nº 014/2010/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre as solicitações de Sander & Esteves Advogados Associados e de SBD Comércio de Alimentos Ltda, referente ao imóvel situado à R 412 – Max Wilhelm.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária realizada em 07 de Julho de 2010.

CONSIDERANDO os processos de Nº 223/2010 e Nº 3.755/2010 encaminhados por Sander & Esteves Advogados Associados;

CONSIDERANDO o processo Nº 12.817/2010 encaminhado por SBD Comércio de Alimentos Ltda;

CONSIDERANDO as discussões realizadas pela plenária do COMPHAAN e registradas nas atas de 03(três) de fevereiro, 23(vinte e três) de março, 01(um) de junho e 16(dezesseis) de junho de 2010;

CONSIDERANDO os Pareceres Nº 001/2010 e Nº 006/2010 emitidos pela Comissão Técnica do COMPHAAN;

CONSIDERANDO as Resoluções Nºs 001/2010, 005/2010 e 013/2010.

RESOLVE:

Art. 1º – Acatar e reiterar todas as considerações descritas nos pareceres, resoluções e atas já mencionadas nesta resolução.

A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 08 de Julho de 2010.

Jorge Luiz da Silva Souza
Presidente do COMPHAAN

ANEXO 05 - Resolução nº 011/2006/COMPHAAN



RESOLUÇÃO Nº 011/2006/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo de número 15.334/2006 que trata da solicitação de alvará de demolição do imóvel pertencente a Kohlbach Motores LTDA, à Rua 4 – Presidente Epitácio Pessoa.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 1 de novembro 2006.

CONSIDERANDO QUE:

1. A Lei Municipal 1.854/94, em seu Artigo 27º, determina: **“Edificações com mais de 40 (quarenta) anos, típicas ou de valor histórico, não poderão sofrer intervenções de qualquer natureza sem a prévia autorização do COMPHAAN”.**
2. Este edifício não está cadastrado junto ao Patrimônio Histórico Cultural do município e a construção encontra-se na parte central das instalações da indústria.

RESOLVE:

Art 1º – Autorizar a liberação do alvará de demolição.

Art 2º - Recomendar que qualquer ação (restauração/ampliação/reforma/demolição) de edificação com mais de 40 anos, deverá ser consultado o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Natural - COMPHAAN, bem como acompanhada por profissional habilitado.

A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 7 de novembro de 2006.

ANÉSIO LUIZ ALEXANDRE
Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio
Histórico, Arquitetônico, Artístico e Natural - COMPHAAN